



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO
UAE – INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
GEOGRAFIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

LUCINEY APARECIDO TEODORO BORGES

ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS RURAIS E DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL: estratégias de trabalho e renda para agricultura familiar no Assentamento
Olga Benário em Ipameri (GO)

CATALÃO (GO)

2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE GEOGRAFIA

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

LUCINEY APARECIDO TEODORO BORGES

3. Título do trabalho

ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS RURAIS E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: estratégias de trabalho e renda para Agricultura Familiar no Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO)

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Estevane De Paula Pontes Mendes, Professora do Magistério Superior**, em 07/03/2023, às 11:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUCINEY APARECIDO TEODORO BORGES, Discente**, em 08/03/2023, às 11:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3457612** e o código CRC **CE2D1884**.

LUCINEY APARECIDO TEODORO BORGES

**ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS RURAIS E DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL: estratégias de trabalho e renda para agricultura familiar no Assentamento
Olga Benário em Ipameri (GO)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Geografia, da Universidade Federal de Catalão, do Instituto de Geografia, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: **Geografia e Ordenamento do Território**

Linha de Pesquisa: Ordenamento do Território e Estudos Rurais

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Estevane de Paula Pontes Mendes

CATALÃO (GO)

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFCAT.

Borges, Luciney Aparecido Teodoro
ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS RURAIS E
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL : estratégias de trabalho e renda
para agricultura familiar no Assentamento Olga Benário em Ipameri
(GO) / Luciney Aparecido Teodoro Borges. - 2023.
106, f.

Orientador: Prof. Estevane de Paula Pontes Mendes.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Catalão, Instituto
de Geografia, Catalão, Programa de Pós-Graduação em Geografia,
Catalão, 2023.

Inclui siglas, mapas, fotografias, abreviaturas, gráfico, tabelas, lista
de figuras, lista de tabelas.

1. Agricultura Familiar. 2. Desenvolvimento Territorial. 3.
Associações. 4. Assentamento Olga Benário. I. Mendes, Estevane de
Paula Pontes , orient. II. Título.

CDU 911



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE GEOGRAFIA

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº 214 da Sessão de Defesa Pública de Dissertação de Mestrado de **LUCINEY APARECIDO TEODORO BORGES**, que confere o título de **Mestre em Geografia**, na área de concentração em **Geografia e Ordenamento do Território**.

Aos **quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e dois**, a partir das 13h30, na Sala de Aulas do Mestrado do IGEO/UFCAT, realizou-se a Sessão Pública de Defesa de Dissertação intitulada “**ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS RURAIS E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: estratégias de trabalho e renda para Agricultura Familiar no Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO)**”. Os trabalhos foram instalados pela Orientadora, Professora Dra. **Estevane de Paula Pontes Mendes** (PPGEO-IGEO/UFCAT), com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professora Dra. **Juniele Martins Silva** (Geografia/UNIPAMPA), membro titular externo, e Professor Dr. **João Cleps Junior** (Geografia/UFU-PPGEO), membro titular interno, cuja participação ocorreu através de videoconferência. Durante a arguição os membros da Banca Examinadora não fizeram sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em Sessão Secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido o candidato **aprovado** pelos seus membros. Proclamados os resultados aos presentes pela Professora Dra. Estevane de Paula Pontes Mendes, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente Ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos 04/11/2022 às 16h10, devendo o mestrando observar as recomendações e normas estabelecidas para o depósito final junto ao Programa/UFCAT.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Estevane De Paula Pontes Mendes, Professora do Magistério Superior**, em 04/11/2022, às 18:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juniele Martins Silva, Usuário Externo**, em 07/11/2022, às 20:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOÃO CLEPS JUNIOR, Usuário Externo**, em 07/11/2022, às 21:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3304254** e o código CRC **20E39A3D**.

Referência: Processo nº 23070.052034/2022-75

SEI nº 3304254



Documento assinado digitalmente
JOAO DONIZETE LIMA
Data: 29/11/2022 14:48:46-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Dedico esse trabalho à minha família: ao meu pai João Batista (*in memoriam*) e a minha mãe Maria do Carmo, pais batalhadores, que admiro e me inspiro, que sempre me incentivaram e apoiaram em todos os momentos. Aos meus irmãos e companheiros de vida Lucimar e Polyanna e aos meus amados sobrinhos Arão, Maria Eduarda, Moisés, Samuel e Yasmim.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente à Deus, por sempre estar comigo no decorrer de minha jornada, sobretudo nos momentos difíceis, sempre me concedendo perseverança, fé, esperança, aprendizado e sucesso.

Aos meus pais João Batista (*in memoriam*) e Maria do Carmo, pelo amor, por sempre acreditarem no meu potencial e incentivarem meus estudos. A meus irmãos Lucimar e Polyanna pela compreensão, amor, ajuda e cuidado que foram fundamentais nessa caminhada, assim como meus cunhados Alyne e Robson e em especial aos meus sobrinhos Arão, Maria Eduarda, Moisés, Samuel e Yasmim. Vocês são tudo para mim!

À Amanda, Jaqueline, Lucélio e Maria Erlan, que compartilharam comigo momentos de debates, estudos, sugestões e ajudas no decorrer dessa pesquisa. Também aos meus colegas do mestrado pelo companheirismo e troca de ideias.

À minha professora e orientadora Estevane de Paula Pontes Mendes, pelo direcionamento e discussões ao longo desse trabalho. À professora Juniele Martins Silva e ao professor João Cleps Júnior pelas contribuições no Exame de Qualificação e na Defesa Pública.

Aos professores Ana Paula Novais Pires Koga, Carmem Lúcia Costa, Idelvone Mendes Ferreira, João Donizete Lima, José Henrique Rodrigues Stacciarini, Patrícia Francisca de Matos e Thallita Isabela Silva Martins Nazar pelos importantes conhecimentos adquiridos nas disciplinas ao qual tive a oportunidade de cursar.

Aos demais professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Catalão (UFCAT) por contribuírem para meu aprimoramento como profissional e a obtenção do título de mestre.

Muito obrigado a todos!

RESUMO

Os agricultores familiares encontram dificuldades no acesso a créditos fundiários e políticas públicas, na aquisição de insumos, na competição de mercado, entre outros problemas específicos, que possam ser encontrados de acordo com a demanda de produção, o mesmo vale para os assentados que aderiram a esse modelo de produção familiar no Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO). As associações surgem como caminho facilitador para a superação dessas desigualdades. Assim, essa pesquisa qualitativa buscou compreender como a ASCRAF e a ASPROAB possibilitam desenvolvimento territorial ao Assentamento Olga Benário e garantem trabalho e geração de renda aos assentados através das políticas públicas PRONAF, PNAE e PAA. O assentamento criado em 2005, passou por conflitos ideológicos e políticos entre parte dos assentados e o MST após a criação do Coletivo Margarida Alves. Com o apoio da CPT, as famílias estabeleceram novas formas de trabalho coletivo, dessa vez, por meio da criação de organizações associativas, primeiro com a Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Olga Benário (ASPROAB) em 2008, e posteriormente, em 2010 com a fundação da Associação Camponesa Regional da Agricultura Familiar (ASCRAF). Essas associações estão localizadas no território do assentamento e funcionam decorrente do trabalho direto das famílias. A pesquisa é composta por um levantamento bibliográfico e teórico de autores que discutam a relação território e poder para a compreensão da questão dos movimentos sociais e dos conflitos internos que ocorreram no assentamento; é importante trazer ao debate autores que discutam a agricultura familiar e as políticas públicas vinculadas a esse modo de produção; também é necessária a compreensão sobre o funcionamento e a importância de associações para o desenvolvimento social e econômico das famílias; por fim buscou-se autores que já haviam pesquisado sobre o Assentamento Olga Benário. O estado da arte possui importância metodológica para a pesquisa vez que irá suprir o déficit causado pela falta da pesquisa de campo que não pôde ocorrer devido a Pandemia da Covid-19. Outra forma de amenizar a falta da pesquisa de campo é a utilização de dados coletados de *websites* governamentais como INCRA, Portal da Transparência da União, IBGE, IMB, dentre outros que foram necessários para a concretização da pesquisa.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Desenvolvimento Territorial. Associações. Assentamento Olga Benário. ASCRAF. ASPROAB.

ABSTRACT

Family farmers encounter difficulties in accessing land credits and public policies, in the acquisition of inputs, in market competition, among other specific problems, that can be found according to production demand, the same goes for the settlers who adhered to this family production model in the Assentamento Olga Benário in Ipameri (GO). Associations emerge as a facilitating path to overcome these inequalities. Thus, this qualitative research sought to understand how ASCRAF and ASPROAB enable the territorial development of the Assentamento Olga Benário and guarantee work and income generation to the settlers through the public policies PRONAF, PNAE and PAA. The settlement, created in 2005, went through ideological and political conflicts between part of the settlers and the MST after the creation of the Margarida Alves Collective. With the support of the CPT, families established new forms of collective work, this time, through the creation of associative organizations; first with the Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Olga Benário (ASPROAB) in 2008, and later, in 2010 with the founding of the Associação Camponesa Regional da Agricultura Familiar (ASCRAF). These associations located are in the territory of the settlement and function due to the direct work of the families. The research is composed of a bibliographic and theoretical survey of authors who discuss the relation between territory and power for the understanding of the issue of social movements and the internal conflicts that occurred in the settlement; it is important to bring to debate authors who discuss family farming and public policies linked to this mode of production; it is also necessary to understand the functioning and the importance of associations for the social and economic development of families; finally, we sought authors who had already researched the Assentamento Olga Benário. The state of the art has methodological importance for the research since it will make up for the deficit caused by the lack of field research that could not take place due to the Covid-19 Pandemic. Another way to mitigate the lack of field research is the use of data collected from governmental websites such as INCRA, Portal da Transparência da União, IBGE, IMB, among others that were necessary to carry out the research.

Keywords: Family farming. Territorial development. Associations. Assentamento Olga Benário. ASCRAF. ASPROAB.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1	– Número de assentamentos rurais criados no Brasil entre 1985 e 2019	30
Gráfico 2	– Número de assentamentos rurais criados em Goiás entre 1986 e 2017.....	36
Mapa 1	– Número de famílias assentadas em Goiás	37
Mapa 02	– Localização do município de Ipameri (GO)	39
Gráfico 3	– Percentual quantitativo de imóveis em Ipameri (GO) – 2017	40
Mapa 3	– Localização do Assentamento Olga Benário	43
Imagem 1	– Imagem de satélite da agrovila do antigo Coletivo Margarida Alves	45
Foto 1	– Mutirão para construções de casas no Assentamento Olga Benário	58
Foto 2	– Mutirão para construção de ponte no Assentamento Olga Benário	58
Gráfico 4	– Vínculos de coletivos de produtores rurais no Brasil	75
Gráfico 5	– Vínculos de coletivos de produtores rurais em Ipameri (GO)	77
Foto 3	– Capim para trato do gado	79
Foto 4	– Gado leiteiro	79
Foto 5	– Mandiocas para a comercialização	80
Foto 6	– Produção de farinha de mandioca	80
Foto 7	– Plantação de hortaliças irrigadas	80
Foto 8	– Hortaliças destinadas à comercialização	80
Foto 9	– Panificadora da ASPROAB	81
Foto 10	– Panificadora da ASCRAF	81
Foto 11	– Arado para cultivo	82
Foto 12	– Maquinário para fabricação de pães	82
Foto 13	– Estufa para panificados	82
Foto 14	– Forno para panificados	82
Foto 15	– Veículo de panificados	83
Foto 16	– Veículo frigorífico	83
Foto 17	– Abatedouro	83
Foto 18	– Entrega de panificados	94
Foto 19	– Entrega de frangos	94
Foto 20	– Entrega de manivas de mandioca aos assentados	95
Foto 21	– Entrega de trator para a ASPROAB	95
Foto 22	– Mutirão da Saúde realizado na sede da ASPROAB	95
Foto 23	– Cursos profissionalizantes na área da beleza	95
Foto 24	– Reforma de estradas	95
Foto 25	– Produção de silo para os assentados	95

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	– Total da população brasileira nas áreas urbanas e rurais de acordo com os Censos Demográficos	22
Quadro 2	– Total da população goiana nas áreas urbanas e rurais de acordo com o Censo Demográfico	34
Quadro 3	– Diferenciações entre associações rurais e cooperativas rurais	55
Quadro 4	– Grupos e Linhas de Crédito do Pronaf	64
Quadro 5	– Etapas da compra direta dos produtos da agricultura familiar para alimentação escolar	66
Quadro 6	– Características dos projetos de modernização e desenvolvimento rural ..	72
Quadro 7	– Associações rurais no município de Ipameri (GO)	78
Quadro 8	– Recursos recebidos por Ipameri (GO) do FNDE	86
Quadro 9	– Detalhamento da produção na ASCRAF a partir de recursos do PAA (2010-2020)	89
Quadro 10	– Detalhamento da produção na ASPROAB a partir de recursos do PAA (2013-2020)	91

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	– Produção Agrícola e Pecuária Brasileira	23
Tabela 2	– Distribuição dos assentamentos goianos	37
Tabela 3	– Estabelecimentos agropecuários familiar na escala Brasil, Goiás e Ipameri (GO)	71
Tabela 4	– Total de estabelecimentos coletivos em Goiás	76
Tabela 5	– Número de DAPs no município de Ipameri (GO)	85
Tabela 6	– Créditos rurais em Ipameri (GO)	85
Tabela 7	– Recursos do PAA para Ipameri (GO)	87
Tabela 8	– Quantidade total dos produtos produzidos pela ASCRAF e ASPROAB ...	93

LISTA DE ABREVIATURAS

CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
GO	Goiás
Ha	Hectares
Kg	Quilograma
Km ²	Quilômetro quadrado
Nº	Número

LISTA DE SIGLAS

AF	Agricultura Familiar
ASCRAF	Associação Camponesa Regional da Agricultura Familiar
ASCREAF	Associação Comunitária de Trabalhadores na Agricultura Familiar
CAMPONESAS	Associação de Mulheres Camponesas da Agricultura Familiar
ASPROLEITE	Associação de Produtores de Leite das Regiões do Santo Antônio e Boa Vista
ASPROBR	Associação de Produtores Organizados Beira Rio
ASPROAB	Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento Olga Benário
ASPRAF	Associação Mista Regional de Produtores Rurais e Agricultores Familiar
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
COCARI	Cooperativa Agropecuária e Industrial
COOPMAFI	Cooperativa Mista Dos Agricultores e Agricultoras Familiares de Ipameri
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
FAO	Food and Agriculture Organization
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IMB	Instituto Mauro Borges
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MST	Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PCB	Partido Comunista do Brasil
PT	Partido dos Trabalhadores
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PAM	Produção Agrícola Municipal
PPA	Produção da Pecuária Municipal
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PRODECER	Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados
POLOCENTRO	Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNCF	Programa Nacional de Crédito Fundiário
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PNRA	Programa Nacional de Reforma Agrária
T-D-R	Territorialização – Desterritorialização – Reterritorialização
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	ADENTRAR O TERRITÓRIO: a construção do Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO)	18
2.1	Capitalismo agrário: a formação da estrutura fundiária brasileira	20
2.2	A organização dos trabalhadores rurais e os respectivos conflitos territoriais	24
2.3	Reforma Agrária em terras de coronéis: os movimentos sociais em Goiás	32
2.4	Concentração fundiária: Ipameri (GO) no contexto dos movimentos sociais ...	38
3	O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E AS RELAÇÕES DE PODER EM ASSENTAMENTOS RURAIS	47
3.1	Territorializações nos movimentos sociais rurais	48
3.2	Desenvolvimento do território: o associativismo como forma coletiva de trabalho no campo	53
3.3	Agricultura familiar: geração de trabalho e renda para assentados rurais	60
4	DAS TRAMAS DO PODER AO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: as organizações associativas no Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO) ...	69
4.1	O poder sobre o poder: o Estado e as associações do Assentamento Olga Benário	70
4.2	ASCRAF e ASPROAB: concretização do território rural do Olga Benário	75
4.3	Um território próspero: para além das associações no assentamento Olga Benário	84
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
	REFERÊNCIAS	100

1 INTRODUÇÃO

As organizações associativas fazem parte do cotidiano de determinados assentamentos de Reforma Agrária e tem como finalidade trazer benefícios para os seus associados. Associações são entidades sem fins lucrativos, de natureza jurídica, com o objetivo de viabilizar uma mudança social, e que, as arrecadações e receitas são destinadas única e exclusivamente ao patrimônio da própria instituição.

São definidas pela formação de grupo de pessoas que se unem por um mesmo objetivo que, a partir de uma assembleia firmam um estatuto – registrado em cartório – e iniciam suas atividades sem a necessidade de ter um patrimônio e capital. A fiscalização das atividades é realizada pelos próprios associados que devem seguir todas as normativas presentes no estatuto. A compreensão das organizações associativas são estratégias para a análise do desenvolvimento territorial de determinadas áreas, tanto rurais, quanto urbanas, e particularmente neste trabalho, do Assentamento Olga Benário.

Originado em 2005, o Assentamento Olga Benário, localiza-se no município de Ipameri (GO) e possui em seu território duas associações: Associação Camponesa Regional da Agricultura Familiar (ASCRAF) e Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Olga Benário (ASPROAB). Elas foram criadas com o intuito de proporcionar aos assentados geração de emprego e renda, por meio da comercialização de produtos advindos da agricultura familiar cultivados no território do assentamento.

Dessa forma, o objetivo desse trabalho é compreender como a ASCRAF e a ASPROAB possibilitam desenvolvimento territorial ao Assentamento Olga Benário e garantem trabalho e geração de renda aos assentados através das políticas públicas PRONAF, PNAE e PAA. Busca-se analisar também os assentados, após a experiência nos movimentos sociais, se tonaram sujeitos sociais produtores de territórios por meio de decisões políticas e elaboração de projetos que lhes beneficiaram, tanto social, quanto economicamente mediante acesso a programas como Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

A temática desta pesquisa relaciona-se aos assentados do Olga Benário filiados à ASCRAF e ASPROAB e a forma com que essas associações alavancaram a produção e melhoraram a renda dos agricultores familiares do assentamento. Também se discutirá a categoria território e as relações de poder instituídas, capazes de modificar o território. Ainda, as associações são analisadas como formas de desenvolvimento do território do Assentamento

Olga Benário, bem como as mudanças sociais, econômicas e políticas trazidas aos sujeitos que vivem no assentamento.

A escolha do tema, surge da convivência com os assentados e pela pesquisa realizada por Borges (2018), como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado “O papel das associações e cooperativas no assentamento Olga Benário em Ipameri – Goiás”. Assim alguns dados coletados na pesquisa anterior – TCC – são utilizados na atual pesquisa para melhor entendimento dos sujeitos e as particularidades presentes no território do Olga Benário que não foram possíveis registrar devido ao período pandêmico que comprometeu a realização da pesquisa de campo.

O caminho metodológico teve em sua constituição, a pesquisa qualitativa, que proporcionou maior abrangência durante o desenrolar do trabalho, através do uso da pesquisa documental e bibliográfica. A coleta, análise de dados e a interpretação do pesquisador são fundamentais para a pesquisa qualitativa, mas, também é necessário a realização da pesquisa de campo que estava prevista, mas não ocorreu devido restrições impostas por órgãos de saúde às pesquisas de campo que envolvem contato com sujeitos, a fim de evitar aglomerações e transmissão do vírus SARS-COV-2.

Como essa pesquisa foi iniciada no segundo semestre de 2020 – e com um prazo de dois anos para ser concluída – ano auge da pandemia mundial causada pelo Coronavírus, com os primeiros casos registrados em Wuhan na China em dezembro de 2019, a Covid-19¹ é uma infecção respiratória aguda com estágios que variam da apresentação de sintomas leves a graves e que levou a morte de milhares de pessoas. Por ser uma doença de fácil transmissão, o Conselho Nacional de Saúde, responsável pelo Comitê de Ética em Pesquisa, suspendeu a realização presencial de pesquisas de campo que envolvem pessoas, para evitar aglomerações que potencializariam a transmissibilidade do vírus.

Foi autorizado pelo Conselho Nacional de Saúde apenas a realização de entrevistas por videoconferência, alternativa essa que não se aplica ao Assentamento Olga Benário e em diversas comunidades rurais brasileiras, que apresentam baixas ou nenhuma conectividade. Para que a pesquisa não fosse interrompida foi adotado a substituição da pesquisa de campo por levantamentos de dados coletados de outras pesquisas realizadas no assentamento – estado da arte. Cabe aqui ressaltar a importância que teria os registros, as entrevistas e a aplicação de questionários com os assentados/associados e as autoridades locais, mas essa medida foi

¹ Para maiores informações acesse: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus>

adotada para minimizar os riscos de saúde e garantir a integridade dos participantes e de suas famílias.

Ainda assim, assegurou-se a relevância da pesquisa para a sociedade em geral, por informar a realidade acerca dos movimentos sociais, proporcionar maior visibilidade aos assentados do Olga Benário, apontar o desenvolvimento que as associações trazem ao território em que elas exercem poder e salientar a importância das associações para o desenvolvimento rural e social dos assentados e demais produtores rurais, como meios de geração de renda em assentamentos rurais, ao permitir aos agricultores acesso a políticas públicas. Destacar-se à importância da valorização da agricultura familiar e como as formas coletivas de trabalho (através das associações) trazem benefícios sociais, políticos e econômicos aos seus membros, dentre outros aspectos sociais.

A análise da luta pela terra, da territorialização e do desenvolvimento territorial, entre outros temas, possibilita a aproximação com a questão do poder, da apropriação e da produção do território e, no caso específico na atual pesquisa, a reflexão sobre o papel das associações no desenvolvimento territorial rural.

Esse estudo, permite uma ampliação dos conhecimentos acerca dos movimentos sociais, sua organização, sua espacialização e sua territorialização, assim como das questões referentes as diferentes estratégias de reprodução social nos assentamentos. A abordagem das associações, as relações de poder no território, bem como suas influências no cotidiano e no trabalho dos assentados, exercem grandes impactos na vida das 84 famílias assentadas, vez que modifica a relação homem/natureza no espaço geográfico.

Com base na pesquisa e estudos realizados no assentamento e também pela pesquisa realizada Borges (2018) sobre as associações, é possível compreender as distintas formas de sobrevivência no campo, com o intuito de retratar as organizações associativas como formas coletivas de trabalho, que tendem a proporcionar destaque e visibilidade social, econômica e política de seus membros, no qual torna essas associações, fonte de relações de poder que se desenvolvem no território do Olga Benário.

Dessa forma, após a criação das associações, os membros associados tiveram mudanças na vida econômica e conseqüentemente benefícios, via inserção no PNAE, PAA e PRONAF, programas sociais rurais voltados à agricultura familiar, aos quais conseguiram aquisições como reforma das casas, construção de currais, ampliação das plantações, construção de hortas e demais melhorias, investimentos em maquinários, aquisição de créditos, dentre outras que são investigadas na pesquisa.

A pesquisa foi elaborada em três seções, além dessa Introdução e das Considerações finais. A segunda seção, trata das principais causas que levaram à criação de movimentos sociais rurais no Brasil. Nesse ponto, é importante discutir temas como o avanço do capitalismo e a industrialização para o campo e a estrutura fundiária; a mobilização e os primeiros sujeitos transformadores como a Liga Camponesa, a CPT e o MST. A partir desse ponto voltar-se-á atenção para o local dos sujeitos da pesquisa, o município de Ipameri e o Assentamento Olga Benário, o que possibilita entender através do levantamento de dados de sites e pesquisas realizadas, a realidade da estrutura fundiária e as mudanças em curso com a construção do território do Assentamento Olga Benário.

Na terceira seção conceitua-se território e os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização voltados para a construção e desenvolvimento de assentamentos rurais; o associativismo também é contemplado como método que assentados do Olga Benário encontraram para construir seus territórios. Associações essas formadas por famílias que escolheram a agricultura familiar como forma de produção. Dessa forma, foi debatido como esse modelo de produção, junto com as políticas públicas, como PNAE, PAA e PRONAF, a ela vinculada respondem pela geração de trabalho e remuneração desses sujeitos.

Já a quarta seção, é abordado a ASCRAF e ASPROAB como focos da reverberação do poder no território assentado. As parcerias com outros agentes de poder ampliam e melhoram a produção e comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar do assentamento Olga Benário e contribuem para o desenvolvimento do território.

Por fim, a integração entre políticas públicas, a execução de poder sobre o território e a produção baseada na agricultura familiar proporcionam ao território seu desenvolvimento, ao mesmo tempo em que é mantido o trabalho familiar, o coletivismo e as melhorias socioeconômicas entre os assentados.

2 ADENTRAR O TERRITÓRIO: a construção do Assentamento Olga Benário em Ipameri
(GO)

2 ADENTRAR O TERRITÓRIO: a construção do Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO)

A presente seção visa abordar os movimentos sociais pelo território brasileiro – causas e consequências – e como esse processo levou à criação do Assentamento Olga Benário no município de Ipameri (GO). A metodologia de trabalho baseia-se na pesquisa bibliográfica e na documental e busca compreender o avanço do capitalismo sobre o campo, as tensões/lutas por uma Reforma Agrária e a formação do território do Assentamento Olga Benário.

O capitalismo é um sistema socioeconômico que teve sua origem vinculada inicialmente ao espaço urbano e as indústrias, no entanto, com a ampliação dos modos de produção, foi necessário a aquisição de mais matérias-primas para a produção em larga escala, destarte. Destarte, no Brasil, já nas primeiras décadas do século XX o capitalismo avança e chega ao campo. A progressão do capitalismo no campo trouxe modificações na vida dos produtores, seja de forma positiva ou negativa. No caso dos grandes produtores, esses foram os mais beneficiados, já que possuem meios aquisitivos para se adaptarem ao molde capitalista. Enquanto os pequenos produtores não possuem tal meios, e tornam-se um segmento marginalizado que não conseguem se adaptar sozinhos ao modelo econômico.

Esse período que marca o desenvolvimento capitalista brasileiro trouxe consequências. As terras destinadas à produção em pequena escala ficaram escassas com o avanço das tecnologias no campo e a expansão das propriedades rurais, concentradas nas mãos dos latifundiários. Diante fato, essa rápida mudança na estrutura agrária brasileira sem planejamento, fez do pequeno produtor naquele momento enfrentar um grande desafio: sobreviver sem apoio a uma mudança econômica nacional. Uma situação comum foi esses produtores se submeterem a trabalhos degradantes para grandes produtores sob baixa remuneração ou a expulsão do campo, fator que gerou a migração campo-cidade. Com o tempo, a exclusão provocou tensões caracterizadas por embates políticos, ideológicos, sociais e econômicos. Esses se abateram sobre o homem do campo e a ascensão dos movimentos sociais como as Ligas Camponesas e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no campo foram inevitáveis.

As primeiras e parciais modificações na estrutura fundiária só vieram acontecer de forma legal a partir de 1964 com a implementação do Estatuto da Terra, que tem como princípio disciplinar o uso, a ocupação e as relações fundiárias no Brasil. O Estatuto é construído em resposta às lutas camponesas perante o regime militar. Os constantes movimentos sociais em prol de conquistas de terras e formação de assentamentos no Brasil, intensificaram-se a partir

da década de 1980, com a criação e a expansão dos Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que alavancou a construção de novos territórios, dentre eles o Assentamento Olga Benário, situado no município de Ipameri (GO).

Destarte, a primeira parte dessa seção traz discursões acerca do capitalismo e como isso influencia diretamente a questão agrária no Brasil, bem como a necessidade de criar movimentos sociais, entre eles: o MST, como instrumento/estratégia importante na luta de classes no Brasil. Diante as questões destacadas, é necessário enfatizar a criação de assentamentos com intuito de resolver/minimizar em parte os problemas agrários no Brasil. Outro fator abordado é a busca pela concretização de uma Reforma Agrária, que apesar de não ter sido completamente implementada, a trajetória da luta trouxe benefícios, principalmente para os assentados.

Na segunda parte dessa seção, adentrar-se-á ao território como *lócus* da pesquisa, no qual é apresentado, com a criação do Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO). A dinâmica do município desencadeou mudanças nos aspectos econômicos, políticos e sociais, com projeções regionais, estaduais e quiçá nacionais, que proporcionaram uma reestruturação produtiva no município “[...] em alguns municípios, a importância dos assentamentos é de tal ordem que sua defesa ultrapassa fronteiras políticas e ideológicas, pois sua dinâmica reflete diretamente no comércio e em toda economia da região.” (BERGAMASCO; NORDER, 1996, p. 47-48). Assim, em 2005 um novo território começa a ser estruturado em Ipameri (GO), o Assentamento Olga Benário, que abriga diversos sujeitos importantes para a discussão.

Diante a esse contexto, torna-se essencial uma contextualização histórica das lutas e conflitos que desencadearam a realidade vivida pelos assentados do Olga Benário em seu território. Os conflitos e as uniões que são tratados adiante e a formação das duas associações no assentamento: a Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Olga Benário (ASPROAB) em 2008 e a Associação Camponesa Regional da Agricultura Familiar (ASCRAF) em 2010, também são focos da discussão.

2.1 Capitalismo agrário: a formação da estrutura fundiária brasileira

A industrialização movimenta toda uma cadeia de produção, pois para se obter produtos de qualidade é necessário que haja matéria-prima também de qualidade, e a responsabilidade por grande parte da matéria-prima cabe ao setor agrícola. Nesse ponto é necessário investir na mão-de-obra especializada e na compra de insumos, que assegurará uma produção excelente com menos custos e mais lucros para o agricultor (ABRAMOVAY, 1992).

Com o processo de industrialização, o território brasileiro se desenvolve mediante a inserção do capitalismo e se intensifica principalmente no espaço agrário, assim, formam-se latifúndios que tem como base a produção de *commodities*, o que caracteriza como as primeiras concentrações de grandes territórios agrários, retido a poucos indivíduos (físicos ou jurídicos) que possuem recursos para a aquisição de grande quantidade de terra. “[...] A apropriação da terra pelos grandes fazendeiros, que fora subproduto da escravidão, passa a ser condição de sujeição do trabalho livre, instrumento para arrancar do camponês mais trabalho” (MARTINS, 1981, p. 62-63), o que gerou uma desigualdade com relação ao acesso e uso das terras.

Essa desigualdade no acesso à terra aumentou com a inserção do capital no campo. Após o início do período de industrialização brasileira, ocorrida durante o governo de Getúlio Vargas, tornou-se necessário ampliar a produção para suprir a necessidade de obter mais matérias-primas, conforme aponta Inocêncio (2010),

Os períodos do Governo Vargas (1930-1945/1951-1954) podem ser considerados marco no desenvolvimento de uma nova ordem econômico-social e territorial. Desencadeou o processo de industrialização no país, a partir da transição do modelo agrário exportador para o modelo urbano-industrial. (INOCÊNCIO, 2010, p. 68).

Essa transição permite o aumento do número de latifundiários e do índice de pequenos produtores rurais expulsos. A ampliação do índice de expulsão decorreu diante a circunstância de não possuírem capital suficiente para competir e produzir em larga escala. Assim, “a forma mais importante de “penetração” do *capitalismo* na agricultura reside na integração vertical de uma infinidade de estabelecimentos pulverizados que passam a funcionar sob o comando centralizado da agroindústria.” (ABRAMOVAY, 1992, p. 68, grifos do autor).

Porém, tal investimento não é capaz de ser executado pelo segmento de pequenos produtores, pois nesse período que marca o fortalecimento do capitalismo e da industrialização no Brasil, não havia nenhuma assistência do Estado aos pequenos produtores. “Os pequenos produtores foram sendo, gradativamente, afastados das áreas que passavam a ter melhores condições de acesso ao mercado.” (ANDRADE, 1995, p. 82). Logo, essa situação contribuiu gradativamente para a expulsão dos pequenos produtores do campo, que migram do campo para a cidade, conforme é retratado no Quadro 1.

Quadro 1 - Total da população brasileira nas áreas urbanas e rurais de acordo com os Censos Demográficos.

Censo Demográfico	População Urbana	População Rural
1940	12.880.182	28.356.133
1950	18.782.891	33.161.506
1960	32.004.817	38.987.526
1970	52.904.744	41.603.839
1980	82.013.375	39.137.198
1991	110.875.826	36.041.633
2000	137.755.550	31.835.143
2010	160.925.792	29.830.007

Fonte: IBGE, Anuários Estatísticos do Brasil (2000 e 2010). **Organização:** Borges, L. A. T. (2022)

O Quadro 1 retrata a redução da população rural no Brasil entre os anos de 1940 e 2010 ao mesmo tempo que há uma amplitude do número de residentes em cidades, que tem como principal motivo a migração campo-cidade. Assim, o país deixou de ter sua população com predominância rural (até 1960) para ser um em que a maioria da população vive em áreas urbanas (de 1970 em diante). Enquanto parte da população rural passa a viver nas cidades, os territórios rurais se modernizam.

A modernização agrícola segundo Moreira (1999) pode ser vinculada a dois princípios: o primeiro refere-se à abertura de fornecedores de insumos agropecuários para facilitar o manejo da terra como tratores, colheitadeiras, corretivos de solo, fertilizantes, defensivos agrícolas, sementes, produtos veterinários, créditos rurais etc. Enquanto o segundo, centra-se no aumento da oferta de matéria-prima e da consequente queda dos preços que beneficia o setor agroindustrial.

Esses dois pontos são essenciais para a economia movimentar, pois não há como criar produto sem antes assegurar a oferta de matéria-prima. É sob essas circunstâncias que foi necessário modernizar as bases técnicas do campo para aumentar a disponibilização de diversos insumos agrícolas e a demanda crescente por matéria-prima, foram “[...] poderosos determinantes sobre o desenvolvimento e subordinação da agricultura aos interesses da acumulação industrial.” (MOREIRA, 1999, p. 54).

Com o avançar das tecnologias, o processo de produção alcançou patamares ainda maiores como os mercados internacionais. De acordo com Matos (2011, p. 109) “[o] agronegócio tornou-se uma espécie de “ouro verde” para o governo, visto que contribui de forma significativa para o superávit da balança comercial [...]”. Como consequência o Censo Agropecuário de 2017, apontou que entre os anos de 1975 e 2017 o número de pessoas

trabalhando no campo caiu de 20.345.692 trabalhadores em 1975, para 15.105.125 em 2017. Esse fator foi ocasionado pela expulsão do pequeno produtor/posseiro do campo pela modernização e pelo processo de exploração do trabalho assalariado no campo.

No entanto, vale ressaltar que o agronegócio promove melhorias na produção em larga escala, para abastecimento do mercado interno quanto externo, conforme aponta dados da Produção da Pecuária Municipal (PPM) e da Produção Agrícola Municipal (PAM), realizadas pelo IBGE no ano de 2020.

Tabela 1 – Produção Agrícola e Pecuária Brasileira.

PRODUÇÃO PECUÁRIA		PRODUÇÃO AGRÍCOLA	
Produtos	Quantidade Produzida	Produtos	Quantidade Produzida em Toneladas
<i>Bovino</i>	218,2 milhões de cabeças	Soja (em grão)	121,7 milhões
<i>Leite</i>	35,4 bilhões de litros	Milho (em grão)	103,9 milhões
<i>Bubalino</i>	1,5 milhão de cabeças	Cana-de-açúcar	757,1 milhões
<i>Equino</i>	6,0 milhões de cabeças	Café Total (em grão)	3,7 milhões
<i>Suíno - total</i>	41,1 milhões de cabeças	Algodão herbáceo (em caroço)	7,07 milhões
<i>Matrizes de suínos</i>	4,8 milhões de cabeças	Arroz (em casca)	11,09 milhões
<i>Caprino</i>	12,1 milhões de cabeças	Laranja	16,7 milhões
<i>Ovino</i>	20,6 milhões de cabeças	Mandioca	18,2 milhões
<i>Lã</i>	8,0 milhões de quilogramas	Feijão (em grão)	3,03 milhões
<i>Galináceos - total</i>	1,5 bilhão de cabeça	Banana (cacho)	6,6 milhões
<i>Galináceos - galinhas</i>	252,6 milhões de cabeças	Trigo (em grão)	6,3 milhões
<i>Ovos de galinha</i>	4,8 bilhões de dúzias	Fumo (em folha)	702 mil
<i>Codornas</i>	16,5 milhões de cabeças	Tomate	3,7 milhões
<i>Ovos de codorna</i>	295,9 milhões de dúzias	Batata-inglesa	3,7 milhões
<i>Mel de abelha</i>	51,5 milhões de quilogramas	Açaí	1,4 milhões
<i>Casulos de bicho-da-seda</i>	2,7 milhões de quilogramas	–	–

Fonte: PPM/IBGE (2020); PAM/IBGE (2020). **Organização:** Borges, L. A. T. (2022).

Num panorama geral, ao compararmos a produção agrícola e pecuária com os anos anteriores obtiveram melhores resultados tanto em aumento de produtividade quanto em arrecadação, segundo a PPM/IBGE (2020) comparados ao ano anterior, com exceção a criação de codornas e seus ovos que sofreram uma queda de -5,2% e -6,2%, respectivamente, toda a

produção pecuária sofreu acréscimo: bovino, leite e galináceos gerou um acréscimo de 1,5%, seguidos de 1,4% pelos suínos, ovino com 3,3%, os ovos de galinha atingiram 3,5%, caprinos atingiram 4,0%, piscicultura com 4,3% e o mel com maior crescimento atingiu a marca de 12,5%.

Na perspectiva agrícola, o PAM/IBGE (2020) marcou um acréscimo total de 30,4% e arrecadando um total de R\$ 470,5 bilhões no ano de 2020 e esse aumento só foi possível em decorrência da ampliação de 2,2 milhões de hectares para plantio, o que totalizou 83,4 milhões de hectares de áreas plantadas no país.

Como vimos, a produção agropecuária brasileira está em constante crescimento desde a expansão do capitalismo no campo, que resultou na modernização e por sua vez está aliada ao aumento da demanda causada pela própria expansão do capitalismo. Pois o crescimento das grandes propriedades (em sua maioria) são decorrentes da compra das pequenas propriedades, que como consequência amplia o número de uma população que antes podiam produzir para sobreviver, mas que agora depende exclusivamente do mercado, ou seja, quanto maior a população urbana maior é a demanda de produtos.

Para tentar reverter essa dominação do campo brasileiro por grandes produtores, surgiu alguns movimentos sociais no Brasil. Nessa perspectiva, a discussão que segue trata das mudanças fundiárias exercidas por pressões populares, a fim de instaurarem uma Reforma Agrária no Brasil.

2.2 A organização dos trabalhadores rurais e os respectivos conflitos territoriais

As mudanças apresentadas no setor fundiário brasileiro derivam da falta de políticas fundiárias que promovessem uma reestruturação do campo, da concentração de terras nas mãos dos latifundiários, e isso pressiona o pequeno produtor, que ao ser expulso de suas terras migra para as cidades, em busca de novas oportunidades e melhorias na condição de vida. Ante a este quadro, a população rural reduziu consideravelmente nas últimas décadas, passando a zona rural a ser dominada por monopólios agropecuários e a urbana pela constituição de aglomerados populacionais.

As terras destinadas ao cultivo da pequena produção foram cada vez mais escassas, principalmente com o avanço das tecnologias destinadas ao cultivo no campo e a expansão das propriedades rurais concentradas nas mãos dos grandes produtores. Conseqüentemente, o pequeno produtor foi gradativamente marginalizado e teve que se submeter a trabalhar para os grandes produtores, sob baixa remuneração e até mesmo a abandonar o campo em busca de

sobrevivência. Sua condição é de sem-terra o que desencadeou revoltas, os excluídos, que se organizaram em grupos para lutar por seus direitos, a terra. A conjuntura gerou conflitos internos no campo brasileiro e pressionou os governantes a realizar modificações na estrutura agrária do país (ANDRADE, 1995; MARTINS, 1981).

As primeiras mudanças na estrutura fundiária coincidem com o início da expulsão dos sujeitos de suas terras, ou seja, a partir da década de 1930, quando o Brasil vivencia um novo contexto socioeconômico e político, fruto da Crise de 1929. Oliveira (2007) analisa o processo de Reforma Agrária sob o viés mundial e brasileiro, e afirma que há a necessidade de entender o porquê da necessidade de se fazer uma Reforma Agrária. Esse autor pondera,

A reforma agrária constitui-se, portanto, em um conjunto de ações governamentais realizadas pelos países capitalistas visando modificar a estrutura fundiária de uma região ou de um país todo. Ela é feita através de mudanças na distribuição da propriedade e ou posse da terra e da renda com vista a assegurar melhorias nos ganhos sociais, políticos, culturais, técnicos, econômicos (crescimento da produção agrícola) e de reordenação do território. Este conjunto de atos de governo deriva de ações coordenadas, resultantes de um programa mais ou menos elaborado e que geralmente, exprime um conjunto de decisões governamentais ou a doutrina de um texto legal. (OLIVEIRA, 2007, p. 68).

Nesse caso, a concentração de terras estabelece a necessidade de instituir medidas que permitam o acesso dos produtores à terra e tem como objetivo reduzir a desigualdade referente a elevada concentração fundiária e dos rendimentos. Porém o lado afetado, quando em grande quantidade, tende a se mobilizar e reivindicar, assim surgem as primeiras organizações populares no campo, o que gerou e ainda gera conflitos, entre os beneficiados (latifundiários) e os prejudicados pelo capitalismo (camponeses).

Os conflitos no campo aumentaram no Brasil e se intensificaram a partir da década de 1940, com a criação das primeiras Ligas Camponesas pelo Partido Comunista do Brasil (PCB), ligadas territorialmente, no início, a região Nordeste do país, entretanto como a luta se amplia, o movimento camponês também se espalhou para várias outras. Neles se associaram trabalhadores rurais insatisfeitos com a dominação das terras pelos latifundiários. Assim marca-se o início das primeiras tramas para a instituição de uma Reforma Agrária no Brasil (MARTINS, 1981).

O movimento das Ligas Camponesas tem, portanto, que ser entendido, não como um movimento local, mas como manifestação nacional de um estado de tensão e injustiças a que estavam submetidos os camponeses e trabalhadores

assalariados do campo e as profundas desigualdades nas condições gerais do desenvolvimento capitalista no país [...] (OLIVEIRA, 2007, p. 108).

Conforme o autor Oliveira (2007) retrata, as Ligas Camponesas foram apenas uma fagulha das constantes organizações, lutas e reivindicações no espaço agrário brasileiro, pois “[a]o lutar pela alteração das condições de trabalho e vida, o arrendatário, parceiro, posseiro, morador e assalariado estavam – na prática – exigindo a transformação do bloco de poder.” (BASTOS, 1984, p. 116).

Com a expansão das Ligas Camponesas pelos vários estados brasileiros, ocasionada principalmente pela representação e pela regência do Partido Comunista Brasileiro (PCB) na luta pela Reforma Agrária é criada a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (ULTAB), com o intuito de organizar e coordenar as associações camponesas existentes, além de visar uma revolução socialista para a política brasileira. Assim, o PCB expandia sua ideologia política por meio da luta camponesa ao agregar cada vez mais trabalhadores rurais as suas associações. Essa expansão é retratada por Bastos (1984, p. 79):

O fim da década de [19]50 marca a existência de várias associações de trabalhadores por todo o Brasil. Embora o registro legal dos sindicatos de trabalhadores rurais só se possa fazer a partir de processo pedindo a aplicação do Decreto 7.038 de 1944, o que dificulta sua existência, já em 1956 o jornal Terra Livre, órgão da ULTAB, assinala a existência de 49 sindicatos registrados oficialmente. Em 1959, num balanço realizado pela mesma ULTAB, relaciona-se a existência de 122 organizações independentes, reunindo 35 mil trabalhadores rurais; e 50 sindicatos, reunindo 30 mil. (BASTOS, 1984, p. 79).

No entanto, mesmo com vários progressos para a Reforma Agrária Brasileira, os movimentos sociais de forma geral foram aniquilados assim que os militares assumiram o poder do país, através do Golpe Militar de 1964, no qual levou o Brasil ao Regime da Ditadura Militar, e perdurou até o ano de 1985. Durante esse período (1964-1985), os movimentos sociais (dentre eles as Ligas Camponesas) e vários direitos conquistados aos camponeses foram suprimidos.

[...] Os movimentos camponeses foram aniquilados, os trabalhadores foram perseguidos, humilhados, assassinados, exilados. Todo o processo de formação das organizações dos trabalhadores foi destruído. Igualmente significou a impossibilidade dos camponeses ocuparem seu espaço político, para promoverem por seus direitos, participando das transformações fundamentais da organização do Estado brasileiro. O golpe significou um retrocesso para o País. Os projetos de desenvolvimento implantados pelos governos militares levaram ao aumento da desigualdade social. Suas políticas aumentaram a concentração de renda, conduzindo a imensa maioria da

população à miséria, intensificando a concentração fundiária e promovendo o maior êxodo rural da história do Brasil [...] (FERNANDES, 1999, p. 30).

Conforme abordado por Fernandes (1999), houve mudanças na estrutura fundiária brasileira, mas não em prol do pequeno, e sim do grande produtor agropecuário. Principalmente, a partir de uma mudança efetuada logo no início do Regime Militar, dentre elas a criação do Estatuto da Terra (1964), que se tivesse sido imediatamente implementado, não traria tantos problemas ao pequeno proprietário, mas já que não era de interesse do governo em realizar uma Reforma Agrária, utilizaram a criação do Estatuto apenas para minimizar os conflitos fundiários (ANDRADE, 1995).

Outra forma que o governo militar utilizou para amenizar os conflitos que resistiam no país e ao mesmo tempo não afetar os latifundiários, foi colonizar as terras ao invés de reformar a estrutura agrária. Nessa direção é fundado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em 1970 e introduzem o projeto de colonização da Amazônia. “Era necessário então *“fazer a reforma agrária do Nordeste na Amazônia”* ou, como preferia dizer o General Médici, *“vamos levar os homens sem terra do Nordeste para as terras sem homens da Amazônia”* [...]” (OLIVEIRA, 2007, p. 122, grifos do autor).

Fernandes (1999) destaca o fracasso que o projeto de colonização se transformou. De início, camponeses de vários estados brasileiros migraram, com o intuito de colonizar áreas ainda inexploradas. “Foram mais de 50 projetos particulares de colonização, em que as empresas se apropriaram das terras, fundaram cidades, criaram latifúndios, formando milhares de famílias sem-terra.” (FERNANDES, 1999, p. 35), porém ao migrarem para um território ainda desconhecido, sem assistência, investimento estatal e comida, inviabilizaram o progresso de colonização.

Com essa falha, que deve ser atribuída a má gestão, muitos camponeses venderam suas terras a um valor abaixo do preço de mercado e retornaram aos seus locais de origem. Esse movimento originou a formação de mais latifúndios e trabalhadores sem-terra. Esse fracasso no projeto de colonização, inflamou a questão agrária brasileira, pois não só criou mais latifúndios como também prejudicou os camponeses participantes dos projetos.

Todo o caos que se instaurava levou a entraves sangrentos no campo, conseqüentemente houve uma mobilização de lideranças religiosas em busca de favorecimento do camponês e enfrentamento a uma ditadura cruel. Líderes religiosos da Igreja Católica se movimentaram e espalharam por todos o país. E no ano de 1975 foi criada a Comissão Pastoral

da Terra (CPT) durante o Encontro da Pastoral da Amazônia Legal, evento este realizado em Goiânia no mesmo ano de criação da CPT (POLETTTO, 2010).

A CPT organizou diversos encontros, com o intuito de construir alternativas que proporcionassem melhorias nas condições de vida dos trabalhadores rurais e garantisse-lhes direitos de lutar pela terra, pela democratização do acesso à terra e da Reforma Agrária, através de formação de lideranças para atuar em pontos cruciais, principalmente em locais que haviam conflitos. (POLETTTO, 2010).

A proposta de luta da CPT é diferente da colonização fracassada proporcionada pelo governo militar, abordada anteriormente. A CPT, em seu campo de atuação, ofereceu assistência personalizada aos camponeses, de acordo com a necessidade de cada região. Toda a batalha travada, que de um lado estava os latifundiários e os militares, do outro os camponeses e as lideranças da CPT, gerou perseguição e mortes, mas também trouxe experiência no trabalho e nos movimentos sociais.

[...] Desde 1979, quando começaram as experiências, a CPT promoveu a articulação das lutas, criando espaços de socialização política entre os trabalhadores de quase todo o País. Nesses lugares, os sem-terra trocaram experiências e começaram a pensar o desenvolvimento da luta pela terra e pela reforma agrária. A CPT rompia o isolamento das diferentes práticas, realizando contatos, visitas e encontros entre sem-terra de diferentes estados [...] (FERNANDES, 1999, p. 65).

Dessa forma, a partir do ano de 1982 a CPT começou a organizar encontros regionais, reuniões que proporcionaram troca de experiências entre diversos movimentos locais. Nas reuniões discutiam e analisavam as alianças, os obstáculos, os avanços e os retrocessos encontrados e a partir das discussões criaram uma mobilização nacional a favor da construção de uma Reforma Agrária. Assim, a experiência proporcionada pelos encontros da comissão, marcou também a fase embrionária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Esse foi o princípio de uma longa jornada para a mobilização e a organização dos trabalhadores sem-terra. Fernandes (1999; 2010) informa que o processo que instituiu a organização dos sem-terra até a completa criação do MST ocorreu em três fases, cruciais para o desenvolvimento do movimento.

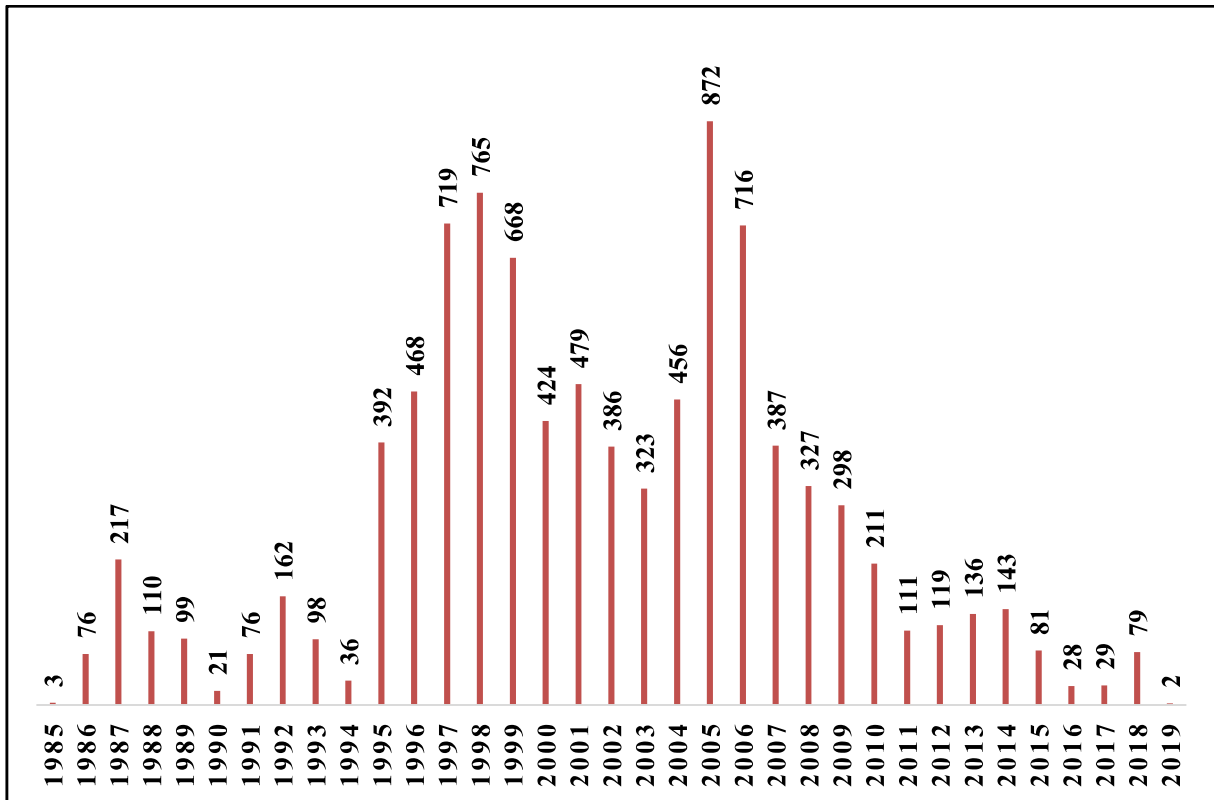
O primeiro período é a gestação do MST (1979-1984). Esse período, que precede a fundação oficial do Movimento, é fundamental para compreender as bases de seu processo de formação. O segundo período é o de consolidação (1985-1989), que se caracteriza pela ampliação das ações do movimento em

escala nacional, por meio de seu estabelecimento em todas as regiões do país e a configuração de sua estrutura organizativa. O terceiro período é de institucionalização (1990 até o presente). Nesse tempo, o MST se torna o principal interlocutor do governo federal a respeito da reforma agrária e é reconhecido internacionalmente. (FERNANDES, 2010, p. 163).

Assim, durante o primeiro período, quando os sem-terra começam a se organizar, fazer reuniões e formar alianças com outras lideranças, cria-se uma base essencial para a construção firme do movimento em 1984. Tais alianças são formadas com organizações já experientes, como a CPT, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), Partido dos Trabalhadores (PT), diversos sindicatos rurais, movimentos estudantis e, como não poderia faltar, o resgate de algumas lideranças de movimentos que antecederam a ditadura, como as Ligas Camponesas e a ULTAB. Assim em 1985, ano que acontece a redemocratização brasileira, os movimentos de luta pela terra se expandem por todo o país com as primeiras ocupações de terras e as formações de acampamentos.

O segundo período é marcado por importantes mudanças no setor agrário brasileiro a partir da influência do MST. Por parte do governo, que em 1985 era comandado pelo presidente José Sarney, é criado o I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), com a previsão de assentarem 1.400.000 famílias no período de 1985-1989 (BRASIL, 1985). No entanto, apenas 84.852 famílias realmente foram assentadas. Esse número em sua maioria só foi alcançado pela mobilização e ocupação do MST (FERNANDES, 2010), pois apesar de se basear no Estatuto da Terra, o I PNRA propõe em seus artigos, medidas contrárias “[...] onde está expresso que se evitará, sempre que possível, a desapropriação de latifúndios. Outro ponto, foram os imóveis que tivessem grande presença de arrendatários e/ou parceiros, onde as disposições legais fossem respeitadas [...]” (OLIVEIRA, 2007), o que dificultou que a meta do número de famílias assentadas fosse atingida.

Já na terceira fase, que se inicia a partir de 1990, houve maior expansão do MST, que apesar de sofrer repressões durante o governo de Fernando Collor (1990-1992), o movimento consegue reavivar e ampliar sua influência com o apoio dos governos seguintes e cria vários assentamentos em todo o país (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Número de assentamentos rurais criados no Brasil entre 1985 e 2019.

Fonte: Boletim DATALUTA (2020). **Organização:** Borges, L. A. T. (2022).

Conforme Gráfico 1, desde 1985-2019 houve índices altos e baixos na criação de assentamentos rurais por todo o país. No decorrer do governo de Sarney (1985-1989) teve a criação de 505 assentamentos, no qual esse número só não foi maior devido as falhas no I PNRA, conforme abordado anteriormente. Diante dos graves crimes de corrupção e da inflação em alta, no curto mandato de Collor (1990-1992) apenas 259 assentamentos foram criados e reduziu consideravelmente para 134 durante os anos de 1993-1994, marcado pelo período que o vice de Collor, Itamar Franco assumiu a presidência (OLIVEIRA 2007, FERNANDES 1999/2010).

Fernando Henrique Cardoso em seus dois mandatos, que perdurou entre os anos 1995 e 2002, obteve êxito na criação de assentamentos, o qual conseguiu um total de 4.301 (Gráfico 1), e fez de seu governo o que mais assentou famílias desde a redemocratização do país. Teve um alto índice de efetivação dos assentamentos nesse período e o MST se ampliou e sucedeu a formação de mais lideranças, isso trouxe um embate com o governo de FHC que quis restringir as ações dos movimentos sociais.

Fernandes (2001) e Oliveira (2007) abordam algumas estratégias governamentais de FHC que restringiam o movimento, como: a judicialização da luta pela terra, que criminalizavam as ocupações, porém “[...] pela inexistência de uma reforma agrária, as

ocupações têm sido a principal forma de acesso à terra.” Fernandes (2001; p. 21). A implementação de leis e projetos que renegociavam dívidas dos ruralistas, facilitava a compra/venda de terras, atrasavam as vistorias em terras ocupadas e criava uma reforma agrária pelos Correios para exterminar as lutas pela terra e dificultava a ocupação.

E por fim, a ação da mídia contra o MST com “[...] reportagens procurando impingir caráter satânico as lideranças do MST, contra-propaganda organizada a partir de grandes órgãos de imprensa, denúncias nunca provadas [...]” (OLIVEIRA, 2007, p. 145), ocasionou uma má reputação aos movimentos sociais, e principalmente aos assentados que sofrem preconceitos até os dias atuais. Assim temos pelo lado positivo houve um aumento no número de assentamentos rurais criados e negativo as restrições aplicadas na luta pela terra.

Com o fim do Governo de FHC e início do governo Lula (2003-2010), de acordo com o Gráfico 1, instituiu-se um total de 3.590 assentamentos rurais. Dentre esse total, é importante mencionar que em 2005, houve a criação do Assentamento Olga Benário na cidade de Ipameri (GO). O número elevado de criação de assentamentos no mandato de Lula era esperado, tendo em vista que o PT vincula-se ao MST desde a origem do movimento; outro ponto que proporciona mais facilidade no acesso à terra foi a criação do II Programa Nacional de Reforma Agrária (II PNRA). Ante a expansão do agronegócio, já no início do século XXI, o programa se torna limitado, não atinge o objetivo principal que é a implementação da Reforma Agrária. Como resultado, o governo de Lula termina seu mandato apoiando o agronegócio e a expansão na produção de *commodities*. (OLIVEIRA, 2007; FERNANDES, 2010; POLETTI, 2010).

No governo de Dilma Rousseff (2011-2016) registrou em seu primeiro ano de mandato uma queda de 100 assentamentos criados a menos quando comparados ao último ano do governo de Lula. Em seu primeiro mandato (2014) houve a criação de 509 assentamentos; Após sua reeleição e influenciado pela denúncia de crime de responsabilidade e a instauração de um processo de *impeachment* o número de assentamentos reduziu drasticamente para 109, entre 2015 e 2016. Ao assumir o cargo no lugar de Dilma afim de terminar o mandato, Michel Temer criou apenas 108 assentamentos. Por fim, ao assumir a presidência em 2019, Jair Bolsonaro criou apenas 02 assentamentos, em seu primeiro ano de mandato, o menor número registrado desde 1985.

Contudo, o caminho percorrido pelos movimentos sociais através das Ligas Camponesas, da CPT, e posteriormente, com a redemocratização do país e a reestruturação do MST, que mesmo diante de pressões, estabeleceu ocupações e formou acampamentos. Teve-se a criação de assentamentos rurais em todo o país como forma de reestruturação fundiária. Nessa

ótica, é necessário analisar Goiás e o processo de Reforma Agrária ocorrido em seu território, que possibilitou a criação de vários assentamentos dentre eles, o Assentamento Olga Benário na cidade de Ipameri (GO), conforme é abordado na próxima seção.

2.3 Reforma Agrária em terras de coronéis: os movimentos sociais em Goiás

Com o intuito de extrair as riquezas naturais, principalmente ouro, o território onde se localiza o Estado de Goiás, foi desbravado por bandeirantes durante o início do século XVIII. Os locais de exploração de ouro tornaram-se arraiais que posteriormente foram elevados a categoria de povoados e depois cidades. O início do século XX marca o maior período de ocupação populacional em Goiás, “enraizamento” esse efetivado principalmente pela pecuária, atividade que de fato povoa o território goiano.

Aos que ficaram, sem possibilidades de realização das atividades auríferas, iniciou-se a formação de pastagens e agricultura a níveis que variavam entre subsistência a extensiva, mesmo que inicialmente rudimentar, porém era o meio econômico mais viável para a época, ao exigir menor investimento que outras atividades que ali poderiam ser realizadas (MATOS, 2011). Isso proporcionou ao território goiano estabilização econômica por mais de um século (período que compreende o final do século XVIII e início do século XX).

A transição econômica entre ouro para a agropecuária repercutiu no modo como o capital se apoderou das terras goianas. A “colonização” inicial, permitia que os colonos apossassem-se de terras por meio da Lei de Sesmarias². Assim o território goiano foi apropriado e as terras distribuídas entre as pessoas que possuíssem condições financeiras para seu cultivo, o que mais tarde deu origem aos latifúndios. (PESSOA, 1999).

Andrade (1995), relata que esse processo de ocupação de terras de acordo com a legislação de sesmarias foi burlado em prol dos ricos e influentes o que favoreceu a formação dos latifúndios. A ocupação de terras em Goiás por meio de sesmarias, somada a uma economia ruralista baseada na pecuária, elevou a importância das fazendas e atribuiu maior poder a quem as comandavam, os coronéis, que passaram a exercer poder econômico, político e social nas regiões próximas a sua propriedade. As alianças formadas pelos coronéis, nas escalas locais, regionais e federais contribuía para as “eleições” de prefeitos, governadores, deputados ampliando a rede de poder de “mandos e desmandos.” (PESSOA, 1999).

² Lei originada de Portugal em 1375 e atuante no Brasil até 1822, permitiu no Brasil a distribuição de terras sob regime de doação.

Nesse viés, as manipulações políticas e econômicas que os coronéis detinham no Estado de Goiás, se colocam como uma das principais causas do atraso econômico que o Estado vivenciou no final do século XIX e início do século XX, fruto da política conservadora praticada pelos coronéis. Goiás fica à mercê do desenvolvimento capitalista que já estava presente na região sudeste do país, que só chegou ao Estado nas primeiras décadas do século XX com a implementação das ferrovias.

A construção da Estrada de Ferro Goyaz – Minas, no início do século XX, que interligou Goiás ao Sudeste, via Minas Gerais, permitiu o escoamento da produção e a entrada de novos produtos. A estrada de ferro chega a Goiás pelo sudeste e os trilhos também trazem migrantes de distintas regiões e possibilitam o aumento da produção, proporcionada pela ocupação das terras por uma agricultura de base técnica mais avançada e expansão das charqueadas³. O intuito da construção de ferrovias em Goiás partiu de interesses políticos em expandir as fronteiras agrícolas, pois proporcionaria tanto a oferta de produtos primários para abastecimento e exportação, como para a demanda de mercado que seriam supridos pelas indústrias recém-criadas.

A partir da década de 1930, dois importantes marcos são responsáveis pelo desenvolvimento de Goiás: construção de Goiânia e a Marcha para Oeste. Inicialmente temos em 1933 a criação de Goiânia, que caracteriza a descentralização do poder oligárquico e se torna um símbolo da Revolução de 1930 liderada por Getúlio Vargas. Assim Goiânia, capital planejada, se tornou sinônimo de modernidade, atraiu investimentos e aumentou o fluxo de migrantes para a região, pontos principais para as políticas de interiorização.

As políticas da década de 1930 se caracterizaram pela ocupação dos chamados “espaços vazios” do território brasileiro, assim em 1938 a Marcha para Oeste, na qual, apesar de pregar o desenvolvimento e progresso para a região goiana, teve como

[...] as verdadeiras razões [...], especialmente [...] a abertura de frentes fornecedoras de produtos alimentícios mais baratos para os centros urbanos emergentes e a contenção de conflitos sociais já verificados em outras regiões do país, direcionando os excedentes populacionais para os vazios demográficos existentes (PESSOA, 1999, p. 47).

³ Produção de carne seca bovina.

Alguns pontos merecem ser analisados, como a criação de oito colônias agrícolas nacionais⁴, sendo em Goiás a primeira a ser fundada no território brasileiro, com a doação de terras, o que atraiu inúmeros migrantes, muitos desses, camponeses expulsos de Minas Gerais e São Paulo na qual o latifúndio cafeeiro se expandia. Esses, encontraram em Goiás oportunidade de viver e trabalhar em terras, podendo ser considerada a primeira tentativa de Reforma Agrária no território goiano, que beneficiou o governo brasileiro em dois pontos, amenizou os conflitos sociais e aumentou a produção de gêneros alimentícios e matéria-prima necessária para abastecer e aumentar a produção industrial.

A Marcha para Oeste alcança seu auge anos mais tarde (1957) com o início da construção de Brasília, já no governo de Juscelino Kubitschek. A mudança da capital do Rio de Janeiro para Brasília, propiciou mudanças na economia e na política goiana, através do intenso fluxo migratório, ocupações de terras, ampliação das ferrovias, e principalmente, rodovias, expansão mercantil e industrial, que geraram novos meios de trabalho.

Essa mudança também expandiu os latifúndios, que a partir do fortalecimento industrial, as propriedades puderam ser modernizadas e isso resultou na substituição do trabalho braçal por máquinas e a consequência foi a demissão em massa de lavradores. Assim, as contingências de desempregados rurais aumentam e nas cidades eles buscam meios de sobrevivência.

A população urbana em Goiás supera a rural a partir de 1980, conforme retratado quadro abaixo:

Quadro 2 - Total da população goiana nas áreas urbanas e rurais de acordo com o Censo Demográfico.

Censo Demográfico	População Urbana	População Rural
1960	541.469	1.084.907
1970	1.134.242	1.325.765
1980	2.172.965	1.056.254
1991	3.241.119	771.443
2000	4.390.660	605.779
2010	5.420.714	583.074

Fonte: IBGE, Sinopse do Censo Demográfico (2010). **Organização:** Borges, L. A. T. (2022)

⁴ Segundo decreto nº 3.059, de 14 de fevereiro de 1941, as colônias agrícolas nacionais “serão destinadas a receber e fixar, como proprietários rurais, cidadãos brasileiros reconhecidamente pobres que revelem aptidão para os trabalhos agrícolas e, excepcionalmente, agricultores qualificados estrangeiros” (BRASIL, 1941).

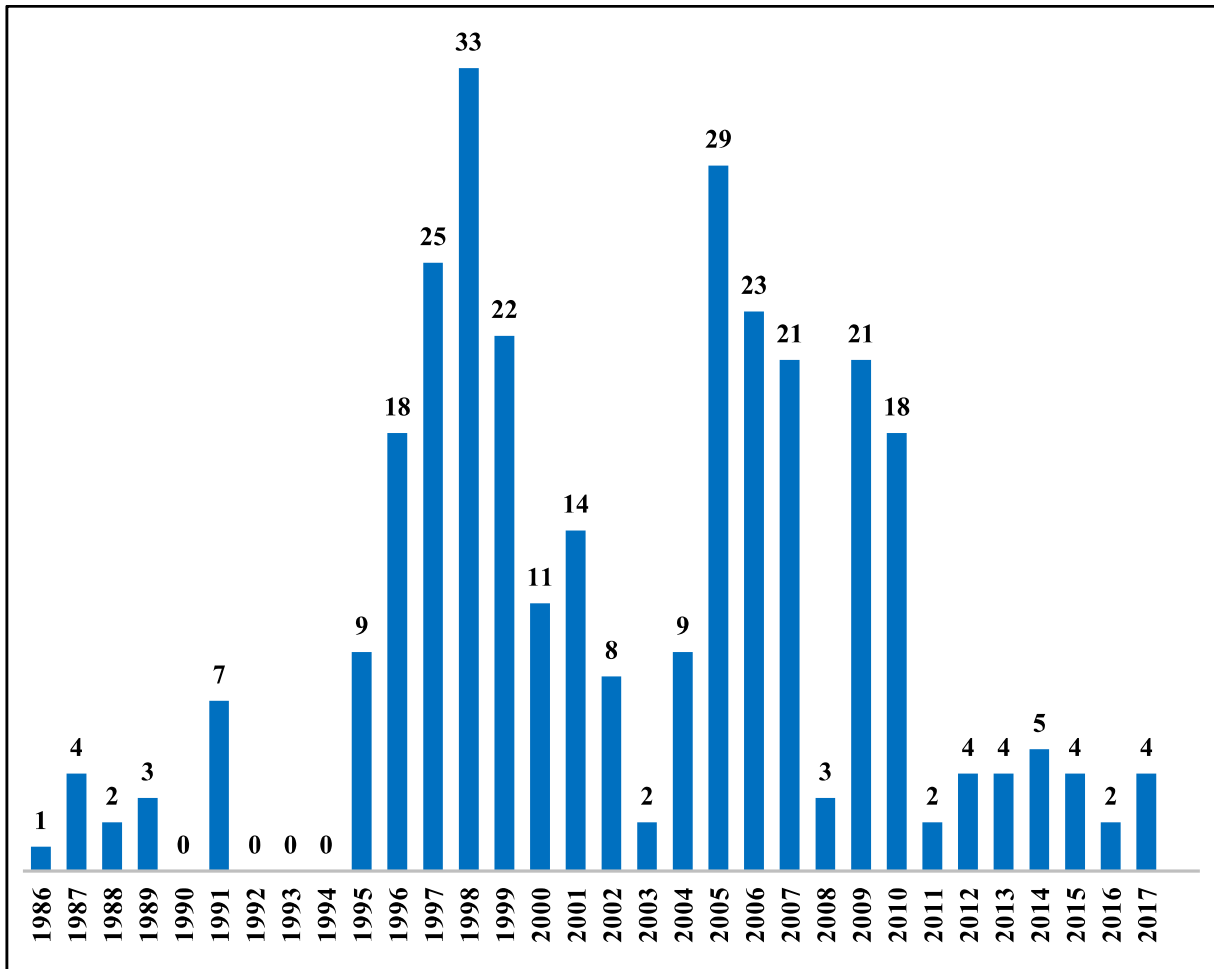
A análise do Quadro 2, permite inferir que a população urbana entre os anos de 1960 e 1970 dobra, efeito esse resultado das migrações, no entanto, a população rural ainda segue em maioria em ambos os censos. Já no ano de 1980, vemos esse quadro se inverter e população urbana se torna superior a rural. Esse fator ocorre pela expansão do capital pelo campo, proporcionado pela adoção de políticas que favoreciam o crescimento dos latifúndios e a privatização de terras devolutas, processo esse que intensificou a grilagem de terras e a opressão do camponês.

A melhoria tecnológica no campo goiano ganhou impulso com a implementação do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) em 1975 e do Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados (PRODECER), atuante em Goiás a partir da década de 1980. O POLOCENTRO tinha como critérios oferecer linhas de créditos fundiários para investimento e custeio para grandes e médios proprietários (MENDES, 2009). Já o PRODECER, teve como meta, a criação de polos de desenvolvimento agrícola nas novas fronteiras agrícolas na Região do Cerrado, a sua diretriz básica visou a implantação de uma agricultura moderna com altos índices de produtividade (INOCÊNCIO, 2010).

Em 1970, a criação de programas que favorecem o grande produtor e exclui o pequeno, inflama questões sociais ligadas a expulsão da terra e gera conflitos entre camponeses e latifundiários. Essa década marcou o “massacre” dos movimentos sociais pelos governos militares, entretanto a atuação da Igreja Católica através da CPT foi fundamental para a melhoria na estrutura fundiária goiana através dos sindicatos rurais, que prestavam assessorias jurídicas aos posseiros⁵. A CPT e os sindicatos lutavam contra a grilagem de terras, a expansão dos latifúndios e principalmente, faziam denúncias das violências e assassinatos sofridos pelos trabalhadores e lideranças (POLETO, 2010).

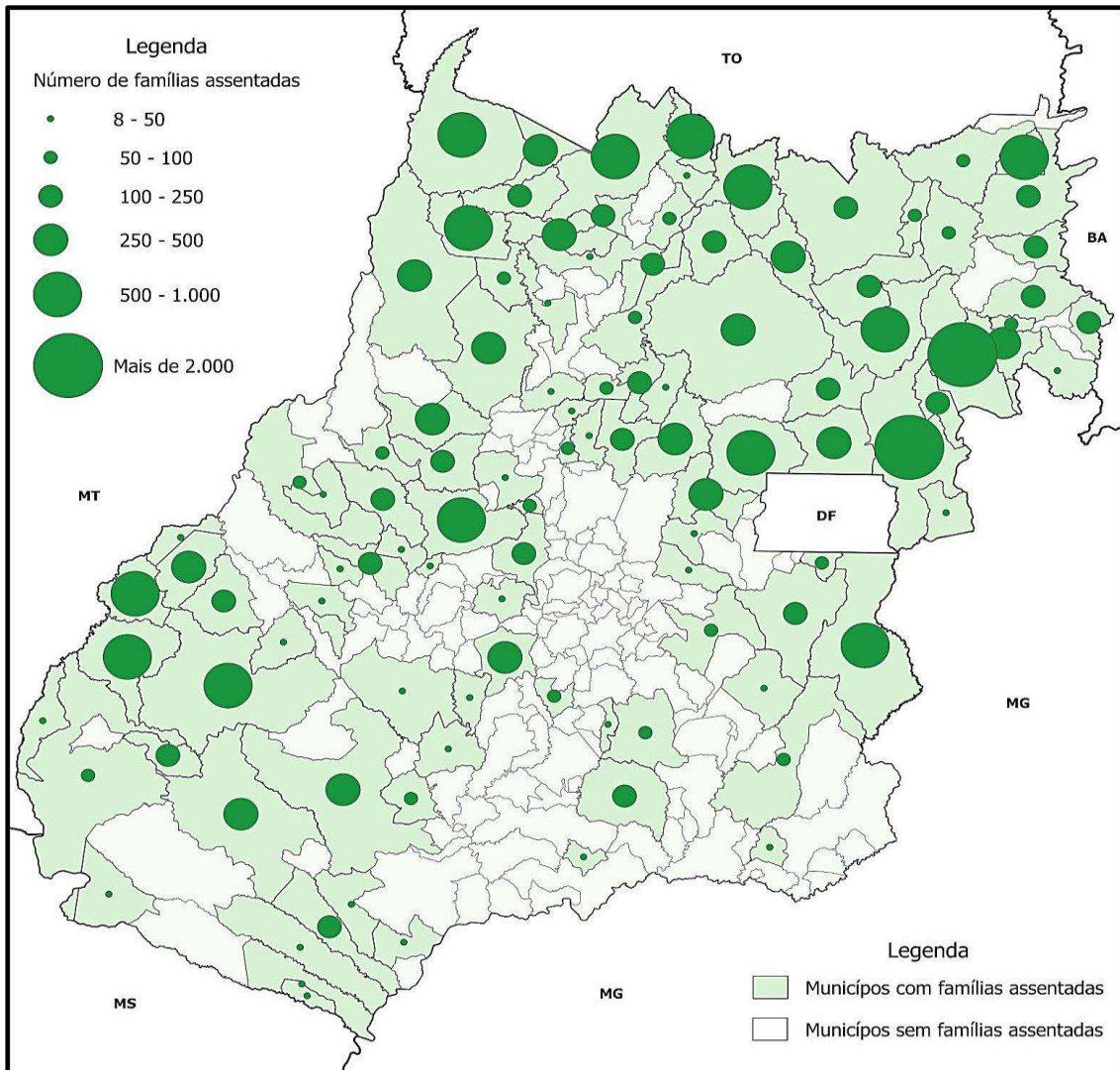
Próximo ao fim da Ditadura Militar (1984), foi quando os movimentos sociais retornaram com maior força, principalmente com a criação do MST, volta as ocupações de terras, formação de acampamentos e posteriormente a criação de assentamentos em todo o país. Assim, diante aos constantes processos de luta pela terra, vários assentamentos estabelecidos em Goiás. O primeiro a ser criado foi o Assentamento Mosquito em 1986 no município de Goiás, em seguida houve a criação de mais assentamentos, totalizando 308 em 2017, conforme aponta o gráfico abaixo:

⁵ Os posseiros são famílias como os camponeses que na terra vivem, trabalha e tiram seu sustento, só que no caso dos posseiros, eles não possuem os títulos das propriedades, em geral, decorrente da falta de condições financeiras para pagar pela terra e os trâmites burocráticos (POLETO, 2010).

Gráfico 2 – Número de assentamentos rurais criados em Goiás entre 1986 e 2017.

Fonte: Painel de Assentamentos - INCRA (2017). Organização: Borges, L. A. T. (2022).

A análise do Gráfico 2 permite afirmar que o período de maior percentual de criação de assentamentos em Goiás foi entre os anos de 1995 a 2010, nesse ciclo, em que o país apresenta uma estabilidade política presidencial, somada a institucionalização do MST amplia a luta pela terra e permite novas políticas em prol da Reforma Agrária. Nesse contexto, Goiás tem seu território ocupado por novos assentamentos, que se distribuem em todas as suas regiões, conforme mostra o mapa abaixo:

Mapa 1 – Número de famílias assentadas em Goiás.

Fonte: Atlas da agricultura familiar de Goiás, 2021.

Como apresentado o mapa, há um grande número de famílias distribuídas em vários municípios goianos, para uma melhor análise, na tabela abaixo, de acordo com dados do INCRA (2017), dividimos as famílias e os assentados por regiões:

Tabela 2 – Distribuição dos assentamentos goianos

Região Goiana	Número de assentamentos	Número de famílias
Norte	99	5.448
Oeste	73	3.182
Noroeste	57	1.526
Sudoeste	40	1.384
Centro	22	996
Sul	08	296
Sudeste	07	174
Entorno do Distrito Federal	02	43

Fonte: INCRA, 2017.

Dentre eles a região norte é a que possui maior número de assentamentos, isso é proveniente do baixo valor das terras e do maior índice de pobreza nessa região, já a região sudeste é a com menor concentração assentamentos e a abriga o Assentamento Olga Benário e uma alta concentração de latifúndios. Contudo, de acordo com os dados do INCRA (2017), 13.049 famílias ocupam uma área de 720.439,09 hectares. O que pode parecer uma área extensa, na verdade representa apenas uma fração, já que Goiás possui 152.174 estabelecimentos agropecuários espalhados em 26.275.245 hectares. O Estado tem uma malha fundiária com 25.554.810 hectares pertencentes a propriedade privada, que ao ser retirado 7.247.500 hectares pertencentes aos agricultores familiares, chega-se a um total de 18.307.310 hectares destinados a propriedades de médio a grande porte (IBGE, 2017).

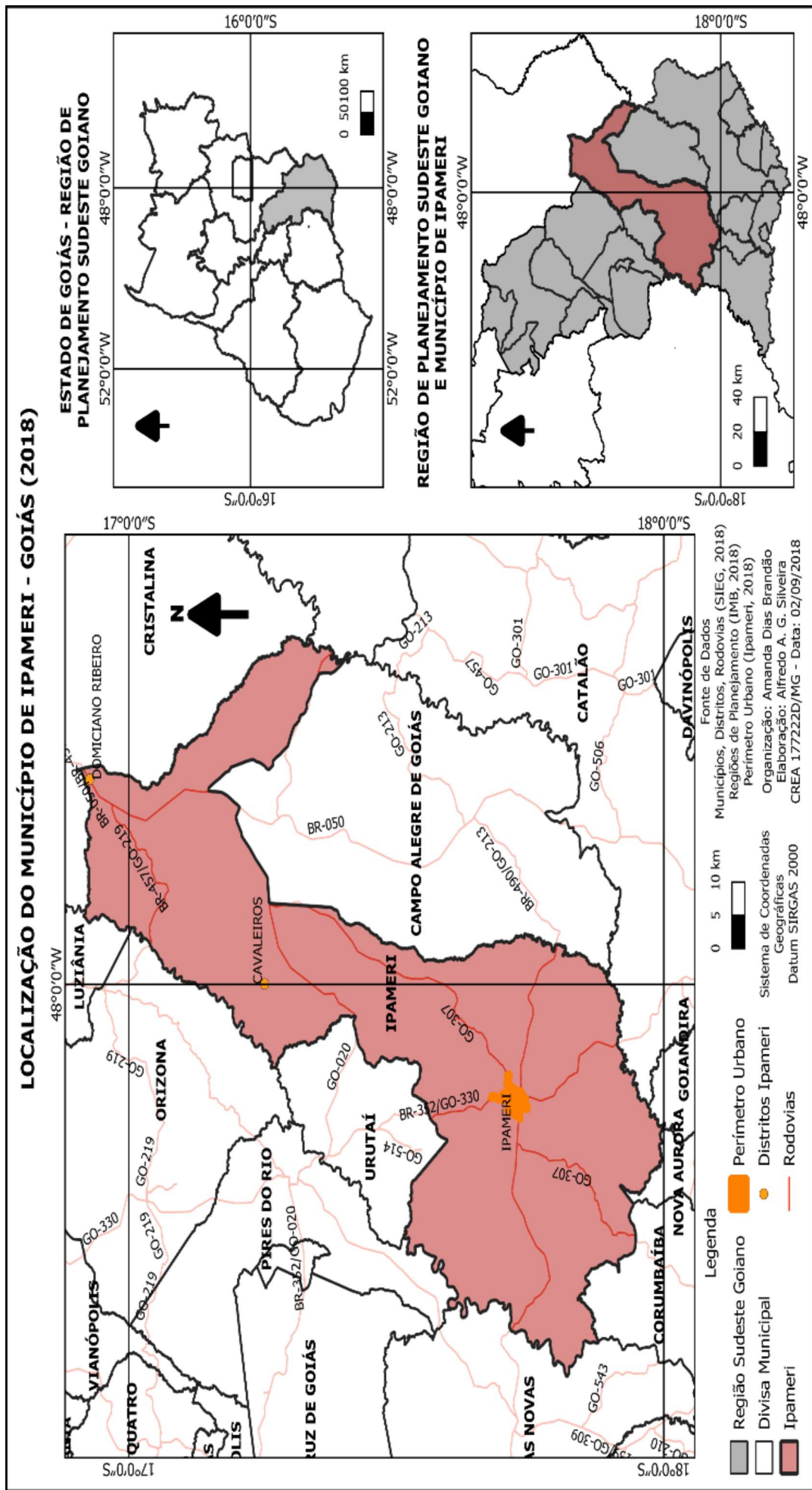
Diante os dados apresentados, é possível afirmar que a concentração de terras ainda é expressiva em Goiás, fruto de uma gestão de ocupação desordenada, que privilegia o lucro e a circulação de capital. A extração do ouro, seguida da formação das Sesmarias permitiram a grilagem de terras e a supremacia do coronelismo, fatores que associados as políticas públicas como a Marcha para Oeste e programas como POLOCENTRO e PRODECER possibilitaram desenvolvimento tecnológico e impulsionou a agropecuária no Estado. As consequências foram a expulsão do pequeno proprietário de suas terras e a substituição do trabalhador rural por máquinas.

Os fatores acima citados simbolizam que o processo de reestruturação fundiária ainda está distante de ser uma realidade no Brasil e em Goiás. A criação de assentamentos rurais tem sido o meio mais eficaz para o progresso da Reforma Agrária, mas não basta criá-los é necessária uma mobilização nas três esferas de poder – Federal, Estadual e Municipal -, e nos três níveis – Executivo, Legislativo e Judiciário -, com a criação de medidas e programas públicos que possibilitem formas de garantir a permanência no campo. Nesse contexto, na próxima seção discutir-se-á sobre alguns fatores políticos, econômicos e sociais que influenciaram a criação do Assentamento Olga Benário no município de Ipameri (GO), município e o assentamento que fazem parte dos lócus da pesquisa.

2.4 Concentração fundiária: Ipameri (GO) no contexto dos movimentos sociais

O município de Ipameri, onde está situado o Assentamento Olga Benário (Mapa 2), está localizado na região da Estrada de Ferro e foi marco para a modernização agrária em Goiás, por sua posição estratégica em relação a ferrovia. Possui, segundo o último censo do IBGE (2011), uma área de 4.368.991 Km² e uma população de 24.735 habitantes.

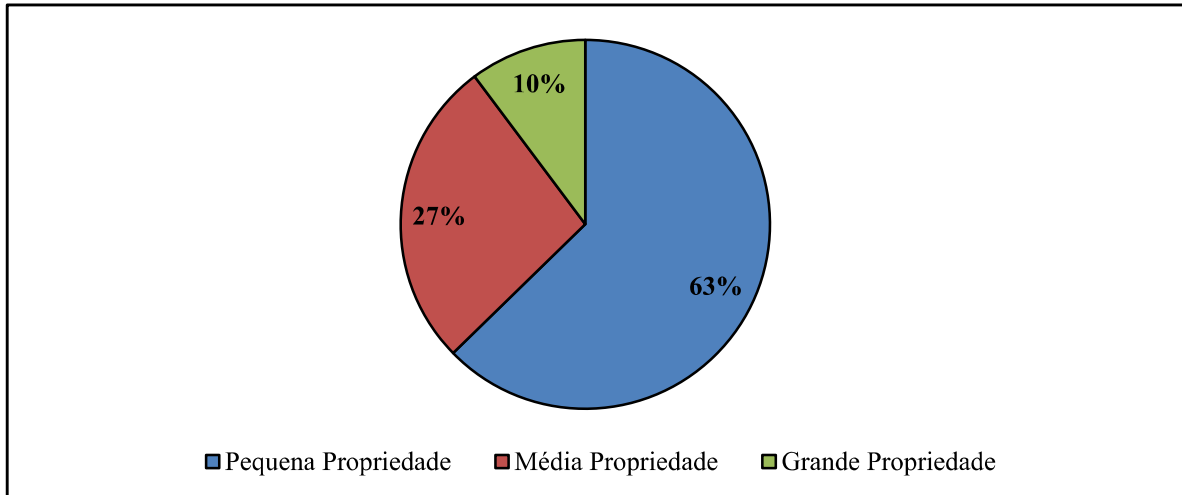
Mapa 2 – Localização do município de Ipameri (GO).



Fonte: Sistema Estadual de Geoinformação de Goiás (SIEG, 2018); Instituto Mauro Borges (IMB, 2018); Prefeitura Municipal de Ipameri (2018). Organização: Brandão, A. D.; Silveira, A. G.

O município de Ipameri possui uma pequena extensão do seu perímetro urbano, porém no que se refere a extensão rural, o município possui uma área composta por 1.193 propriedades⁶, distribuídas num total de 333.798 ha, dos quais 748 são pequenas, 323 médias e 122 grandes propriedades (IBGE, 2017). O que caracteriza uma porcentagem com mais de 60% constituídas apenas por pequenas propriedades, conforme pode ser observado no quadro abaixo:

Gráfico 3 – Percentual quantitativo de imóveis em Ipameri (GO) – 2017.



Fonte: (IBGE, 2017). **Organização:** Borges, L. A. T. (2022).

Porém, a realidade da estrutura fundiária do município altera quando analisamos a extensão que essas propriedades abrangem. As grandes e médias propriedades juntas representam 37% do total e ocupam uma área de 301.519 ha; enquanto isso, a pequena propriedade representada por 63% dos estabelecimentos agropecuários, estão presentes em uma área de 32.279 ha (IBGE, 2017).

Assim, temos uma inversão na classificação, no qual, mesmo em menor quantidade, as grandes e médias propriedades ocupam um percentual expressivo de 90% de toda a área ocupada por imóveis rurais no município. Contudo, a estrutura fundiária de Ipameri (GO) é formada a nível de área/extensão, por grandes propriedades, fator esse que representa uma má distribuição e uso da terra no município, retrato esse que também pertence a vários outros municípios brasileiros, que são dominados por latifúndios.

Um dos principais fatores que influenciaram a dominância do campo em Ipameri por latifundiários se entrelaça nas raízes de criação do município e sua localização geográfica.

⁶ A classificação utilizada para separar em três categorias (pequena, média e grande propriedade) levou em conta a classificação da Lei nº 8.629/1993 que reconhece a pequena propriedade como o imóvel rural de até 04 módulos fiscais, média propriedade como imóvel rural que varia de 04 a 15 módulos fiscais e grandes propriedades como imóveis rurais cuja área atinja acima de 15 módulos fiscais. Ainda, conforme o Portal da Embrapa o valor do módulo fiscal no município de Ipameri (GO) corresponde a 40 ha (BRASIL, 1993; EMBRAPA, 2021).

Ipameri, por ter facilidade de escoamento de mercadorias, por ser cortado pela ferrovia⁷ e rodovias que interligam o município aos grandes centros urbanos, como o Triângulo Mineiro, Goiânia, Brasília e as regiões metropolitanas dessas capitais, sempre teve sua economia comandada por produtos de origem primária para abastecer a indústria dos centros urbanos.

Um importante marco para modernização do município veio na década de 1980 com a implementação do PRODECER que proporcionou a modernização da agropecuária. O agronegócio goiano prosperou e hoje se destaca principalmente em cultivo de grãos e na criação de animais. Para uma maior produtividade, melhorar a qualidade do produto e maximizar o uso das terras, adotou-se então o processo de cultivo de monoculturas formadas em sua maioria pelas lavouras temporárias de ciclos vegetativos anuais, como é o caso da soja, milho, sorgo, dentre outros.

Ipameri não foi exceção, investiu na modernização do campo e como resultado, o município teve o primeiro Sindicato Rural de Goiás e atraiu empresas, bancos, cooperativas, associações e instituições educacionais voltadas ao agronegócio para atuarem no município e isso facilitou a aquisição de mão-de-obra especializada, a concessão de créditos, empréstimos e financiamentos, bem como agilizou a compra e venda de insumos e produções. Como resultado, em 2020 o município ocupou a 95ª posição no ranking de municípios brasileiros que mais arrecadaram em produção agrícola temporária, segundo dados da PAM (IBGE, 2021).

No entanto, o processo de modernização agropecuária exclui o pequeno produtor de Ipameri e o expulsa do campo, a exemplo do que ocorreu e ocorre nas demais regiões e municípios brasileiros dedicados a produção granífera. Segundo dados do IMB (2021), a população rural ipamerina caiu de 5.722 habitantes em 1980, ano do auge da modernização agropecuária, para 3.999 habitantes em zona rural no ano de 2010. Isso reforça que o conceito de modernização do campo traz benefícios para a economia brasileira, porém prejudica a permanência do pequeno produtor no campo.

Conforme abordado em partes anteriores do trabalho, para que ocorra uma maior equidade na distribuição e uso das terras brasileiras, há a necessidade de uma ampla Reforma Agrária, porém os movimentos sociais, a ocupação de terras devolutas e a construção de assentamentos rurais, no Brasil, são as formas mais próximas de uma mudança na estrutura fundiária. Nesse contexto, o assentamento rural cumpre o papel social, pois,

Diante a ampliação da fome e da miséria, do desemprego, do inchaço dos centros urbanos e das reduzidas taxas de crescimento econômico, sobretudo nos países com elevados índices de pobreza e exclusão social, os

⁷ Os trilhos da Estrada de Ferro Goyaz chegam em Ipameri em 1913, com o prolongamento da linha Mogiana, trecho que hoje faz parte da Ferrovia Centro-Atlântica.

assentamentos representam uma importante iniciativa no sentido de gerar empregos diretos e indiretos a baixo custo e para estabelecer um modelo de desenvolvimento agrícola em bases sociais mais equitativas [...] (BERGAMASCO; NORDER, 1996, p. 8).

Dessa forma, a função fundamental dos assentamentos, não é tentar concorrer com os latifúndios e sim preservar o estilo de vida do pequeno produtor, que “tem terras para trabalhar, viver, se estabelecer e produzir” da forma com que lhe é possível, no seu ritmo, até porque o foco dos grandes produtores é a produção de *commodities*. A pequena produção é diversificada, ou seja, baseia-se na policultura e tem como destino o mercado interno, “a mesa do brasileiro”. No caso de Ipameri, a inserção de um assentamento é um avanço em direção a equidade fundiária, entretanto a estrutura agrária do município, continua sob o domínio dos grandes produtores.

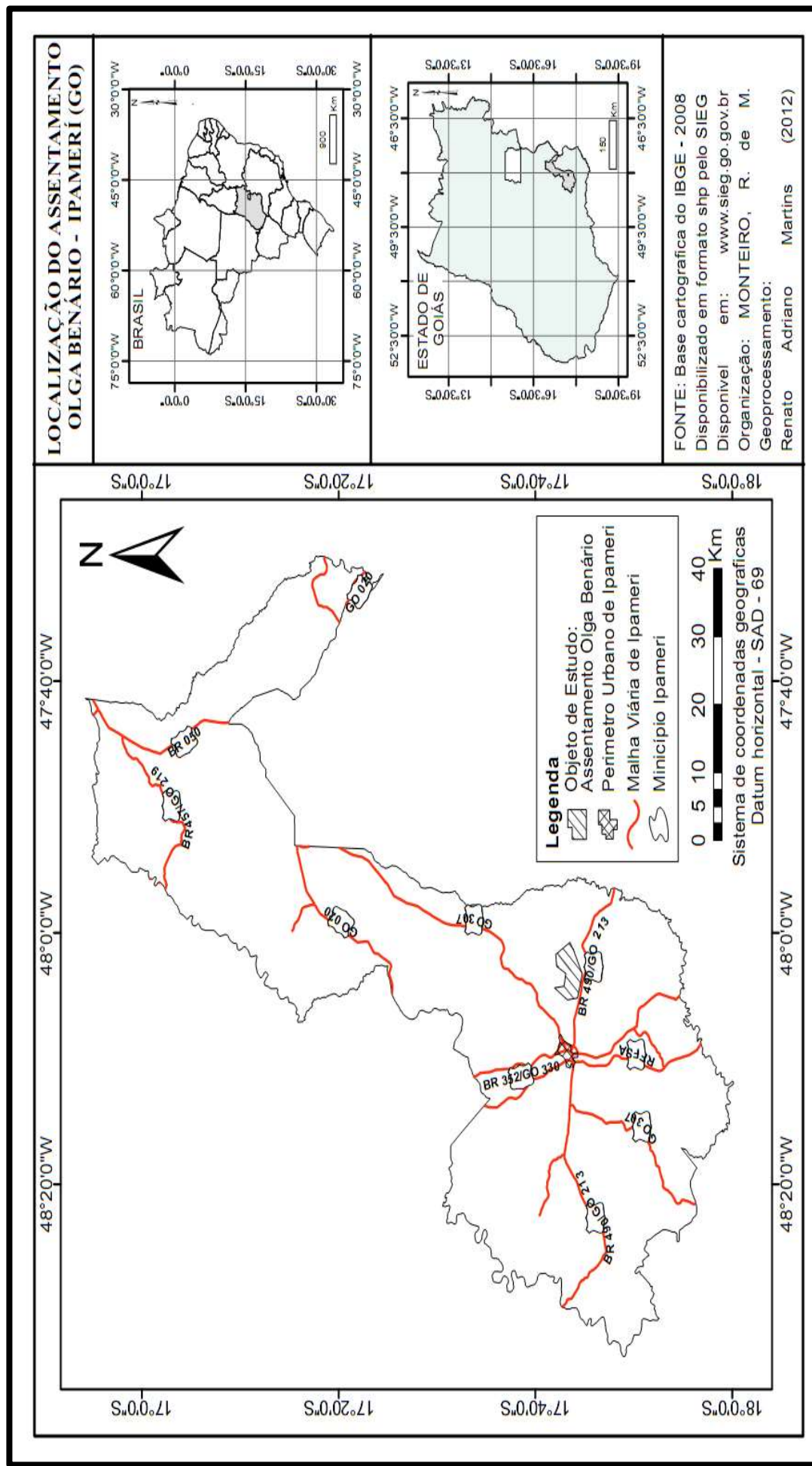
Antes do Assentamento Olga Benário, Ipameri não tinha presenciado uma movimentação de trabalhadores daquela natureza. Alguns fazendeiros da região se sentiram incomodados com aquela agitação e chegaram a ameaçar os sem-terras. Segundo os sem-terras eles chegaram a correr risco de morte. Só não aconteceu uma tragédia porque houve interferência da Comissão Pastoral da Terra (CPT). (FIRMINO, 2013, p. 117).

Vale ressaltar que, em Ipameri a Igreja Católica sempre teve fortes influências e a presença de uma sede diocesana interferiu/fortaleceu a presença do MST e da CPT na região. A ação desses segmentos somados ao crescimento dos movimentos sociais pelo Brasil, durante o governo Lula, resultou em 2004 na formação de um acampamento as margens da rodovia GO-213, entre Ipameri (GO) e Campo Alegre de Goiás (GO), seguido da aquisição das terras da fazenda Ouro Verde, pelo INCRA no valor de R\$ 8.355.547,27 (MONTEIRO, 2013).

As famílias ficaram acampadas durante quatro meses, até que em julho de 2005 receberam a autorização para adentrar a área da fazenda e constituir um pré-assentamento. Os trabalhadores ficaram acampados em barracas de lona (FIRMINO, 2013). No período em que estavam no pré-assentamento participaram de uma experiência de trabalho coletivo e cultivaram abóboras e arroz, que resultou em prejuízos financeiros as famílias (MONTEIRO, 2013).

No ano de 2005, o Assentamento Olga Benário é territorializado – conforme mostrado no Mapa 3. Atualmente possui, de acordo com a Relação de Beneficiários do PNRA (2021), o total de 83 famílias assentadas e ocupa uma área de 4.322 hectares (INCRA, 2017; MAPA, 2021).

Mapa 3 – Localização do Assentamento Olga Benário.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2008); Sistema Estadual de Geoinformação de Goiás (2008). Organização: Monteiro, R. de M. (2012).

A aquisição da terra simboliza uma das etapas iniciais para a construção do território, surge agora o desafio de desenvolver e obter progresso com a propriedade, “[a] conquista da terra impõe aos assentados desafios, incertezas e expectativas da produção econômica” (BERGAMASCO; NORDER, 1996, p. 56). Contudo, com as negociações constituídas, os agora assentados do Olga Benário, teriam que buscar melhores formas de administrar a propriedade, nessa perspectiva,

[...] emergiram as propostas de organização coletiva, feitas pelo MST com o apoio do INCRA. Além desta opção, poderiam eleger a constituição de uma porção coletiva e, outra, familiar (dividindo um hectare por família na área propícia para lavoura e o restante da fazenda ficaria sem divisão); ou, tradicionalmente, o parcelamento por família, que foi a definição da maioria (MONTEIRO, 2017, p. 51).

Conforme destaca o autor, com o intuito de buscar o melhor desenvolvimento da propriedade, os assentados optaram por cada família ter a posse da sua gleba para produzir de forma individual e nesse contexto, as parcelas foram distribuídas de acordo com a proporcionalidade de terras produtivas e improdutivas, ou seja, o tamanho da parcela de cada beneficiário é de acordo com a qualidade do solo, quanto mais produtivo menor a parcela e quanto mais improdutivo maior a parcela, afim de igualar as parcelas ao máximo em termos de produtividade (MONTEIRO, 2013). No entanto, vale destacar que seis famílias optaram por adotar o modo coletivo de produzir/viver e fundaram o Coletivo Margarida Alves (Imagem 1).

Imagem 1 – Imagem de satélite da agrovila do antigo Coletivo Margarida Alves



Fonte: Google Earth (2021). **Organização:** Borges, L. A. T. (2022).

Na imagem é possível observar que foram construídas seis casas com um pequeno lote ao redor das benfeitorias para cultivo e criação de animais para consumo familiar, o restante da área é administrado em conjunto. “Existem relatos de que o grupo coletivo apropriou-se da área do Assentamento cujo solo é mais fértil, há proximidade com cursos d’água, com a rodovia e que estava mais fácil de ser trabalhada, pois estava formada.” (MONTEIRO, 2013, p. 82).

A fundação do coletivo, que era comandado por lideranças do MST e a adaptação ao modelo individual de produção causou a primeira ruptura no assentamento. Ideologias diferentes, deu início a conflitos internos pelo território, entre os membros do coletivo e demais assentados, fato que representa o ápice dos conflitos e foi retratado por Monteiro (2013),

Após sua criação, o Coletivo Margarida Alves arrendou parte de sua terra [...] para um produtor rural da região produzir soja (há relatos de que era soja transgênica). Adotou-se essa estratégia como mecanismo de obtenção de renda para os futuros investimentos produtivos do grupo. Esse fato provocou revolta em várias famílias assentadas porque haviam aprendido, na época dos acampamentos, que não deveriam produzir monoculturas [...] (MONTEIRO, 2013, p. 83).

Conforme ressalta o autor o coletivo passou a produzir da mesma forma que os latifúndios, onde se preconiza a grande produção de uma cultura apenas. Monteiro (2013) ainda reforça que um dos principais motivos para a revolta dos demais assentados foi a negligência

do INCRA em fiscalizar e punir quem estava arrendando, sendo que na época que o fato ocorreu, os assentados ainda não possuíam as escrituras de suas terras, logo, nenhum assentado poderia arrendar, vender ou alugar suas glebas. Isso além de ir contra o que o próprio INCRA instituía, demonstrava que o MST detinha um poder centralizado no comando do assentamento.

Como consequência, os assentados, no ano de 2008 começaram a se desvincular do movimento e fundaram no mesmo ano, com o apoio da CPT, a Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento Olga Benário (ASPROAB). No entanto com relação ao Coletivo Margarida Alves, nos anos seguintes 2009-2010 “se individualizou devido as dificuldades de comercialização, a ausência de (acesso a) políticas públicas e aos conflitos internos.” (MONTEIRO, 2017, p. 52).

A ASPROAB iniciou seu trabalho com a reunião de 50 famílias que se associaram e desvincularam-se do MST. As propriedades, administradas sem influência do MST passam a receber recursos técnicos e financeiros em parceria, uma vez que “[...] associações facilitam o contato entre os assentados e as instituições públicas e privadas relacionadas à produção agropecuária [...]” (BERGAMASCO; NORDER, 1996, p. 59-60).

Para que houvesse acesso as políticas públicas, financiamentos, assistência técnica, fornecedores, comércio e outras possibilidades de ampliação de desenvolvimento, é criado anos depois, em 2010, a Associação Camponesa Regional da Agricultura Familiar (ASCRAF), com aproximadamente 34 famílias. A criação dessa nova associação, no entanto, não originou conflitos internos com a ASPROAB, o que possibilitou que os assentados que quisessem, poderiam participar de ambas, ao mesmo tempo.

Portanto, as associações ASPROAB e ASCRAF surgem e se territorializam no Assentamento Olga Benário, com o intuito de trazer melhorias de vida aos assentados. Elas tendem a modificar o território e a desenvolvê-lo, diante ensejo, será abordado no próximo capítulo, o processo de territorialização que traz desenvolvimento aos assentamentos a partir da força de trabalho do agricultor familiar.

**3 O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E AS RELAÇÕES DE PODER EM
ASSENTAMENTOS RURAIS**

3 O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E AS RELAÇÕES DE PODER EM ASSENTAMENTOS RURAIS

A presente seção foi construída a partir da junção de pesquisa bibliográfica e documental para discutir o processo de territorialização nos movimentos sociais dentre eles a dinâmica territorial e de poder que ocorre no Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO). Dessa forma, o objetivo é discutir como o processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização influenciam na forma de produção e comercialização dos produtos cultivados dentro do assentamento.

O Brasil é um país constituído diverso e complexo em sua sociedade e natureza. No seu interior reverberam, historicamente, diferentes lutas pela terra, que colocam as análises dos territórios em posição destaque, sobretudo quando existem relações de poder desiguais entre as classes antagônicas. Assim, propõe-se dialogar com dois conceitos da Ciência Geográfica: espaço e território. O que compete aos geógrafos frente ao objeto de estudo, isto é, diante da relação homem-meio, é o olhar criterioso acerca da espacialidade das relações sociais, incluindo as que sobrelevam as disputas territoriais e o processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização.

Ao trazer essa visão para a realidade do Assentamento Olga Benário, observa-se que, primeiramente, a ocupação e a produção do espaço geográfico delimitado é precedido por diferentes necessidades. Ou seja, os assentados, necessitam do uso da terra para o plantio e estabelecer morada, e nesse sentido criam estratégias conjuntas para alcançar os seus objetivos. Essas premissas são elementares para fortalecer o grupo, solidificar a luta pelo território, além de respaldar o direito social do uso da terra.

No entanto, no decorrer dessa seção é abordado como são constituídas as associações em territórios rurais e por consequência, compreender o motivo que levou os assentados do Olga Benário, agricultores familiares, a escolherem o sistema associativo baseado na agricultura familiar, como uma estratégia de sobrevivência no campo.

3.1 Territorializações dos movimentos sociais rurais

A partir da luta constante por justiça e democracia no uso da terra, os assentamentos advindos da gradativa Reforma Agrária no Brasil, tem por princípio beneficiar os sujeitos que trabalham através da terra e são despossuídos de qualquer condição socioeconômica, para residir em áreas rurais, bem como para desenvolver as suas atividades laborais. Nesse íterim,

o Assentamento Olga Benário, se destaca como fruto de luta e resistência dos assentados que a partir de seu trabalho, cultura e vivência, materializam-se no espaço geográfico ante uma disputa que originaram novos territórios.

Moreira (2006) destaca que a sociedade burguesa cria um espaço de vivência que separa o público do privado e influência na acumulação mercantil, na soberania industrial e na dominação financeira do capital, que globaliza o espaço. Quando o sem-terra resolve entrar na luta, ele vai contra esse espaço criado e imposto pela burguesia. Diante afirmativa, é importante destacar que

[...] as formas de contra-espaço têm um caráter diverso em seu conteúdo e seus objetivos. É contra-espaço o arranjo espacial de uma greve ou uma insurreição de operários, uma ocupação de terras com fim de assentamento rural, uma favela como forma de movimento de ocupação-assentamento urbano [...] O contra espaço é o modo espacial por meio do qual excluídos e dominados põem em questão a ordem espacial instituída como forma de organização da sociedade [...] Pode ser contra-espaço um movimento de confronto, de resistência, de mimetismo ou de simples questionamento da ordem espacial existente. (MOREIRA, 2006, p. 101).

Dessa forma, o espaço que corresponde como a totalidade, se torna repleta por um conjunto de formas, funções e estruturas apresentados na história das sociedades pelos processos de lutas do passado e da contemporaneidade. Nesse viés, o espaço se torna o resultado dessa complexidade de condicionamentos, realizados por processos sociais. Posto isso, o espaço “como a totalidade é um conceito abrangente, importa fragmentá-lo em suas partes constituintes para um exame mais restrito e concreto.” (SANTOS, 1985, p. 38).

Essa fragmentação para uma análise detalhada gera o recorte espacial, que é o “princípio do conceito do território: o recorte qualificado por seu sujeito (o corpo). Qualificado como domínio do seu sujeito – o sujeito do recortamento –, cada recorte do espaço é um território” (MOREIRA, 2006, p. 79), então quando promove-se a fragmentação do espaço e a análise do sujeito assentado, tem-se o assentamento como território, pois é nesse recorte espacial que o assentado se territorializa.

Quando traz-se essa definição, é possível compreender que o assentado se territorializa a partir da sua fixação em uma determinada fragmentação do espaço, conforme ênfase destacada por Fernandes (2001, p. 52) “A ocupação desenvolve-se nos processos de espacialização e territorialização, quando são criadas e recriadas as experiências de resistência dos sem-terra”, assim eles dispõem do território para produzir e habitar, ou seja, passa a ser um local para as ações do homem perante o espaço.

Nessa linha de pensamento, os assentados apropriam-se do espaço a partir de uma ideia coletiva e consideram a utilização dessa porção territorial sob diversos aspectos valorativos. Por isso, segundo Raffestin (1993), o território se forma diante da ação do ator que se apropria do espaço, seja de forma abstrata ou de forma concreta. Contudo, ao se apropriar do espaço o sujeito desenvolve um processo de territorialização a partir do trabalho, conforme aponta Monteiro (2013),

[o]s territórios são produto e condição da territorialização, produzidos espaço-temporalmente pelo exercício do poder por determinado grupo/classe social, ou seja, pelas territorialidades cotidianas, que são, simultaneamente, resultado, condicionantes e caracterizadoras da territorialização e dos territórios. As forças sociais efetivam o território, o processo social, *no (e com o) espaço geográfico, centrado na territorialidade cotidiana dos indivíduos/grupos e emanado dela, em diferentes centralidades, temporalidades e territorialidades, que condicionam a vida cotidiana.* (MONTEIRO, 2013, p. 96, grifo do autor).

Nesse contexto, vale destacar que o homem tanto cria um novo território quanto recria um existente, fato observável na ocupação de terras para fins de assentamentos, no qual, ocorre o processo de reterritorialização, a partir das posses de terras/territórios. Nos estudos da Ciência Geográfica há a espacialização dos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (T-D-R), esses três conceitos fazem parte do processo de modificação do espaço geográfico, ou seja, o espaço utilizado pelo homem, pode produzir, manter relações sociais, culturais, econômicas e políticas.

Esses processos de T-D-R, são amplamente abordados pelos autores, Haesbaert (2007); Chelotti (2009) e Monteiro (2013; 2017), que trazem uma discussão sobre o processo de construção, desconstrução e reconstrução de território, ou seja, modifica o espaço e altera e/ou intensifica a relação entre o homem e a natureza, dessa forma,

[...] *os territórios sempre comportaram dentro de si vetores de desterritorialização e reterritorialização.* Muito mais do que uma coisa ou objeto o território é um ato, uma ação, uma *rel-ação*, um movimento (de territorialização e desterritorialização), um ritmo, um movimento que se repete e sobre o qual se exerce um controle. (HAESBAERT, 2007, p. 127, grifos do autor).

Destarte, faz parte da T-D-R o processo de mudança através das ações dos partícipes, já que existe, antes de qualquer coisa, uma sólida ideia de uso do solo com princípios distintos daqueles antes de sua ocupação, incluindo o contexto social e econômico. Em outros termos, é a forma como esse território é utilizado que motiva a produção desse espaço conforme aponta Santos (2006, p. 14), pois “[o] território usado é o chão mais a identidade. A identidade

é o sentimento de pertencer àquilo que pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida [...]”. Nesse exercício de reflexão, o Assentamento Olga Benário evidencia o processo de reterritorialização, visto que a ocupação do território foi realizada para criar uma nova função.

A partir do princípio da ocupação das terras para criar o Assentamento Olga Benário, os assentados reterritorializaram um território existente (a antiga Fazenda Ouro Verde) diante a posse das terras e modificaram sua estrutura. Esse processo realiza-se a partir de uma nova organização espacial, em que os sujeitos (assentados) recuperam e garantem inovações nas relações do poder territorial. O processo de T-D-R pode ser entendido como as fases vividas pelos assentados que,

Embora tenham sofrido processos de desterritorialização por muitos anos, morando em barracos de lona preta, na beira de estradas, com infra-estrutura muito precária, com alta mobilidade espacial passando por diversos acampamentos, ao se reterritorializar num determinado lugar, os sem-terra reconstroem seus territórios simbólicos, seja na maneira de ocupar seu ócio, na maneira de construir suas casas, na alimentação, nos jardins [...] (CHELOTTI, 2009, p. 190).

Nesse pressuposto, os assentados do Olga Benário ao se reterritorializar conseguem construir, além de um espaço de vivência e de trabalho, os seus “territórios simbólicos”. Assim, tal ação possibilita que eles tenham moradias, lugar para plantar, criar e colher, espaço para criar laços, ocupar o ócio, ainda que não se tenha uma estrutura e infraestrutura adequada, ela é moldada aos poucos.

De acordo com Firmino (2013), o Assentamento Olga Benário é formado por famílias de diferentes origens, que saíram de diversas regiões de Goiás e de outras áreas do país. Trouxeram distintos saberes, culturas, ideais políticos e religiões que se entrelaçaram e transformaram o assentamento em um território diverso. Porém, a trama gerada pela diversidade gera conflitos e a readaptação a nova realidade faz da reterritorialização um processo de difícil construção, pois o território conquistado não possui a mesma dinâmica da realidade vivida anteriormente, conforme destacado por Chelotti (2009, p. 194):

O processo de reterritorialização não é um processo simples, pois implica a mudança de vida, de lugar de morada, enfrentar o novo, o desconhecido. A (re)adaptação ao novo lugar tende a ser mais difícil quando trata-se de um lugar totalmente diferente do seu, seja em relação a cultura ou ao ambiente. Mas a reterritorialização não muda apenas a vida das pessoas que estão chegando, muda também o novo lugar, na medida em que novas relações necessitam ser (re)estabelecidas, num constante processo de aprendizagem e descobertas.

Conforme supracitado, os processos de ocupações geram tentativas falhas vivenciadas pelos sem-terra, pois ocupam áreas nem sempre disponíveis para a Reforma Agrária. E isso também aconteceu com os assentados do Olga Benário vindos de outros movimentos sociais, que ao se alocarem, passaram por um período de readaptação ao novo território, até conseguirem se reestabelecerem e gerar novos meios de trabalho que resultaram em renda para a família assentada.

Nem sempre a ocupação provisória, que acontece inicialmente dentro do movimento sem-terra, traz como garantia a permanência na terra ou se tornar um assentado. Na maioria das situações, os agricultores desterritorializados vivenciam territórios transitórios, aqui, ali e acolá, sem criar raiz. Todo esse caminho, de “ir e vir”, desmotiva o trabalhador rural sem-terra e leva-o a desistir da conquista, a perder a esperança e até mesmo sua saída do movimento, visto que a qualidade de vida durante a luta é precária (MONTEIRO, 2013).

É preciso destacar que a luta dos assentados é fundamental para o desenvolvimento do território e a construção da historicidade do lugar, bem como na representação dos trabalhadores sem-terra que resistem, de vários modos, a tirania do agronegócio dominante no campo. Ainda é preciso lembrar-se da violência existente no campo, na qual os assentados estão sujeitos o tempo todo, a omissão do Estado frente a realidade de massacre. Tudo isso são elementos pertencentes ao cotidiano dos acampados/assentados, que complementam as suas vivências enquanto sujeitos históricos.

De maneira geral, no processo de luta pela terra e de construção de consciência, os sujeitos históricos se fortalecem como classe de camponeses (alguns tornam-se camponeses) que politizam as suas histórias de vida e as suas condições sociais. Assentados, suas ações produzem um território no lugar, que não é efêmero e (apenas) simbólico, mas permanente, objetivo e subjetivo, produtor de um sujeito social que, a partir dele, reposiciona-se nas lutas políticas [...] (MONTEIRO, 2017, p. 67).

Monteiro (2017), reforça a ideia apresentada por Haesbaert (2007), que em suas análises a respeito das noções de território, classifica-o a partir de três vertentes básicas. São elas: a) a política, b) a cultural e c) a econômica, que importadas para a realidade do assentado, e apesar de serem distintas, se complementam na trajetória de luta pela terra até a conquista da mesma, pois “os assentamentos são uma expressão camponesa e, simultaneamente, ali se reproduzem formas tradicionais do campesinato, em conjugação com mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais da qual participam, igualmente, estes camponeses.” (MONTEIRO, 2017, p. 139).

Por isso, importa dizer sobre trajetória da produção do espaço sob a ótica dos assentados, pois são várias as influências que ditam tal acontecimento. Assim, se o espaço é uma questão objetiva construída diante das ações contínuas, em sentido de transformação, cumpre lembrar que os assentados constroem a sua própria realidade, “[...] pois é esta que dita a compreensão dos efeitos dos processos (tempo e mudança) e especifica as noções de forma, função e estrutura, elementos fundamentais para a nossa compreensão da produção de espaço.” (SANTOS, 1985, p. 37).

Por último, vale ressaltar que produção é inerente ao espaço, todavia, esse processo acontece em uma porção espacial de determinado território que, por sua vez, é “[...] organizado por uma fração da sociedade para o exercício de uma forma particular de produção.” (SANTOS, 1985, p. 44). No caso do Assentamento Olga Benário, a organização do espaço é pautada na produção de alimentos, na constituição de moradias, bem como no ato de resistência dos atores, sendo esse complexo de ações determinantes para materializar o território.

Destarte, para compreender o Assentamento Olga Benário deve-se analisar tanto o território quanto os sujeitos, pois ambos fizeram parte do processo de T-D-R, conforme foi dividido em dois segmentos. Primeiro, ao analisar o território, nota-se que passou pelo processo de T-D-R com a desvinculação de latifúndio para se transformar em assentamento, ou seja, desterritorializar para reterritorializar. Segundo, ao explicar o sujeito, nota-se que também passa pelo processo de T-D-R, pois com distribuição desigual das terras ao se vincular a algum movimento o sem-terra se encontra desterritorializado e com a conquista de sua parcela ele se reterritorializa em um novo espaço.

Portanto, o processo de reterritorialização proporciona tanto o desenvolvimento do próprio território quanto da vida dos assentados do Olga Benário. Assim, nas próximas seções apresentar-se-á as metas alcançadas pelos assentados, diante a inserção de formas coletivas de trabalho, parcerias governamentais e auxílio de políticas públicas.

3.2 Desenvolvimento do território: o associativismo como forma coletiva de trabalho no campo

O desenvolvimento de um território pode estar vinculado tanto as medidas de políticas públicas quanto privadas. No caso de assentamentos rurais no Brasil em que o governo possibilita a posse das terras, ele cumpre um papel importante ao subsidiar recursos para o desenvolvimento dos assentados em seu novo território.

O território se materializa na relação estabelecida entre dois ou mais sujeitos humanos e a natureza, que dispõem do território para produzir e habitar, no qual, o território transforma-se em um local para as ações do homem. Forma-se uma sociedade, produz novas redes e interliga pessoas em um dado território (HAESBAERT, 2007). A concepção de território está intimamente ligada com a relação de poder existente,

[...] O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar do espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço [...] O território, nesta perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder [...] (RAFFESTIN, 1993, p. 143-144, grifo do autor).

Dessa forma, assim como também é defendido por Haesbaert (2007), o território está além do seu espaço físico, isto é, ele é caracterizado pelo ato, a ação, o movimento, a relação em que se tem por predominância o exercício de controle do poder. O poder então se destaca pelas inúmeras relações criadas, mantidas e preservadas no território, assim, demarcam e formam o sistema territorial (RAFFESTIN, 1993).

Perante o exposto, cria-se as tramas de poder, elementos os quais compõem a formação do território e sua territorialidade, visto que, o território contribui para a formação da sociedade e cria-se o Estado, pilar central do poder, por possuir um alcance maior seja nas escalas nacionais, estaduais ou municipais. Contudo, conforme destaca Inocêncio (2010, p. 115), “[o] Estado detém o poder de criar leis que regulam o uso social do território e, portanto, toda a sociedade; tornou-se o maior criador e controlador de normas sociais. O poder do Estado é exercido sobre uma dada população que habita determinado território.”

Apesar de ser um grande representante de poder no território, o Estado não é o único. Para Raffestin (1993, p. 152), “[d]o Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que produzem o território”, a vista disso, as relações de poder são inerentes a produção, consequentemente, quanto maior a produção, maior a abrangência de poder sobre o território, seja esse poder comandado por um ator público ou privado.

No caso dos assentamentos de Reforma Agrária, o poder surge antes mesmo do território físico, a idealização de um território em que o sem-terra possa trabalhar e viver é a premissa de uma série de fatores, entre eles, o poder que vai possibilitar a conquista. Para que isso ocorra, é essencial que haja interesse popular que possibilitará a criação de movimentos

sociais. Na luta pela terra, um ponto chave para a manifestação de poder, são os movimentos sociais e a sua organização, como reforça Fernandes (2001),

A organicidade é uma característica dos movimentos socioterritoriais. É representada na manifestação do poder político e de pressão que os sem-terra possuem no desenvolvimento da luta, tanto para conquistar a terra, quanto para as lutas que se desdobram nesse processo [...] (FERNANDES, 2001, p. 82).

Nessa perspectiva, com os movimentos em ação, concomitante a pressão popular, faz com que o Estado se reestruture e promova ações em prol do interesse da população através de políticas governamentais. Mas, “[a]o serem constituídos esses territórios são perpassados por relações de poder envolvendo agentes sociais como o Estado, o MST, a Igreja, os partidos políticos e os camponeses assentados.” (MONTEIRO, 2013, p. 14). Assim, a conquista do assentamento é apenas a primeira etapa de uma rede que construirá o território, pois é essa rede flexível que se “[...] adapta às variações do espaço e às mudanças que advém o tempo. A rede faz e desfaz as prisões do espaço, tornado território: tanto libera quanto aprisiona. É o porquê de ela ser o “instrumento” por excelência do poder.” (RAFFESTIN, 1993, p. 204, grifo do autor). E essa é uma realidade comum dos assentamentos, que passaram e passarão por diferentes fontes de poder.

No geral, conforme destaca Bergamasco; Norder (1996), para melhorar na gestão do território, os assentados criam formas sociais de produção. As formas organizativas mais presentes em assentamentos são as associações e as cooperativas rurais, que se colocam como alternativas para que os produtores menos capitalizados ou não capitalizados (entre eles os assentados), possam competir em condições menos desiguais com os grandes produtores que dispõem de todo o aparato tecnológico para realizar uma produção aos moldes exigidos pelo mercado. No entanto, apesar de cooperativas e associações serem entidades sem fins lucrativos, elas apresentam pontos divergentes, principalmente em seus objetivos, como aponta o quadro abaixo:

Quadro 3- Diferenciações entre associações rurais e cooperativas rurais

Crítérios	Associações	Cooperativas
Definição	Sociedade civil sem fins lucrativos;	Sociedade civil sem fins lucrativos;
Objetivos	Prestar serviços de interesse econômico, técnico, legal, cultural e político de seus associados;	Prestar serviços de interesse econômico e social aos cooperados, viabilizando e desenvolvimento sua atividade produtiva;

Amparo Legal	Constituição Federal (Artigo 5º). – Código Civil;	Constituição Federal (Artigo 5º). Código Civil. Lei 5.764/71;
Mínimo de pessoas para constituição	Mínimo de 2 pessoas físicas e/ou jurídicas;	Mínimo de 20 pessoas físicas (exclusivamente);
Formação de Capital Social	Não há;	Cotas – partes;
Geração de receita	Taxas, doações, fundos e reservas;	Atividade Específica;
Formas de gestão	Cada pessoa tem direito a um voto;	Cada pessoa tem direito a um voto;
Comercialização	Não realiza operações comerciais, mas auxilia no processo;	Realiza plena atividade comercial, buscando eliminar os intermediários;
Área de ação	Limitada aos seus objetivos;	Limitada aos seus objetivos e disponibilidade de participação de sócios;
Retorno dos resultados	Não há. Eventuais sobras são incorporadas ao patrimônio;	Conforme decisão da Assembleia Geral e proporcional às operações realizadas pelos cooperantes;
Responsabilidade	Da diretoria;	Proporcional ao capital subscrito;
Remuneração dos dirigentes	Não há. Ressarcimento de despesas;	Podem receber pró-labore, conforme definição da Assembleia Geral;
Destino do patrimônio em caso de fim da entidade	Os bens remanescentes na dissolução ou liquidação deverão ser destinados, por decisão da Assembleia para entidades afins;	Os bens remanescentes, depois de cobertas as dívidas trabalhistas com o Estado, depois com os fornecedores, deverão ser destinados a entidades afins. Em caso de liquidação, os associados são responsáveis, limitada ou ilimitadamente, pelas dívidas;

Fonte: Oliveira (2010). **Organização:** Borges, L. A. T. (2021).

Como pode ser analisado no Quadro 1, apesar de serem estruturados de forma semelhante, a associação possui pontos divergentes do cooperativismo. Um exemplo é que a associação tem a finalidade de atuar como um representante dos interesses dos associados nos âmbitos econômico, social, político, profissional e técnico. Já a cooperativa, parte para um viés comercial, que apesar de ser uma Sociedade Sem Fins Lucrativos (como a associação), a cooperativa desenvolve atividades voltadas para prestar assistência durante a produção e comercialização.

As cooperativas são o que melhor existe em termos de alternativa para iniciativas que pretendam manter as qualidades da participação e integração associativista e se dedicar a desenvolver atividades de mercado. O equilíbrio entre o desenvolvimento de sua capacidade empresarial, com atuação qualitativa e quantitativamente crescente no mercado, e a participação permanente e democrática dos seus associados, sendo um empreendimento de sucesso comercial, mas evitando se tornar pura iniciativa mercantil, é a sua principal característica pela sua natureza societária. (RECH, 2000, p. 162).

Contudo, uma cooperativa agrícola, está em sua grande maioria, intimamente ligadas a produção e a comercialização, prezando o capital e o mercado, num outro viés “[...] as associações não se restringem meramente a ter acesso ao crédito ou tecnologias, mas sim à busca e à garantia de direitos do grupo na correlação de forças e poder perante outros segmentos da sociedade.” (OLIVEIRA, 2010, p. 42).

No entanto, a constituição do território do Assentamento Olga Benário esteve inicialmente sujeita à influência do MST, movimento ao qual os assentados estavam vinculados desde antes da conquista. Como vimos no capítulo anterior, foi criado, com a idealização do MST, o Coletivo Margarida Alves, o que aprofundou a dominação do MST no território, porém este não se manteve por conta do choque cultural envolvendo os assentados e a direção do MST. Houve conflitos internos e problemas de acesso às políticas públicas de comercialização e inserção no mercado local.” (MONTEIRO, 2017, p. 104). Essa situação não apenas gerou a extinção do coletivo, mas também fez com que o MST perdesse o seu poderio no território.

Os objetivos das lideranças do MST não estavam alinhados aos interesses dos assentados, e como é defendido por Raffestin (1993, p. 53), o “poder se manifesta por ocasião da relação”, ou seja, já que a relação entre assentados e movimento foi abalada, o poder antes exercido pelo MST no território se desfaz, pois com os dois polos em conflitos, a tendência é se afastarem diante a falta de interação entre ambas as partes. Isso abre oportunidade para que novas fontes de poder se instaurem no território, e foi o que aconteceu, quando a CPT interviu para auxiliar os assentados.

A ideia de trabalhar de forma coletiva, como era proposto pelo MST foi bem aceita por um pequeno grupo, o problema recaiu na maneira em que foi administrado o Coletivo, os assentados ensejavam ter suas parcelas e lá produzirem de forma independente (MONTEIRO, 2013). Dessa forma, o “coletivo” proporcionou experiência, entretanto os assentados (com o auxílio da CPT) através de reuniões, analisaram os pontos positivos e negativos na gestão do coletivo e decidiram implementar um modelo parecido com o coletivo, porém respeitando suas individualidades. Assim, com a aprovação da maioria, é implementado no assentamento um

modelo de trabalho coletivo mediado por associação, a ASPROAB em 2008 e a ASCRAF em 2010, ambas vincularam grande parte das famílias assentadas e logo se tornaram pilares de poder no Olga Benário, assunto discutido na próxima seção.

Trabalhar em conjunto sempre foi uma característica presente nos movimentos sociais, nos quais, mesmo com a aquisição da terra de forma individual, a solidariedade não cessa, como registrou Firmino e Monteiro (2013; 2017) em seus respectivos trabalhos de campo. Ambos os autores presenciaram uma forma coletiva de trabalho, os mutirões, que são atividades “realizadas com a ajuda de parentes, vizinhos e amigos sem que haja qualquer contrato por escrito ou pagamento monetário.” (BERGAMASCO; NORDER, 1996, p. 59). As fotos abaixo mostram tais situações

Foto 1 - Mutirão para construções de casas no Assentamento Olga Benário



Fonte: Monteiro (2013)

Foto 2 - Mutirão para construção de ponte no Assentamento Olga Benário



Fonte: Firmino (2013)

Temos dois mutirões representados pelas fotos 1 e 2. Na primeira podemos verificar a construção de uma casa (MONTEIRO, 2013). Já na segunda temos a construção de uma ponte que beneficiaria diversas famílias, para isso, os assentados se reuniam aos finais de semana para construírem (FIRMINO, 2013).

Essa “facilidade” em trabalharem em conjunto pode ser pontuado como um dos principais motivos para a criação de associações, sendo que essas são organizações sem fins lucrativos, no qual “[s]eu objetivo principal é o de complementar a atuação do Estado na área de assistência e promoção social e, por isso, não podem ter como principal finalidade a atividade econômica [...]” (RECH, 2000, p. 160).

Isso reforça algo comum presente em assentamentos recém-criados, a falta de recursos técnicos e/ou financeiros para a produção. Como os mutirões são práticas recorrentes

no campo, no Assentamento Olga Benário, essa forma de produção coletiva veio suprir a falta de mão de obra para os trabalhos cotidianos e técnicos. Bergamasco e Norder (1996, p. 59) frisam, que “[a]s associações muitas vezes representam continuidade, aperfeiçoamento e formalização dos mutirões [...]”

Há diversos modelos de associações, como as religiosas, científicas, culturais, filantrópicas, dentre outros gêneros que fazem parte do nosso cotidiano, mas as que prevalecem nos assentamentos são as associações de produtores rurais. Em um assentamento, uma associação rural proporciona melhorias na qualidade de vida das famílias. Uma liderança efetiva na presidência das associações facilita a aquisição de financiamentos, insumos agropecuários, parcerias governamentais nas esferas municipais, estaduais e federais para a liberação de verbas, créditos e doações de maquinários para as associações, que beneficiarão a todos que a ela estiverem vinculados. Isso garante condições estruturais e financeiras que farão os associados produzirem com qualidade, de acordo como o exigido pelo mercado.

No entanto temos que separar associações de assentados, das demais associações rurais. No geral, as associações compostas por assentados, como a ASCRAF e ASPROAB, que além do objetivo de produzir cada vez mais e melhor, também trazem consigo um caráter de função social na qual possibilita o fortalecimento do agricultor familiar e estimula mudanças no âmbito rural, ainda dominado pelos grandes produtores, assim,

[...] o grupo de produtores assentados, via de regra, tende a buscar na associação além das estratégias vinculadas à produção econômica, outros elementos que levem ao fortalecimento do grupo e, sobretudo, enfatize a necessidade de reformas estruturais no meio rural. Neste sentido, a organização associativa dos produtores assentados tende a assumir um formato que se aproxima mais da reprodução social. (OLIVEIRA, 2010, p. 48).

Ao fazer uma análise do local em que o assentamento está inserido, nota-se uma resistência contra o latifúndio não só por parte dos assentados, mas com a inclusão dos demais pequenos produtores rurais do município que também se organizaram e formaram associações, que tendem a fortalecer a classe.

De acordo com o Portal da Transparência da Controladoria-Geral da União (2021), em Ipameri (GO), há 36 entidades sem fins lucrativos, desse total, 7 são associações formadas por pequenos produtores rurais, são elas: Associação Camponesa Regional de Agricultura Familiar (ASCRAF), Associação Comunitária de Trabalhadores na Agricultura Familiar (ASCREF), Associação de Mulheres Camponesas da Agricultura Familiar (CAMPONESAS), Associação de Produtores de Leite das Regiões do Santo Antônio e Boa Vista (ASPROLEITE),

Associação de Produtores Organizados Beira Rio (ASPROBR), Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento Olga Benário (ASPROAB) e a Associação Mista Regional de Produtores Rurais e Agricultores Familiar (ASPRAF).

Portanto, é correto afirmar que o município de Ipameri (GO) possui uma forte presença de agricultores familiares vinculados a uma ou mais associações rurais. Nessa direção, o próximo item discutirá sobre a agricultura familiar no contexto dos assentamentos de Reforma Agrária.

3.3 Agricultura familiar: geração de trabalho e renda para assentados rurais

A partir da década de 1950, a industrialização brasileira traz como consequência o aumento da população urbana, o que obriga, por sua vez, o setor agropecuário, a produzir mais com menor quantitativo de mão de obra, para mandar alimentos para a crescente população que passa a viver nas cidades. A necessidade crescente de produtividade e maior produção exige tecnologias, proporcionada pela industrialização e a inserção de capital no campo. Os cultivos precisam se modernizar e os produtores necessitam de capital para investir e atender as demandas do mercado. Foram criadas pelo Estado, estratégias governamentais – como o II PND, Marcha para Oeste, PRODECER, dentre outras, discutidas na seção anterior – para a expansão das terras e aumento da produtividade.

Em contrapartida a esse modelo patronal que visa a produção de commodities, temos o modelo baseado na agricultura familiar (AF), responsável por produzir alimentos para o abastecimento do mercado interno, ser um gerador de trabalho e renda, a forma de trabalho comumente usada é baseada na policultura de plantas e animais, consistindo em uma produção diversificada.

Na AF há uma ligação com o local de produção, mas também de consumo, o agricultor visará produzir para suprir as necessidades da família (LAMARCHE, 1997). Para Abramovay (1992), o quantitativo da produção familiar é determinado por razões particulares que cada família adota e enquanto os objetivos não forem alcançados, a família trabalhará incansavelmente para produzir e para vender sua produção, e assim garantir o sustento do núcleo familiar.

No entanto, a inserção do agricultor no mercado é difícil, assim, para que haja o desenvolvimento da agricultura familiar no país, é necessário que o governo auxilie com a instituição de políticas públicas. No Brasil, a primeira lei que especifica normativas a respeito agricultura familiar é na Lei 4504/64 – Estatuto da Terra. Nela é elencada as características que

o imóvel familiar deve ter, a participação de representantes de agricultores familiares e produtores sem-terra, que devem direcionar as propostas de política agrária (BRASIL, 1964). O Estatuto da Terra menciona pouco sobre agricultura familiar, porém criou perspectivas para a inserção de políticas públicas em prol desse segmento na agricultura.

Logo após a Lei do Estatuto da Terra ser publicado, o Brasil sofre uma estagnação no desenvolvimento do campo decorrente do golpe militar, também em 1964. Esse período permitiu o aumento da compra de terras por latifundiários e a expansão das fronteiras agrícolas. Contudo, somente com o fim da ditadura militar (1985), o governo brasileiro voltou sua atenção para a agricultura familiar. A criação da Constituição Federal (1988), permitiu aos agricultores familiares ter vários direitos, como o financiamento para desenvolvimento da produção, seguridade social e o acesso a previdência social. A partir desse período, a agricultura familiar recebeu apoio político com a criação de leis e decretos, cuja finalidade era promover a criação de políticas públicas voltadas ao segmento de trabalhadores familiares.

O início da década de 1990, foi crucial para a concretização da agricultura familiar, conforme aponta Abramovay (1992, p. 22): “uma agricultura familiar altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa.” Nessa perspectiva coube aos pesquisadores de áreas distintas – como das Ciências Geográficas, Econômicas, Agrárias, Sociais, Políticas, dentre outras – a missão de desmembrar agricultura familiar da produção de origem camponesa ou de subsistência.

Diante ao fato de que camponês de acordo com Martins (1981, p. 23) é mais que um simples termo, o campesinato representa “o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo em contraposição à povoação ou à cidade, mas na estrutura da sociedade; por isso, não é apenas um novo nome, mas pretende ser também designação de um destino histórico.” Nessa concepção, entendemos que o campesinato representa um modo de vida marcado por um processo histórico de lutas políticas, de confrontos de classes e de conquistas.

Fernandes (1999) afirma que o termo campesinato/camponeses pode se referir aos assentados e demais sujeitos participantes dos movimentos sociais. Isso difere dos sujeitos abordados nessa pesquisa, que serão tratados como agricultores familiares. Terminologias essas, geram muitos debates na Geografia Agrária, assim, apesar de diferentes, apresentam o mesmo viés que é o trabalho familiar. Porém Martins (1981) alerta para uma possível extinção do campesinato, diante o fato do camponês ser excluído dos pactos políticos. Uma possível causa é a falta de uma denominação específica o que assevera sua exclusão política e torna difícil a criação de políticas para o desenvolvimento do campesinato.

Outro fator que também pesa, é de o campesinato estar em situação oposta ao capital, pois “[a]s sociedades camponesas são incompatíveis com o ambiente econômico onde imperam relações claramente mercantis.” (ABRAMOVAY, 1992, p. 117). Caso o camponês ceda a esse tipo de mercado, toda a sua identidade será perdida, pois ele terá que se adequar aos padrões impostos referentes a sua produção.

Apesar de toda questão social, cultural e histórica, que envolvem os camponeses muitos são alienados pelo capital e passam a ser agricultores familiares ou se proletarizam. Dessa forma, “[...] estamos frente a um processo de subordinação ao capital, de exploração, de expropriação. O que significa que no capitalismo, o campesinato está submetido a esse processo. A questão é se o camponês luta contra o capital ou aceita esse “destino”” (FERNANDES, 2001, p. 31, grifo do autor), há também aqueles que lutam inicialmente contra a territorialização do capital, mas depois cedem.

Como exemplo nato, temos o Assentamento Olga Benário, que apesar de ser um assentamento criado pelo INCRA com o apoio e força do MST, hoje é um assentamento não de camponeses como muitos no Brasil, mas sim composto por agricultores familiares. Essa transição de camponês para agricultor familiar ocorreu quando o MST deixou de atuar no assentamento e cada família teve que buscar alternativas para sobreviver e tiveram que se inserirem no mercado sob pena de não conseguirem se reproduzir. No entanto, também é correto afirmar que mesmo com essa transição os assentados não perderam completamente as raízes e reverberam traços camponeses, se reinventam, e isso só é possível por meio de políticas públicas favoráveis.

Além dessa discussão no campo da pesquisa, outro fator que mudou consideravelmente o modo de tratar a agricultura familiar, foi a parceria da Food and Agriculture Organization (FAO) com o INCRA em 1994, que em seu relatório abordou características que permitiu diferenciar a agricultura familiar dos demais modos de produção capitalista e ainda estabeleceu alguns princípios para categorizar esse modelo de produção.

De acordo com a FAO, a produção de forma patronal consiste em separar a gestão do trabalho, especializar e desenvolver um padrão para as práticas agrícolas; o trabalho é executado por mão-de-obra assalariada, mas que pode ser substituída por tecnologia e a utilização de insumos comprados. Em outra perspectiva, no modelo familiar o trabalho e a gestão da propriedade estão integrados, o processo de produção é elaborado e desempenhado pelo próprio agricultor, o trabalho assalariado só deve ser utilizado para complementar, tomadas de decisões “*in loco*” de acordo com o processo produtivo, e por fim devem dar ênfase aos insumos internos.

Nesse contexto abordado pelos pesquisadores e pela FAO no decorrer da década de 1990, resultou na declaração de que a agricultura familiar é essencial para a circulação de capital interno, redução da fome e pobreza extrema, conservação da biodiversidade e abertura de mercado de trabalho, ou seja, a agricultura familiar consegue corrigir em alguns níveis, as falhas deixadas pelo capitalismo e pela industrialização. Aliada a uma pressão política e social proposta principalmente pelos movimentos sociais urbanos e rurais para a efetiva Reforma Agrária, a década de 1990, foi um marco para a criação de políticas públicas voltadas para o agricultor familiar.

Como abordado, o meio rural brasileiro foi – e ainda é – um local de intensas lutas. Se existe conflitos é porque existe problemas a serem resolvidos, é nesse ponto que entra as políticas públicas. Elas são responsáveis por amenizar, ou até dependendo da escala, resolver os problemas. Schneider e Cassol (2017, p. 104) destacam a importância da efetivação de políticas públicas na agricultura familiar personalizadas, de acordo com as necessidades dessa classe trabalhadora. Para os autores,

[...] as políticas públicas para esta categoria social precisam, necessariamente, ser diferenciadas e ter um portfólio variado de opções. Estas políticas precisam ter pelo menos dois tipos de focos, sendo um deles mais voltado para o fortalecimento das condições de produção e meios que permitam gerar excedentes econômicos. O outro foco deveria ser voltado ao rural *lato sensu*, com ações e programas dirigidos ao fortalecimento dos meios de vida e do acesso a recursos, bens e serviços. Trata-se da combinação de políticas agrícolas e de desenvolvimento rural. (SCHNEIDER; CASSOL, 2017, p. 104).

Para que haja um desenvolvimento rural na agricultura familiar, a ampliação de linhas de créditos e fomento foram criadas. As linhas de crédito na agricultura familiar precisam seguir um modelo flexível, que se adapte à pluralidade de sua produção, característica central da agricultura familiar, o que significa que a criação de novas linhas de crédito para financiamento, precisa respeitar a particularidade desse modelo de produção.

Com o intuito de resolver esse problema, em 1996, no Governo de Fernando Henrique Cardoso, criou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), “com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda” (BRASIL, 1996). O programa se tornou o maior concesso de financiamentos destinados a categoria, principalmente a partir de 1999 com a extinção do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procera), que resultou na inclusão de assentados ao PRONAF.

A fim de integrar ao PRONAF, o agricultor deve antes emitir a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), conforme o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). A DAP permite que o governo identifique e qualifique as Unidades Familiares de Produção Rural – por meio das DAPs físicas – e as formas associativas de trabalho familiar – por meio das DAPs jurídicas.

A DAP também é utilizada para separar os agricultores familiares dos demais produtores. Nesse sentido há algumas regras a serem observadas, como: o tamanho da propriedade de até quatro módulos fiscais; a administração da propriedade deverá ser feita exclusivamente pela família; no mínimo metade da renda deverá ser proveniente da exploração da propriedade; e o total da renda bruta anual não poderá ultrapassar o valor de trezentos e sessenta mil reais (MAPA, 2021); ao se identificar nesses requisitos o agricultor poderá se encaixar nos grupos e linhas de créditos do PRONAF, conforme descrito no Quadro 4 abaixo.

Quadro 4 – Grupos e Linhas de Crédito do Pronaf.

Grupos / Linhas	Público-alvo	Finalidade
Grupo “A”	Agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) que não contrataram operação de investimento do Procefa ou que ainda não contrataram o limite de operações ou de valor de crédito de investimento para estruturação no âmbito do PRONAF.	Investimento em atividades agropecuárias e não agropecuárias.
Grupo “B”	Agricultores familiares com renda familiar anual de até R\$ 23 mil.	Investimento em atividades agropecuárias e não agropecuárias; custeio pecuário e custeio de atividades não agropecuárias.
Grupo “A/C”	Agricultores familiares assentados pelo PNRA ou beneficiários do PNCF que (1) tenham contratado a primeira operação no Grupo “A” e (2) não tenham contratado financiamento de custeio, exceto no próprio Grupo “A/C”.	Custeio de atividades agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização da produção.
Grupo “V”	Agricultores familiares com renda familiar anual de até R\$ 415 mil.	Custeio agropecuário e investimento em atividades agropecuárias e não agropecuárias.
Pronaf Mulher	Mulheres agricultoras, independente do estado civil, integrantes de unidades familiares enquadradas no Grupo V, que exploram atividades agropecuárias e não agropecuárias	Admite-se o financiamento de construção, reforma ou ampliação de benfeitorias e instalações permanentes, máquinas, equipamentos, inclusive de irrigação, e implementos agropecuários e estruturas de armazenagem, de uso comum, na forma de crédito coletivo, desde que observado o limite individual.

Pronaf Agroindústria	Agricultores familiares em- quadrados nos grupos A, A/C, B e Grupo V e suas cooperativas, associações e Empreendimentos familiares rurais.	Financiamento para a implantação, ampliação, recuperação ou modernização de pequenas e médias agroindústrias.
Pronaf Jovem	Jovens agricultores(as) familiares maiores de 16 anos e com até 29 anos, pertencentes a famílias enquadradas nos Grupos A, A/C, B e Grupo V.	Financiamento da infraestrutura de produção e serviços agropecuários e não agropecuários no estabelecimento rural de interesse do jovem agricultor.
Pronaf Mais Alimentos	Agricultores(as) familiares, produtores rurais, pescadores artesanais, agricultores, silvicultores, extrativistas, integrantes de comunidades quilombolas rurais, povos indígenas e demais povos e comunidades tradicionais, enquadrados (as) no Grupo V, que desenvolvem atividades agropecuárias e não agropecuárias.	Investimento da infraestrutura de produção e serviços agropecuários e não agropecuários no estabelecimento rural.
Pronaf Custeio	Agricultores(as) familiares enquadrados(as) nos Grupos B e Grupo V (Renda Variável), voltados para as atividades agropecuárias e não agropecuárias, inclusive desenvolvidas por pescadores artesanais, apicultores, artesãos, criadores de animais e fruticultores, dentre outros.	Custeio de atividades agrícolas e pecuárias, inclusive aquisição de animais para recria e engorda.

Fonte: MAPA (2021); Banco do Nordeste (2021). **Organização:** Borges, L. A. T. (2021).

Conforme exposto no Quadro 4, a criação do PRONAF, proporcionou uma flexibilização nas linhas de crédito aos agricultores familiares, ao criar 4 grupos distintos e linhas de crédito personalizadas para atender as necessidades particulares de cada grupo. Além das linhas de crédito apresentadas, existem outras de abrangências regionais e locais. Dessa forma, o PRONAF diversificou as formas de financiamento e custeio, que resultou no desenvolvimento do agricultor familiar brasileiro.

No entanto, financiar não é apenas a única forma do agricultor familiar investir em sua produção. Mesmo após a criação do PRONAF, os governos continuaram a criar outros programas. Um exemplo é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que além de serem programas essenciais para a produção e comercialização, desempenham ações sociais.

O PNAE é uma política pública que “oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública.” (BRASIL/FNDE, 2021). Ela está presente desde a década de 1940, porém só foi se estabelecer como uma política de apoio ao agricultor familiar em 2009, ao instituir que 30% da merenda escolar deveria ser adquirida dos agricultores familiares; como consequência a produção familiar aumentou consideravelmente.

Este encontro – da alimentação escolar com a agricultura familiar – tem promovido uma importante transformação na alimentação escolar, ao permitir que alimentos saudáveis e com vínculo regional, produzidos diretamente pela agricultura familiar, possam ser consumidos diariamente pelos alunos da rede pública de todo o Brasil. (BRASIL/FNDE, 2021).

Vale destacar que o programa estabelece prioridades na compra de gêneros alimentícios de assentamentos rurais, comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. Tal fato promove a compra da produção local, resgate a tradição alimentar da região, uma merenda saudável para os alunos e incentivo à produção de origem familiar. Para vincular ao programa a única exigência é que o agricultor familiar possua a DAP seja ela física ou a jurídica e seguir algumas etapas conforme pode ser notado no Quadro 5.

Quadro 5 – Etapas da compra direta dos produtos da agricultura familiar para alimentação escolar.

Etapas	Responsável	Descrição
1ª. Orçamento	Entidade Executora*	É preciso identificar o valor do repasse realizado pelo governo federal com base no censo escolar do ano anterior, e definir o percentual de compra da agricultura familiar a ser efetuado – que deve ser de, no mínimo, 30% do valor repassado pelo FNDE no âmbito do PNAE.
2ª. Articulação entre os atores sociais	Entidade Executora	É feito um mapeamento dos produtos da agricultura familiar, com a discriminação dos produtos locais, quantidade de produção e época de colheita (calendário agrícola).
3ª. Elaboração do cardápio	Nutricionista	Elaborar os cardápios da alimentação escolar, incluindo alimentos regionais, com respeito às referências nutricionais e aos hábitos alimentares locais, e conforme a safra.
4ª. Pesquisa de preços	Entidade Executora e parceiros	O preço de aquisição de cada produto será o preço médio pesquisado por, no mínimo, três mercados em âmbito local, acrescido dos insumos exigidos no edital de chamada pública, tais como despesas com frete, embalagem, encargos e quaisquer outros necessários para o fornecimento do produto.
5ª. Chamada Pública	Entidade Executora	A Chamada Pública deve conter informações suficientes para que os fornecedores formulem corretamente os projetos de venda, como tipos de produtos, quantidades, cronograma de entregas (diárias, semanal, período de fornecimento etc.) e locais de entrega.
6ª. Elaboração do projeto de venda	Agricultores familiares, ou suas associações ou cooperativas	O projeto deverá apresentar sua proposta de fornecimento de gêneros alimentícios (variedade, quantidade, cronograma de entrega), de acordo com o publicado na Chamada Pública, e conforme a possibilidade de atendimento de cada fornecedor.

7ª. Recebimento e seleção dos projetos de venda	Entidade Executora	A Entidade Executora deverá fazer a seleção dos projetos de venda, conforme os critérios estabelecidos na Resolução FNDE nº 26/2013 (e atualizados pela Resolução FNDE nº 04/2015).
8ª. Amostra para controle de qualidade	Entidade Executora	A Entidade Executora poderá prever na Chamada Pública a apresentação de amostras dos produtos a serem adquiridos, para que sejam previamente submetidos ao controle de qualidade.
9ª. Contrato de compra	Entidade Executora e fornecedores	É a formalização legal do compromisso assumido pela Entidade Executora e pelos fornecedores para a entrega dos gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar.
10ª. Entrega dos produtos, termo de recebimento e pagamento dos agricultores	Entidade Executora e fornecedores	O início da entrega dos produtos deve observar o que diz o cronograma previsto no edital de Chamada Pública e no contrato. No ato da entrega, o termo de recebimento deve ser assinado pelo representante da Entidade Executora e pelo grupo ou agricultor individual fornecedor.

* As Entidades Executoras são as instituições da rede pública de ensino federal, estadual e municipal que recebem recursos diretamente do FNDE para a execução do Pnae.

Fonte: BRASIL/FNDE (2021). **Organização:** Borges, L. A. T. (2021).

As entidades executoras possuem papel fundamental desde a elaboração até o pagamento, como verificado no Quadro 5. O agricultor, por sua vez, cumpre o dever de produzir com qualidade para uma alimentação saudável dos alunos (BRASIL/FNDE, 2021). Assim, o PNAE é um programa benefício para ambos os lados, aos alunos propicia uma merenda nutritiva e que em várias localidades das regiões brasileiras é a única refeição que o discente irá receber no dia e, para os agricultores amplia o mercado para a venda de seus produtos. Logo, o programa estabelece um desenvolvimento econômico e social para a população brasileira.

No que se refere ao PAA, é um programa mais recente dentre os três aqui apresentados. Instituído em 2003, possui como objetivo promover o acesso à alimentação a toda e qualquer pessoa em situação de insegurança alimentar e nutricional e incentivar a agricultura familiar,

Para o alcance desses dois objetivos, o programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino. (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2021).

Dessa forma, o PAA surge como uma política de desenvolvimento econômico e social, criado no âmbito do Fome Zero, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva. O Fome Zero, datado do mesmo ano, é criado com o intuito de combater à fome e à miséria que assolava

o país. Assim, o PAA tem como principais funções eliminar a fome, garantir a segurança alimentar da população, promover novas fontes de trabalho e diminuir as desigualdades sociais e a pobreza.

O PAA também contribui para a constituição de estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares e para a formação de estoques pelas organizações da agricultura familiar. Além disso, o programa promove o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos; fortalece circuitos locais e regionais e redes de comercialização; valoriza a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos; incentiva hábitos alimentares saudáveis e estimula o cooperativismo e o associativismo. (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2021).

Por possuir amplitude em diversos segmentos, nota-se que o PAA, bem como o PNAE e o PRONAF, são políticas que estão sempre inovando e ampliando o leque de benefícios para a população. Um fator que deve ser ressaltado nessas três políticas, é que ambas se complementam e beneficiam agricultores familiares e associações, principalmente as que estão presentes em assentamentos como o Assentamento Olga Benário.

Portanto, a agricultura familiar ganhou mais visibilidade com os movimentos sociais e, também com o apoio de políticas públicas efetivas. Logo, a próxima seção analisará o desenvolvimento que o Assentamento Olga Benário alcançou através das associações de trabalho familiar que se territorializaram com o apoio das políticas públicas.

4 DAS TRAMAS DO PODER AO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: as organizações associativas no Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO)

4 DAS TRAMAS DO PODER AO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: as organizações associativas no Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO)

A presente seção abordará o funcionamento da ASCRAF e ASPROAB, que ao reunirem famílias do Olga Benário, transformam-se em polos de poder dentro do território. A estruturação das associações dentro do assentamento trouxe crescimento das atividades econômicas e permitiu o acesso do assentado às políticas públicas e consequente liberação de créditos, o que estimulou o comércio dos produtos da agricultura familiar.

Ainda nessa seção, aprofundaremos sobre as políticas públicas que beneficiam as famílias do assentamento. Nesse ponto, o Estado que é o responsável pela disseminação dessas políticas por todo território, detém sua influência acerca de fontes de poder locais, assim, essa colaboração entre diferentes escalas de poder trazem dentre vários benefícios o desenvolvimento do território do Assentamento Olga Benário.

Para a concretização dos objetivos propostos foi realizada um mapeamento das pesquisas sobre o Assentamento Olga Benário e a coleta de dados de produções acadêmicas sobre o já referido assentamento, ou seja, buscou-se conclusões que outras pesquisas chegaram sobre o Olga Benário. Assim, o estado do conhecimento, ou o estado da arte, é um tipo de pesquisa bibliográfica e documental, descritiva, inventariante, que reúne dados e descreve as conclusões das pesquisas sobre o tema acima proposto.

A escolha do estado da arte para guiar a pesquisa ocorreu pois entre 2020 e 2021 o mundo viveu uma pandemia de Covid 19, doença causada pelo coronavírus SARS-COV-2, o que redirecionou o trabalho para metodologias que pudessem sanar/complementar as dificuldades mais frequentes enfrentadas pelas pesquisas qualitativas, como a não realização de trabalhos de campo e a seleção dos sujeitos da pesquisa.

Escolhidas as metodologias, passa-se a coleta de informações sobre o funcionamento e particularidades da ASCRAF e ASPROAB, as políticas públicas presentes no Olga Benário, as mudanças que ocorreram na estrutura do assentamento, desde sua criação, para assim compreender o desenvolvimento territorial com ênfase no papel das associações.

4.1 O poder sobre o poder: o Estado e as associações do Assentamento Olga Benário

Para a lida com a terra, o agricultor familiar, em sua maioria, não possui recursos financeiros para investir e precisa de apoio, crédito, recursos provenientes de políticas públicas, para que a produção possa ocorrer. A Agricultura Familiar é uma realidade no Brasil, são

4.169.061 estabelecimentos agropecuários familiares que ocupam uma área de 80.891.084 hectares (IBGE, 2017). De acordo com a Tabela 3 é possível analisar com maior riqueza de detalhes a condição legal das terras em escalas nacional, estadual e municipal:

Tabela 3 – Estabelecimentos agropecuários familiar na escala Brasil, Goiás e Ipameri (GO).

Condição legal das terras	Brasil	Goiás	Ipameri (GO)
Próprias	3.156.701	77.391	455
Concedidas por órgão fundiário ainda sem titulação definitiva	226.283	10.119	71
Arrendadas	222.037	5.795	42
Em parceria	135.927	1.034	4
Em regime de comodato	243.226	2.230	10
Ocupadas	107.850	1.506	3
Produtor sem área	77.037	268	-

Fonte: IBGE/Censo Agropecuário, 2017. **Organização:** Borges, L. A. T. (2022).

A tabela 3 permite afirmar que a maioria dos agricultores familiares, diante análise a nível de Brasil com 3.156.701, Goiás com 77.391 e Ipameri (GO) com 455, são proprietários de suas terras. Na escala nacional, temos em segundo, os agricultores familiares com um total de 226.283 que vivem em regime de terras cedidas ou de comodato, essa condição legal da terra em uma análise a nível estadual com 2.230 e municipal com 10 propriedades em regime de comodato ficam na terceira posição.

Nas escalas estaduais com 10.119 estabelecimentos e municipais com 71 estabelecimento, em segundo lugar agricultores familiares que tem suas propriedades cedidas por algum órgão fundiário e que ainda não tenham a titulação de suas terras, ao receberem o título das terras passam a ser proprietários definitivos, essa mesma condição legal de terra em uma escala a nível nacional essa categoria se apresenta em terceira posição com 226.283 estabelecimentos. Em menores proporções nas três escalas temos os agricultores familiares que estão presentes em terras arrendadas, em parcerias, por meio de ocupações e os que não possuem áreas. Destarte, Goiás tem uma concentração de 98.343 e Ipameri com 585 estabelecimentos de AF.

A maior parte dos agricultores familiares são donos de suas terras ou estão à espera do título de propriedade. Só que independente da condição legal das terras o pequeno produtor familiar precisa de dinheiro para investir na produção, este é o principal problema econômico, que gera a dificuldade social. Quando o problema financeiro afeta um grupo de pessoas, no

caso produtores familiares, os governantes com intuito de solucioná-lo implementam políticas públicas para o desenvolvimento do território rural,

[...] pensar o desenvolvimento territorial rural, pressupõe contemplar a multidimensionalidade das ações dos atores sociais envolvidos na disputa por políticas públicas, na capacidade de influenciar a formulação de projetos de desenvolvimento e na ocupação de lugares de destaque nas instituições públicas que destinam os recursos financeiros (OLIVEIRA, 2010).

Nesse quesito, tem-se a interferência do Estado no território através da inserção de políticas públicas, que no caso do Assentamento Olga Benário é caracterizado por uma relação de poder entre Estado e assentados. Tais relações se manifestam no território do Olga Benário por meio das tramas de poder públicas, proporcionadas pelo Estado, que moldam os elementos que compõem e formam o território e sua territorialidade permeado pelo viés do poder de ação das políticas públicas.

O Estado, de acordo com Raffestin (1993) é a expressão do pilar central de poder, visto que é através dele que a sociedade é formada e o território criado e desenvolvido. No Brasil, o Estado possui três dimensões de poder, o federal, o estadual e municipal e todos interferem no desenvolvimento dos territórios. Vale aqui destacar que o desenvolvimento do território rural é diferente de uma modernização agropecuária, conforme o Quadro 6 destaca

Quadro 6 - Características dos projetos de modernização e desenvolvimento rural.

Modernização da Agricultura e Agronegócio	Desenvolvimento Rural
<ul style="list-style-type: none"> ● Agricultores como empresários agrícolas; ● Presença de empresas multinacionais; ● Financiamento estatal abundante para produção das commodities; ● Especialização produtiva/funciona; ● Produção em larga escala; ● Intensificação no uso de insumos (agrotóxicos); ● Produção orientada pela lógica do mercado; ● Aumento do grau de “<i>commoditização</i>”; ● Dependência crescente de poucos mercados específicos; ● Inserção e Uso intensivo no Meio Técnico-Científico-Informacional. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Esforço para reduzir a dependência do mercado de insumos externos à unidade produtiva, visando à redução de custos ao melhor aproveitamento dos recursos naturais; ● Introdução de novas atividades que permitam utilizar mais os recursos internos; ● Produção ambientalmente mais adequada, vislumbrando uma produção agroecológica; ● Introdução de práticas de cooperação e pluriatividade, para absorção da mão-de-obra; ● Diversificação de produtos, policultura e busca de economias de escopo; ● Maior controle sobre os processos de trabalho; ● Presença familiar nos processos produtivos.

Fonte: CORREIA; ALVES (2022). **Organização:** Borges, L. A. T. (2022).

É notória a diferença entre as perspectivas do Agronegócio e o desenvolvimento rural. A modernização vincula-se ao crescimento rural pelo viés estritamente econômico, já o desenvolvimento rural abrange uma perspectiva pautada na aplicação de práticas sustentáveis nos âmbitos ambientais, sociais, culturais, políticos e econômicos por meio de uma ação coletiva e familiar.

Diante dessa perspectiva, as organizações associativas são essenciais para o desenvolvimento dos territórios rurais, principalmente para aqueles cuja produção baseia-se na agricultura familiar. As associações possuem objetivos claros quanto ao desenvolvimento rural e visam implantar experiências de produção e consumo alternativos e sustentáveis, conforme destacam Delgado e Bergamasco (2017, p. 11):

Novas abordagens e alternativas do desenvolvimento rural têm surgido no campo da Agricultura Familiar. Tanto fomentadas por organizações representativas da sociedade civil, como por associações de base, têm-se desenvolvido experiências e processos de produção de consumos alternativos, na busca da sustentabilidade e de condições econômicas solidárias e participativas [...]

Nesse viés, as organizações associativas se transformam no meio eficaz para o incentivo da produção baseada na agricultura familiar. No contexto geral, a AF constitui-se a partir do princípio de que o produtor rural tenha como fonte de renda a produção para o sustento da família, garantida por uma mão-de-obra familiar, no qual os membros contribuem para a geração de renda e sobrevivência familiar.

A produção advinda da agricultura familiar traz para os membros do Assentamento Olga Benário uma segurança alimentar, tanto para a família quanto para a sociedade local e exerce função estratégica ao assegurar o acesso ao alimento saudável e a geração de renda. Dessa forma, as organizações associativas tendem a trazer o desenvolvimento para o território rural, incremento esse que só acontece como resultado do esforço e trabalho do assentado. O assentamento se torna território de diversos sujeitos sociais que trazem consigo estratégias e práticas de luta que contribuem para a organização e o desenvolvimento da produção, conseqüentemente do território, em junções coletivas ou de forma individual. Dessa maneira,

[...] pensar o desenvolvimento territorial rural, pressupõe contemplar a multidimensionalidade das ações dos atores sociais envolvidos na disputa por políticas públicas, na capacidade de influenciar a formulação de projetos de desenvolvimento e na ocupação de lugares de destaque nas instituições públicas que destinam os recursos financeiros (OLIVEIRA, 2010, p. 87).

Conforme retratado, para que o desenvolvimento territorial rural resulte em benefícios para os assentados, é necessário analisar a comunidade local. Somente ao analisá-la é que se pode gerar/gerir projetos/programas capazes de destinar recursos financeiros para combater os problemas sociais existentes no território. A partir deste pressuposto cria-se políticas públicas com a intenção de levar “prosperidade” as comunidades e há que se destacar o efetivo papel do poder público municipal nesse processo.

Para que um poder político seja criado e se desenvolva, é necessário que exista lideranças que tomem a dianteira e busquem melhorias coletivas, em destaque, para os assentados em geral. No assentamento Olga Benário, o processo de desenvolvimento territorial rural se iniciou logo após a sua criação. No início foi o MST que estruturou o território por meio da formação do Coletivo Margarida Alves, entretanto houve conflitos de interesses e a permanência do coletivo não se solidificou pois houve arrendamento de terras para a produção de soja, conforme relata Monteiro (2017, p. 52):

Quando arrendou as terras para o plantio de soja, o objetivo do grupo foi auferir renda para a construção de um poço artesiano que garantisse água para as famílias coletivizadas, posto que, cada uma delas tinha um quintal de dois hectares para produção doméstica. Além disto, esta resolução foi tomada após uma série de prejuízos financeiros, relacionados a outros cultivos que eles não conseguiram inserir no mercado. Apesar disso, entre 2009-10, o Coletivo se individualizou devido as dificuldades de comercialização, a ausência de (acesso a) políticas públicas e aos conflitos internos.

Como é possível inferir do relato acima, apesar de ter sido uma ação que gerou problemas internos entre os assentados e apresentou prejuízos financeiros, essa ação coletiva visava modernizar o território, em vista que objetivava o melhoramento econômico, aproximar-se de um modelo de produção agroindustrial.

Essa ruptura foi ocasionada principalmente pelo estilo de liderança do MST, o que dividiu o assentamento em duas lideranças políticas diferentes. “[...] Essas fragmentações internas simbolizam o exercício das relações de poder, provocando, por um lado, distanciamentos e rompimentos políticos, mas, por outro lado, um reagrupamento e a (re)construção de identidades territoriais” (MONTEIRO, 2013, p. 137).

Pela necessidade de desenvolver o assentamento, garantir a permanência do trabalho familiar, trazer progresso econômico, político e social, foram criadas associações afim de garantir novas possibilidades de desenvolvimento ao assentamento, assim, após várias reuniões, conversas e alianças formadas entre assentados, é criada em 2008 a ASPROAB, que

desvinculou 50 famílias que pertenciam ao MST. Dois anos após a criação da ASPROAB é criada a ASCRAF, essa já com a missão de desenvolver a agricultura familiar a nível regional, integrando assentados e demais agricultores familiares.

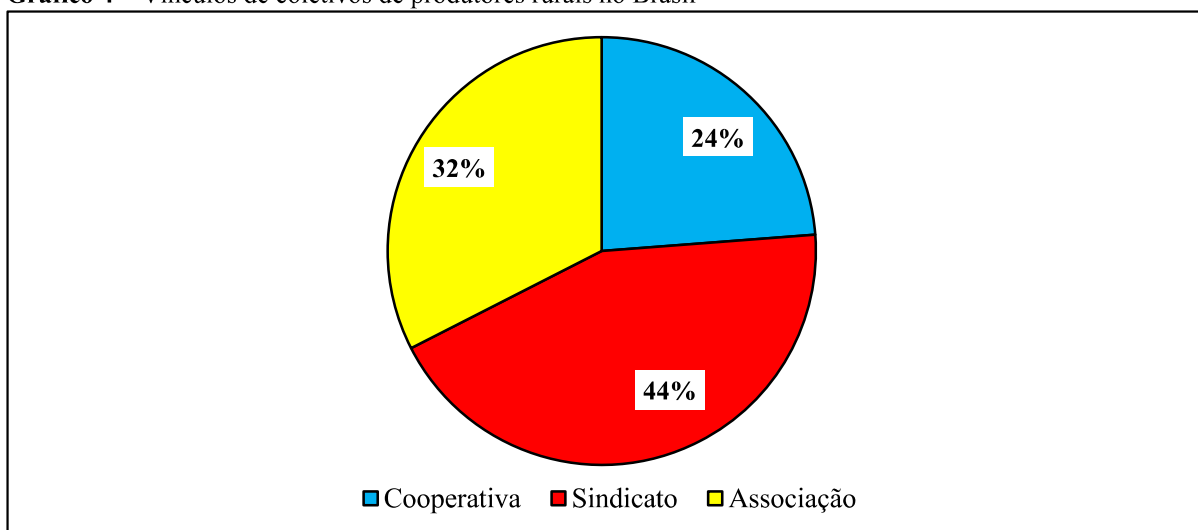
Assim, o assentamento passa a reestruturar o seu território por meio de novas formas organizativas, o que fortalece e desenvolve o território rural do assentamento. Aprender a trabalhar de forma coletiva trouxe novos desafios e inseriu outras formas de pensar e agir ao assentado. Internamente, os assentados têm muito a construir e vivenciar nas organizações associativas.

É na “lida” cotidiana que se adquire novos conhecimentos capazes de driblar as intempéries do capital. Ante esta questão, na próxima seção conhecer-se-á um pouco mais das associações presentes no assentamento, como funcionam e seu desempenho no decorrer dos anos.

4.2 ASCRAF e ASPROAB: concretização do território rural do Olga Benário

A formação coletiva rural no Brasil já não é uma novidade e abrange diferentes classes, desde pequenos a grandes proprietários, em diferentes formas de organização. De acordo com o último Censo Agropecuário (2017), de 5.073.324 estabelecimentos, 2.436.548 são vinculados a alguma forma de organização coletiva, como associações, cooperativas e sindicatos voltadas ao campo. Na sequência o Gráfico 4 detalha cada categoria:

Gráfico 4 – Vínculos de coletivos de produtores rurais no Brasil



Fonte: IBGE, 2017. Organização: Borges, L. A. T. (2022).

Conforme apresentado no gráfico, a maioria dos vínculos coletivos são entre produtores e sindicatos rurais, o que representa um total de 1.064.907 e com menor vínculo estão as cooperativas com 579.438 cooperados. Já em relação aos associados, o censo divide em associações de moradores com 385.651 e de movimentos de produtores com 406.552, totalizando 792.203 associados.

É comum que os proprietários se vinculem a mais de uma modalidade coletiva, principalmente os pequenos produtores que possuem uma porcentagem expressiva de participação, pois do total de vinculados (1.996.422 estabelecimentos), 1.561.600 são de agricultores familiares, o que representa mais de 78% das organizações coletivas rurais voltadas para o desenvolvimento dos pequenos produtores. Evidencia-se que os agricultores familiares estão se organizando afim de criar alternativas para o aprimoramento de suas técnicas de trabalho, produção e comercialização em busca de melhores resultados, que por conta do sistema econômico capitalista é o “natural” para quem quer melhorar suas condições de vida.

Ao analisar os estabelecimentos coletivos no Estado de Goiás, de acordo com o Censo Agropecuário (2017), nota-se que existe uma expressiva quantidade de associados, cooperados e sindicalistas, aos quais, juntos somam 42.072, divididos entre as seguintes categorias:

Tabela 4 - Total de estabelecimentos coletivos em Goiás.

Estabelecimentos coletivos	
Cooperativa	21.494
Sindicato	13.105
Associação	7.473

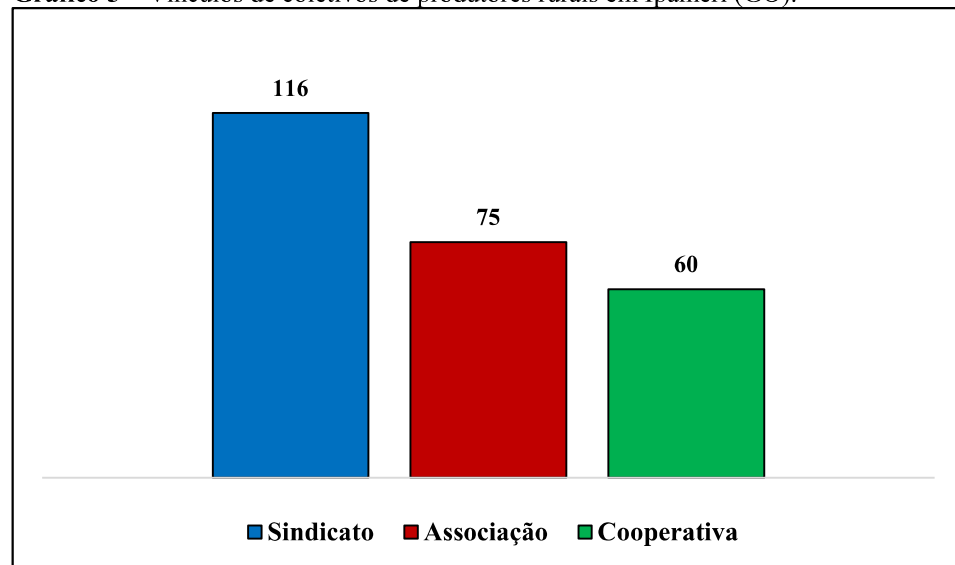
Fonte: IBGE, 2017. **Organização:** Borges, L. A. T. (2022).

Ainda, é importante frisar que do total de associações rurais instaladas no território goiano, 5.211 associados são oriundos de movimentos de produtores. Dessa forma, ao considerar que Goiás é um estado no qual se produz *commodities* e possui uma das maiores concentrações fundiárias do país, deve-se destacar que mais de 54% dos produtores rurais são agricultores familiares, mesmo detendo menor extensão de terras. Em relação ao vínculo com organização coletiva, há 22.902 estabelecimentos ligados a alguma organização coletiva voltada a AF. Este fato representa a necessidade de uma reestruturação fundiária em Goiás e evidente, no Brasil.

Quando o debate reduz a escala para o município, Ipameri (GO), o qual está localizado na área da pesquisa, têm -se mais de 53% de sua área territorial composta por grandes propriedades, o que demonstra a concentração de latifúndios, mesmo que em número menor que as pequenas propriedades, estas ocupam áreas menores volumosas, ou seja, as terras de Ipameri estão concentradas nas mãos dos grandes produtores.

A análise em relação ao vínculo dos produtores a associações, sindicatos e cooperativas, pode ser assim considerado:

Gráfico 5 – Vínculos de coletivos de produtores rurais em Ipameri (GO).



Fonte: IBGE, 2017. **Organização:** Borges, L. A. T. (2022).

Em Ipameri a maioria dos produtores estão filiados ao Sindicato Rural, órgão encarregado de cuidar dos aspectos políticos e ideológicos de seus associados e tem suas causas voltadas majoritariamente para a agricultura patronal (OLIVEIRA, 2011). Por outro ângulo 75 produtores vinculam-se as associações e 60 às cooperativas, o que permite inferir que o produtor que é associado e cooperado são, em geral, o médio e pequeno agricultor.

Em Ipameri existe 01 (um) sindicato rural, o Sindicato Rural de Ipameri – que segundo dados coletados em seu *website* – foi a primeira entidade a representar a classe rural em Goiás, fundado em 1956. De acordo com o sindicato, a entidade possui como principal objetivo prestar assistência e serviços de cunho social e trabalhista aos seus associados⁸.

No que tange a vinculação a cooperativas, de acordo com o Gráfico 6, Ipameri possui 60 estabelecimentos vinculados a alguma ou mais cooperativas. No município, as mais

⁸ Informações coletadas do site < <https://www.sindicadoruralipameri.com.br/>>

conhecidas e de maior influência são: a Cooperativa Agropecuária e Industrial (COCARI) e a Cooperativa Mista Dos Agricultores e Agricultoras Familiares de Ipameri (Coopmafi). Essa última iniciou seus trabalhos em 2013 e possui sede no Assentamento Olga Benário. Atua com assentados e demais agricultores familiares de Ipameri e municípios vizinhos e tem como propósito prestar assistência técnica junto a seus cooperados, ampliar os cultivos, facilitar o processo de comercialização e trazer inovações mercadológicas (BORGES, 2018).

Já sobre as associações, com 75 estabelecimentos vinculados, ao todo Ipameri possui 07 associações rurais, que tem como principais atividades econômicas o cultivo de lavouras temporárias, criação de gado, produção de gêneros alimentícios e prestação de apoio a pecuária e a agricultura. O Quadro 7 discrimina a data de criação de cada associação, a atividade econômica e os recursos recebidos desde suas fundações até o ano de 2021.

Quadro 7 – Associações rurais no município de Ipameri (GO).

Associação	Data de Criação	Atividade Econômica	Recursos Recebidos*
Associação Camponesa Regional de Agricultura Familiar (ASCRAF)	28/06/2010	Cultivo de plantas de lavoura temporária	R\$ 1.622.778,55
Associação Comunitária de Trabalhadores na Agricultura Familiar (ASCREAF)	30/04/2018	Criação de bovinos	R\$ 120.000,00
Associação de Mulheres Camponesas da Agricultura Familiar (CAMPONESAS)	22/06/2017	Fabricação de produtos alimentícios	R\$ 456.875,28
Associação de Produtores de Leite das Regiões do Santo Antônio e Boa Vista (ASPROLEITE)	25/03/2014	Criação de bovinos	R\$ 481.991,57
Associação de Produtores Organizados Beira Rio (ASPROBR)	06/08/2009	Atividades de apoio à pecuária	R\$ 351.311,24
Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento Olga Benário (ASPROAB)	23/06/2008	Atividades de apoio à pecuária	R\$ 920.877,29
Associação Mista Regional de Produtores Rurais e Agricultores Familiar (ASPRAF)	28/06/2017	Atividades de apoio à agricultura	R\$ 295.977,59

*Total de recursos recebidos do Governo Federal pelas associações desde sua criação até dezembro de 2021, conforme consta no Portal da Transparência.

Fonte: Portal da Transparência da Controladoria-Geral da União (2021). **Organização:** Borges, L. A. T. (2021).

Conforme aponta o Quadro 7, foram destinados à agricultura familiar ipamerina um total de R\$ 4.249.811,52 de recursos oriundos do Governo Federal, e tendo em vista que todas as associações citadas no Quadro 7 possuem a DAP Jurídica, significa que elas são associações que desenvolvem suas atividades vinculadas a agricultura familiar.

Das associações apresentadas, duas surgiram, possuem sede e atuam no Assentamento Olga Benário: a Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Olga Benário (ASPROAB), criada em 2008 e a Associação Camponesa Regional da Agricultura Familiar (ASCRAF), criada em 2010. Ambas só existem graças ao empenho e dedicação de alguns assentados que hoje (2022) colhem os frutos da conquista. Assim, o assentamento que se constituiu em um novo território, tem se fortalecido ao longo dos anos fruto do trabalho das associações e do trabalho dos afiliados.

Entre os variados produtos comercializados em Ipameri e região, destacam-se os panificados (pães, roscas e bolos), verduras, legumes e derivados lácteos, assim como abatedouros de frangos e suínos, que trazem mais renda para os assentados e ajuda na conquista de uma condição de vida melhor para si, produtor e para sua família. As fotografias (03 e 04) permite observar o quanto o plantel de gado está bem cuidado e os tratos a eles oferecidos, o capim. Na sequência, as fotografias (05, 06, 07 e 08), autoriza afirmar que a produção agrícola e semi-artesanal no assentamento é diversificada.

Foto 3 – Capim para trato do gado.



Autor: Borges L. A. T. (2018)

Foto 4 – Gado leiteiro.



Autor: Borges L. A. T. (2018)

Foto 5 – Mandiocas para a comercialização.**Autor:** Borges L. A. T. (2018)**Foto 6**– Produção de farinha de mandioca.**Fonte:** Firmino (2013)**Foto 7** – Plantação de hortaliças irrigadas.**Autor:** Borges L. A. T. (2018)**Foto 8** – Hortaliças destinadas à comercialização.**Autor:** Borges L. A. T. (2018)

A diversidade nos cultivos é característica marcante em produção do tipo familiar, realidade do assentamento, onde os associados, podem cultivar em toda a área de sua parcela, inclusive insumos agropecuários como é o caso do capim, colhido e processado nas propriedades, e que serve de trato, principalmente em épocas de seca, para alimentar o gado e fortalecer a produção de leite, tanto para consumo quanto para venda. O cultivo da mandioca permite a fabricação de farinha e polvilho. As hortaliças, legumes, assim bem como os produtos semi-artesanais, o leite, a mandioca *in natura* e os demais gêneros destinam-se ao autoconsumo ou ao mercado interno, feira livre de Ipameri e de cidades vizinhas, como Catalão e Pires do Rio

A ASPROAB, atualmente (2022) conta com 25 associados, desses 20 possuem DAP⁹ (SEAD, 2022). Os associados produzem hortaliças, mandiocas e panificados, destinados ao mercado e a abastecer escolas. Posteriormente, em 2010 surge a Associação Camponesa Regional da Agricultura Familiar (ASCRAF), com aproximadamente 34 famílias, conta com 100 associados, desses 90 possuem DAP (SEAD, 2022), que fornecem diversos alimentos nas escolas, como parte da merenda escolar, entre eles pães, bolos, biscoitos, roscas, carne suína e de frangos.

Ao se vincularem a ASCRAF ou ASPROAB os assentados passam a ter maior flexibilidade para buscar mercado para suas mercadorias, além da parceria com órgãos públicos municipais, estaduais e federais, dentro dos programas: PRONAF, PNAE e PAA, que fortalecem o desenvolvimento econômico dos associados.

Ambas as associações possuem sede própria, onde funciona a panificadora, local de produção dos panificados (Fotografia 09 e 10). A maioria dos pães, bolos, biscoitos, etc., são produzidos por mulheres, que após serem assados, são comercializados na cidade de Ipameri e entregues às escolas, como parte da merenda escolar. Aos homens, em geral, cabe a lida da roça, capinar, plantar, arar, colher, ordenhar, etc.

Foto 9 – Panificadora da ASPROAB.



Fonte: VAZ (2021)

Foto 10 – Panificadora da ASCRAF.



Fonte: VAZ (2021).

Nas fotografias acima, coletadas em pesquisa realizada por Vaz (2021) no Assentamento Olga Benário, temos como destaque o galpão sede onde funciona a panificadora da ASCRAF e ASPROAB. Na sequência as fotografias 11, 12, 13 e 14 trazem alguns dos maquinários utilizados pelos associados na produção familiar.

⁹ O fato de constar que não possuem DAP não significa que associados não são agricultores familiares, pois podem estar com a DAP vencida, desatualizada ou com algum outro problema burocrático e ainda esteja sem o reconhecimento pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA (SEAD, 2022).

Foto 11 – Arado para cultivo.

Fonte: VAZ (2021)

Foto 12 – Maquinário para fabricação de pães.

Fonte: VAZ (2021)

Foto 13 – Estufa para panificados.

Fonte: VAZ (2021)

Foto 14 – Forno para panificados.

Fonte: VAZ (2021)

Na fotografia 11 temos um arado muito utilizado pelos associados no preparo para a lida na terra. Na fotografia 12 pode ser visualizado uma máquina de enrolar os pães e facilitadora do processo de produção, reduz o desperdício de massa, uniformiza tamanho e forma e diminui o uso de mão de obra. A estufa (fotografia 13), ao aquecer a massa, agiliza o processo de multiplicação das leveduras, que ingerem açúcar e amido contido na farinha de trigo, libera gás carbônico, responsável pelo crescimento da massa e álcool, que confere sabor ao pão, bolo, torta. Por último temos na fotografia 14, a etapa final de produção dos panificados, um forno industrial, de 10 esteiras, capaz de assar grandes quantidades de uma única vez.

A ASCRAF e a ASPROAB garantem que diversos produtos sejam comercializados na cidade e para executar essa ação ambas possuem veículos próprios adaptados para atender as necessidades específicas de cada mercadoria, transportando-as com facilidade e segurança. São minivans, como pode ser visualizado nas fotografias 15 e 16:

Foto 15 – Veículo de panificados.**Fonte:** VAZ (2021).**Foto 16** – Veículo frigorífico.**Fonte:** VAZ (2021)

Os veículos representados nas fotos pertencem a ASCRAF, uma minivan para transportar os panificados e outra para transportar carnes – especialmente frango e porco – com capacidade de manter a temperatura evitando que as mercadorias percam sua validade no deslocamento. A associação em questão possui abatedouro (fotografia 17) e conta com maquinários próprios para depenar os frangos, conferir agilidade no abate e rapidez na entrega, com uso de menor quantidade de mão de obra. A automação do processo de abate reduz custos e libera mão de obra para outros afazeres cotidianos da “lida” na roça.

Foto 17 – Abatedouro.**Fonte:** Vaz (2021).

A produção vinculada a agricultura familiar, garante ao assentado, membro da ASCRAF e APROAB, uma assistência importante nas fases pré, durante e pós produção, tanto nas propriedades que cultivam hortaliças, criam gado, porcos e frangos, quanto naquelas que trabalham com panificados e possuem os abatedouros.

A divisão do trabalho, geralmente é por sexo, como parcialmente descrito em partes anteriores do trabalho. As mulheres são responsáveis pelos panificados e os homens ficam por conta dos abatedouros e do trabalho com a terra; as crianças e os adolescentes auxiliam os adultos e aprendem no cotidiano da lida a fazer fazendo.

Destarte, através das ações coletivas, geradas por meio do trabalho familiar nas diversas parcelas da terra, os associados conseguem gerar renda, garantir a segurança alimentar de sua família e a estabilidade econômica, como agricultor familiar. Assim, conhecer o funcionamento das associações no assentamento, permitiu afirmar o quão importante elas são para os agricultores. Portanto, cabe a partir do caminho percorrido, discorrer sobre a relação entre as associações e os poderes públicos governamentais, e de que forma as ações associativas contribuíram para a permanência do pequeno produtor familiar no campo/assentamento.

4.3 Um território próspero: para além das associações no assentamento Olga Benário

A agricultura familiar brasileira progrediu e tem garantido a permanência do agricultor no campo em razão dos benefícios ofertados pelos programas de políticas públicas, que desempenharam desde a década de 1990, o papel de facilitador na liberação de créditos para investimento e compra de insumos, capacitação e atualização do produtor frente as novas exigências dos mercados e alternativas de venda direta ao consumidor, como as feiras livres ou oferta de alimentos a escolas por meio do PNAE e, ainda a doação de alimentos a comunidades em vulnerabilidade social, PAA¹⁰.

Uma das políticas mais utilizadas pelos agricultores familiares é o PRONAF. Como exposto no capítulo anterior, para ser beneficiário desse programa é imprescindível possuir a DAP, documento que qualifica a propriedade como AF. Elas funcionam sob três modelos: DAP Principal, DAP Acessória e DAP Jurídica. A Principal permite que tenha até dois titulares como responsáveis pela unidade familiar; a Acessória possibilita a vinculação de mais DAPs à Principal, como o DAP Jovem e o DAP Mulher; já a Jurídica proporciona a abertura de empresas familiares que possuam CNPJ como associações, cooperativas e agroindústrias

¹⁰ É um programa por meio do qual o Governo Federal compra alimentos produzidos pela agricultura familiar e os destina gratuitamente para pessoas que não têm acesso à alimentação adequada e saudável e àquelas atendidas pela rede da assistência social (Exemplos: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS). Assunto melhor discutido em partes posteriores do trabalho.

(MAPA, 2021). Ipameri (GO) conta com 717 DAPs registradas, dessas 153 estão ativas e 564 estão inativas, conforme mostra a tabela 5 a seguir:

Tabela 5 – Número de DAPs no município de Ipameri (GO).

Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)	DAPs Ativas	DAPs Inativas	Total de DAPS
DAP Física	147	562	709
DAP Jurídica	6	2	8

Fonte: SEAD (2022). **Organização:** Borges, L. A. T. (2022).

Em Ipameri (GO), há uma grande quantidade de DAPs inativas de pessoas físicas, estas estão vencidas. Devem ser renovadas a cada dois anos, caso não ocorra essa renovação elas são canceladas por não se qualificarem mais como uma propriedade familiar. Ao todo em Ipameri são 510 DAPs físicas vencidas e 52 DAPs físicas canceladas; no que corresponde as DAPs Jurídicas inativas, 02 estão vencidas. (SEAD, 2022).

É importante que o agricultor familiar mantenha a sua DAP ativa para que os órgãos governamentais tenham acesso ao número de propriedades familiares e possam elaborar políticas públicas; por outro lado, também é importante que o produtor mantenha o cadastro atualizado caso queira participar de programas como o PRONAF, PNAE e PAA. Por meio do PRONAF o agricultor familiar tem acesso a linhas de créditos que o ajudará no financiamento para custeio, investimento e comercialização.

De acordo com o Banco Central do Brasil (2022), entre os anos de 2013 e 2020 foram firmados 12.424.482 contratos para agricultura e pecuária no valor de R\$ 187.214.105.974,75 do PRONAF no Brasil todo. Desse total, 140.975 contratos – 140.942 de DAPs Físicas e 26 de DAPs Jurídicas – no valor de R\$ 4.558.215.720,92 – R\$ 4.528.877.399,88 de DAPs Físicas e R\$ 29.338.321,04 de DAPs Jurídicas – foram firmados no Estado de Goiás, que representa pouco mais de 2% dos contratos nacionais. Já segundo dados coletados do IMB (2022), entre os anos de 2010-2020 Ipameri (GO) obteve o segundo índice:

Tabela 6 – Créditos rurais em Ipameri (GO).

Financiamentos	Número de contratos	Valor dos Financiamentos
Agricultura	4847	R\$ 1.472.202.896,84
Pecuária	5847	R\$ 593.567.360,41
Total	10694	R\$ 2.065.770.257,25

Fonte: IMB, 2022. **Organização:** Borges, L. A. T. (2022).

Vale destacar que o IMB faz os cálculos de créditos rurais de forma geral, incluindo todos os programas de financiamentos de pequenas, médias e grandes estabelecimentos agropecuários. No entanto, o Censo Agropecuário (2017), marca que 302 estabelecimentos familiares são atendidos pelo PRONAF no município de Ipameri (GO), todos com DAPs físicas, mas não é mencionado o valor dos financiamentos.

Outro programa que auxilia o assentado/associado do Assentamento Olga Benário é o PNAE. Esse programa presente em todo o território nacional, emprega recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Auxilia na nutrição dos alunos e ao mesmo tempo, por destinar 30% para a compra de produtos originários da agricultura familiar, proporciona melhoria econômica para a família e concomitantemente social, ao garantir alimento de qualidade ao produtor. Entre os anos de 2010 e 2020, Ipameri foi beneficiado com os seguintes valores advindos dos FNDE, conforme é apontado no Quadro 08.

Quadro 8 – Recursos recebidos por Ipameri (GO) do FNDE.

Ano	Valor transferido – FNDE	Valor de aquisição da AF	Percentual de aquisição da AF
2010	R\$ 234.720,00	Não informado/inexistente	-
2011	R\$ 226.260,00	Não informado/inexistente	-
2012	R\$ 255.060,00	Não informado/inexistente	-
2013	R\$ 299.640,00	R\$ 42.170,97	14,07%
2014	R\$ 385.440,00	R\$ 60.591,82	15,72%
2015	R\$ 341.800,00	R\$ 48.725,97	14,26%
2016	R\$ 329.513,23	R\$ 41.246,81	12,52%
2017	R\$ 379.183,80	R\$ 40.931,13	10,79%
2018	R\$ 470.384,00	R\$ 99.628,98	21,18%
2019	R\$ 373.232,00	R\$ 131.764,26	35,30%
2020	R\$ 416.242,20	Ainda não divulgados	-

Fonte: FNDE, 2022. Organização: Borges, L. A. T. (2022).

Ao análise do quadro permite inferir que mesmo com a implementação, em 2009 do PNAE, que instituiu que 30% dos recursos deverão ser destinados à compra de produtos oriundos da AF, apenas a partir de 2013 há dados de valores destinados a AF. No entanto só alcançou o percentual correto, conforme as diretrizes do PNAE em 2019, quando atingiu o percentual de 35,30%.

A ausência de dados entre 2010 e 2013 nos valores de aquisição de produtos da AF levanta duas hipóteses: a primeira é que os agricultores de Ipameri não conheciam o PNAE e por isso não participavam dos editais do programa; ou, a segunda, problemas na administração pública, em que o governo municipal não havia identificado os agricultores familiares de forma a atender ao solicitado no edital.

Outra política pública que está presente no município é o PAA. O programa conta com recursos originados do Ministério da Cidadania em parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), e possui seis modalidades: Compra com Doação Simultânea, Compra Direta, Apoio à Formação de Estoques, Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite, Compra Institucional e a Aquisição de Sementes (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2021).

Em Ipameri (GO), o PAA se efetiva através de organizações fornecedoras que possua DAPs jurídicas, como é o caso das associações e cooperativas formadas por agricultores familiares. Do total atuante no município, duas estão presentes no Assentamento Olga Benário – ASCRAF e ASPROAB. Os agricultores familiares do município receberam R\$ 4.828.651,01 divididos entre o período 2010-2020, conforme mostra a tabela 7 abaixo:

Tabela 7 – Recursos do PAA para Ipameri (GO).

ANOS	ORGANIZAÇÃO FORNECEDORA	RECURSOS (R\$)
2010	ASCRAF.	17.813,00
2011	ASCRAF.	67.493,00
2012	ASCRAF.	173.100,00
2013	ASCRAF; ASPROAB.	345.269,00
2014	ASCRAF; ASPROAB.	415.762,50
2015	ASCRAF; ASPROAB; ASPROLEITE.	855.994,50
2016	ASCRAF; ASPROAB.	679.992,70
2017	ASCRAF; ASPROAB; ASPROLEITE; ASPROBR; ASPRAF; CAMPONESAS.	802.167,65
2018	ASCRAF; ASPROBR; CAMPONESAS.	479.115,15
2019	Não houve beneficiários.	-
2020	ASCRAF; ASPROAB; ASPROLEITE; ASPROBR; ASPRAF; CAMPONESAS; ACREAF; COOPMAFI.	991.943,51

Fonte: CONAB, 2022. Organização: Borges, L. A. T. (2022).

No decorrer de uma década de atuação, os recursos do Ministério da Cidadania através da modalidade de doação, o PAA, aos poucos, ampliou sua abrangência no município. O início do programa se deu com a criação da ASCRAF em 2010; a integração da ASPROAB ocorreu em 2013; ASPROLEITE em 2015; ASPROBR, APRAF e CAMPONESAS em 2017 e da ACREAF e COOPMAFI em 2020. Em 2019, primeiro ano de governo de Jair Bolsonaro, não houve a destinação de recursos do Ministério da Cidadania para o município, mas, de acordo com dados do IPEA, ocorreu redução de 82,8% na aquisição de alimentos via PAA. (IPEA, 2022).

Explica-se o maior recurso recebido em 2020 pelo aumento do número de organizações que se vincularam ao programa, e, também, devido ao número de beneficiados contemplados pelo PAA, tanto na ASCRAF (2010-2020) quanto na ASPROAB (2013-2020). As associações também ampliaram a oferta e diversificação dos produtos. De outro ângulo, o número de entidades beneficiadas também aumentou, melhor detalhado nos quadros 09 e 10:

Quadro 9 – Detalhamento da produção na ASCRAF a partir de recursos do PAA (2010-2020).

Ano	Número de associados	Valor (R\$)	Produção	Destino
2010	09	17.813,00	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 478kg – biscoito de queijo; ▪ 478 kg – bolo de mandioca; ▪ 478 kg – frango caipira; ▪ 419 kg – pão de queijo; ▪ 478 kg - rosquinha doce. 	Colégio Estadual Monsenhor Domingos Pinto de Figueiredo; Creche e Escola Municipal Comecinho de Vida; Creche Nívea Sebastiana Carneiro Gratão; Escola Estadual José Costa Paranhos; Pré-Escolar Municipal Luzes da Ribalta.
2011	15	67.493,00	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 1.696 kg – biscoito de queijo; ▪ 1.246 kg – bolo de mandioca; ▪ 1.711 kg – frango caipira; ▪ 865 kg – pamonha; ▪ 1.786 kg – pão de queijo; ▪ 1.246 kg – rosquinha doce. 	Abrigo Filantrópico Alfredo Julio; Centro Infantil São Francisco de Assis; Centro Municipal de Ensino e Treinamento João Marcelino; Colégio Estadual Monsenhor Domingos Pinto de Figueiredo; Colégio Estadual Professor Eduardo Mancini; Creche e Escola Municipal Comecinho de Vida; Creche Nívea Sebastiana Carneiro Gratão; Escola Agrícola Municipal Godofredo Perfeito; Escola Estadual José Costa Paranhos; Escola Estadual Michele Santinoni; Escola Municipal Nossa Senhora de Fátima; Lar e Creche São Francisco; Missão Evangélica Filantrópica Jesus Te Ama; Pré-Escolar Municipal Luzes da Ribalta
2012	37	173.100,00	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 2.950 kg – biscoito de queijo; ▪ 4.800 kg – bolacha caseira ▪ 760 kg – bolo de mandioca; ▪ 5.750 kg – pão de queijo; ▪ 4.600 kg – rosquinha doce. 	Abrigo Filantrópico Alfredo Julio; Asilo São Vicente de Paulo Ipameri; Associação Pestalozzi de Ipameri; Centro de Apoio ao Cidadão; Centro de Apoio ao Trabalhador Rural; Centro de Referência de Assistência Social; Centro Infantil São Francisco de Assis; Centro Integrado da Criança e Adolescente David Domingues; Centro Municipal de Ensino e Treinamento João Marcelino; Conselho Escolar Demostenes Cristino; Conselho Escolar Municipal Raio de Sol; Creche e Escola Municipal Comecinho de Vida; Creche Nívea Sebastiana Carneiro Gratão; Escola Agrícola Municipal Godofredo Perfeito; Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida; Escola Municipal Nossa Senhora de Fátima; Missão Evangélica Filantrópica Jesus Te Ama; Pré-Escolar Municipal Luzes da Ribalta; Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).
2013	51	302.887,00	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 3.000 kg – abobrinha; ▪ 2.500 kg – alface crespa; ▪ 3.000 kg – biscoito de queijo; ▪ 3.000 kg – bolacha caseira; ▪ 1.789 kg – bolacha caseira de polvilho ▪ 5.590 kg – bolo caseiro; ▪ 3976 kg – cookie de baru; ▪ 736 kg – frango vivo; ▪ 1.894 kg – pão caseiro; ▪ 3.530 kg – pão de queijo; ▪ 3.000 – raiz de mandioca com casca; ▪ 5.006 kg – rosquinha doce. 	Abrigo Filantrópico Alfredo Julio; Asilo São Vicente de Paulo Ipameri; Associação Pestalozzi de Ipameri; Centro de Apoio ao Cidadão; Centro de Apoio ao Trabalhador Rural; Centro de Referência de Assistência Social; Centro de Referência Especializado em Assistência Social; Centro Infantil São Francisco de Assis; Centro Integrado da Criança e Adolescente David Domingues; Centro Municipal de Ensino e Treinamento João Marcelino; Conselho Escolar Demostenes Cristino; Conselho Escolar Municipal Raio de Sol; Creche e Escola Municipal Comecinho de Vida; Creche Nívea Sebastiana Carneiro Gratão; Escola Agrícola Municipal Godofredo Perfeito; Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida; Escola Municipal Nossa Senhora de Fátima; Missão Evangélica Filantrópica Jesus Te Ama; Pré-Escolar Municipal Luzes da Ribalta; Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

2014	45	292.497,50	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 800 kg – biscoito de queijo; ▪ 2.020 kg – bolacha caseira; ▪ 3.520 kg – bolo caseiro; ▪ 6.255 kg – cookie de baru; ▪ 6.520 kg – frango vivo; ▪ 6.770 kg – pão caseiro; ▪ 1.249 kg – pão de queijo; ▪ 3.342 kg – rosquinha doce. 	<p>Abrijo Filantrópico Alfredo Júlio; Asilo São Vicente de Paulo Ipameri; Centro Infantil São Francisco de Assis; Centro Integrado da Criança e Adolescente David Domingues; Conselho Escolar Demostenes Cristino;</p> <p>Creche Nívea Sebastiana Carneiro Gratao; Escola Agrícola Municipal Godofredo Perfeito; Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida; Escola Municipal Nossa Senhora de Fátima; Missão Evangélica Filantrópica Jesus Te Ama; Pré-Escolar Municipal Luzes da Ribalta;</p>
2015	48	203.995,50	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 879 kg – biscoito de queijo; ▪ 7.399 kg – bolo caseiro; ▪ 7.108 kg – carne suína (carcaça); ▪ 3.747 kg – carne suína (linguiça); ▪ 6.622,999 kg – cookie de baru; ▪ 9.067 kg – frango vivo; ▪ 5.200 kg – pão caseiro; ▪ 1.233 kg – pão de queijo. 	<p>Abrijo Filantrópico Alfredo Júlio; Asilo São Vicente de Paulo Ipameri; Associação Adelino de Carvalho; Centro Comunitário Nossa Senhora Aparecida; Centro Comunitário São Paulo Apóstolo; Centro Infantil São Francisco de Assis; Centro Infantil São Paulo Apóstolo; Centro Integrado da Criança e Adolescente David Domingues; Centro Municipal de Ensino e Treinamento João Marcelino; Conselho Escolar Demostenes Cristino; Conselho Escolar Leonilda Francisca França; Creche e Escola Municipal Comecinho de Vida; Creche Nívea Sebastiana Carneiro Gratao; Escola Agrícola Municipal Godofredo Perfeito; Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida; Escola Municipal Nossa Senhora de Fátima; Missão Evangélica de Apoio a Família.</p>
2016	60	479.994,20	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 7.425 kg – carne de frango caipira (abatido); ▪ 6.700 kg – carne suína (carcaça); ▪ 8.173 kg – carne suína (linguiça); ▪ 8.058,999 kg – pão caseiro ▪ 8.499,991 kg – rosquinha doce. 	<p>Abrijo Filantrópico Alfredo Júlio; Asilo São Vicente de Paulo Ipameri; Associação Adelino de Carvalho; Associação Pestalozzi de Ipameri; Centro Comunitário Nossa Senhora Aparecida; Centro Comunitário São Paulo Apóstolo; Centro Infantil São Francisco de Assis; Centro Infantil São Paulo Apóstolo; Centro Integrado da Criança e Adolescente David Domingues; Centro Municipal de Ensino e Treinamento João Marcelino; Conselho Escolar Demostenes Cristino; Conselho Escolar Leonilda Francisca França; Conselho Escolar Municipal Raio de Sol; Creche e Escola Municipal Comecinho de Vida; Creche Nívea Sebastiana Carneiro Gratao; Escola Agrícola Municipal Godofredo Perfeito; Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida; Escola Municipal Nossa Senhora de Fátima; Missão Evangélica de Apoio a Família; Conselho Escolar Augusto Monteiro Godoy; Conselho Escolar Martins Borges; Conselho Escolar Professor Pedro Ferreira de Azevedo; Conselho Escolar Terezinha de Almeida Mendes; Caixa Escolar Maria Cândida; Caixa Escolar Maria Celeste Conceição; Creche Municipal Nossa Senhora de Fátima.</p>
2017	13	100.000,00	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 1.800 kg – bolo caseiro; ▪ 1.800 kg – carne de frango caipira (abatido); ▪ 1.801 kg – carne suína (carcaça); ▪ 1.800 kg – pão caseiro ▪ 1.378 kg – rosca caseira. 	<p>Secretaria Municipal de Educação de Ipameri.</p>

2018	25	199.322,00	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 2.999,999 kg – bolo caseiro; ▪ 3.999,999 kg – carne de frango caipira (abatido); ▪ 2.580 kg – carne suína (linguiça); ▪ 3.999,929 kg – pão caseiro; ▪ 3.000 kg – rosca caseira. 	Secretaria Municipal de Educação de Ipameri.
2019	Não houve recursos do PAA.			
2020	15	119.985,75	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 2.041 kg – biscoito de queijo; ▪ 2.339 kg – carne suína (linguiça); ▪ 3.000 kg – frango. 	Secretaria Municipal de Educação de Ipameri.

Fonte: CONAB, 2022. Organização: Borges, L. A. T. (2022).

Quadro 10 – Detalhamento da produção na ASPROAB a partir de recursos do PAA (2013-2020).

Ano	Número de associados	Valor (R\$)	Produção	Destino
2013	09	42.382,00	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 166 kg – bolacha caseira de polvilho; ▪ 1.700 kg – bolo caseiro; ▪ 20,5 kg – cookie de baru; ▪ 2.700 kg – frango vivo; ▪ 1.082 kg – rosquinha doce. 	Centro Infantil São Francisco de Assis; Centro Integrado da Criança e Adolescente; Centro Municipal de Ensino e Treinamento João Marcelino; Conselho Escolar Demostenes Cristino; Creche e Escola Municipal Comezinho de Vida; Creche Nívea Sebastiana Carneiro Gratão; Escola Agrícola Municipal Godofredo Perfeito; Escola Municipal Nossa Senhora de Fátima; Pré-Escolar Municipal Luzes da Ribalta.
2014	19	123.264,50	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 10.562 kg – bolo caseiro; ▪ 5.000 kg – frango vivo; ▪ 4.179 kg – raiz de mandioca com casca. 	Abriço Filantrópico Alfredo Júlio; Asilo São Vicente de Paulo Ipameri; Associação Adelino de Carvalho; Centro Comunitário Nossa Senhora Aparecida; Centro de Atendimento Especializado Paz e Fraternidade; Centro Infantil São Francisco de Assis; Centro Infantil São Paulo Apóstolo; Centro Integrado da Criança e Adolescente David Domingues; Centro Municipal de Ensino e Treinamento João Marcelino; Centro Social São Judas Tadeu; Colégio Estadual Monsenhor Domingos Pinto de Figueiredo; Colégio Estadual Professor César Augusto Ceva; Colégio Estadual Professor Eduardo Mancini; Conselho Escolar Demostenes Cristino; Conselho Escolar Municipal Raio de Sol; Creche e Escola Municipal Comezinho de Vida; Creche Nívea Sebastiana Carneiro Gratão; Escola Agrícola Municipal Godofredo Perfeito; Escola Estadual Dom Bosco; Escola Estadual José Costa Paranhos; Escola Estadual José Pio de Santana; Escola Estadual Michele Santinoni; Escola Municipal de Educação de Jovens e Adultos José Pedroso de Deus; Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida; Escola Municipal Nossa Senhora de Fátima; Lar e Creche São Francisco; Pré-Escolar Municipal Luzes da Ribalta.

2015	27	215.999,00	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 7.597,350 kg – bolo caseiro; ▪ 13.333 kg – raiz de mandioca com casca; ▪ 15.024,128 kg – rosca caseira. 	<p>Abriço Filantrópico Alfredo Júlio; Asilo São Vicente de Paulo Ipameri; Associação Adelino de Carvalho; Centro Comunitário Nossa Senhora Aparecida; Centro de Atendimento Especializado Paz e Fraternidade; Centro Infantil São Francisco de Assis; Centro Infantil São Paulo Apóstolo; Centro Municipal de Ensino e Treinamento João Marcelino; Centro Social São Judas Tadeu; Colégio Estadual Monsenhor Domingos Pinto de Figueiredo; Colégio Estadual Professor César Augusto Ceva; Colégio Estadual Professor Eduardo Mancini; Conselho Escolar Demostenes Cristino; Conselho Escolar Leonilda Francisca França; Conselho Escolar Luiz Helena Cosac Valença; Conselho Escolar Municipal Raio de Sol; Creche e Escola Municipal Comezinho de Vida; Creche Nívea Sebastiana Carneiro Gratão; Escola Agrícola Municipal Godofredo Perfeito; Escola Estadual José Costa Paranhos; Escola Estadual José Pio de Santana; Escola Estadual Michele Santinoni; Escola Municipal Nossa Senhora de Fátima; Fundo Municipal de Assistência Social de Ipameri; Lar e Creche São Francisco; Pré-Escolar Municipal Luzes da Ribalta.</p>
2016	25	199.998,50	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 12.380 kg – bolo caseiro; ▪ 5.355 kg – raiz de mandioca com casca; ▪ 5.000 kg – rosca caseira. 	<p>Abriço Filantrópico Alfredo Júlio; Asilo São Vicente de Paulo Ipameri; Associação Adelino de Carvalho; Centro Comunitário Nossa Senhora Aparecida; Centro de Atendimento Especializado Paz e Fraternidade; Centro Infantil São Francisco de Assis; Centro Infantil São Paulo Apóstolo; Centro Municipal de Ensino e Treinamento João Marcelino; Centro Social São Judas Tadeu; Colégio Estadual Monsenhor Domingos Pinto de Figueiredo; Colégio Estadual Professor César Augusto Ceva; Colégio Estadual Professor Eduardo Mancini; Conselho Escolar Demostenes Cristino; Conselho Escolar Leonilda Francisca França; Conselho Escolar Luiz Helena Cosac Valença; Conselho Escolar Municipal Raio de Sol; Creche e Escola Municipal Comezinho de Vida; Creche Nívea Sebastiana Carneiro Gratão; Escola Agrícola Municipal Godofredo Perfeito; Escola Estadual José Costa Paranhos; Escola Estadual José Pio de Santana; Escola Estadual Michele Santinoni; Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida; Escola Municipal Nossa Senhora de Fátima; Fundo Municipal de Assistência Social de Ipameri; Lar e Creche São Francisco; Pré-Escolar Municipal Luzes da Ribalta.</p>
2017	34	199.999,90	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 6.018,245 kg – bolo caseiro; ▪ 4.000 kg – frango caipira; ▪ 4.415 kg – pão caseiro; ▪ 2.857 kg – raiz de mandioca com casca; ▪ 2.625 kg – rosca caseira. 	<p>Secretaria Municipal de Educação de Ipameri.</p>
2018	Não houve recursos do PAA.			
2019	Não houve recursos do PAA.			
2020	21	167.538,82	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 3.021 kg – bolo caseiro; ▪ 3.000 kg – frango caipira; ▪ 3.500 kg – pão caseiro. 	<p>Secretaria Municipal de Assistência e Promoção Social; Secretaria Municipal de Educação de Ipameri.</p>

Fonte: CONAB, 2022. Organização: Borges, L. A. T. (2022).

Diante dos dados apresentados no quadro, nota-se a evolução das duas associações presentes no assentamento e o vínculo estabelecido entre os produtores do Olga, Instituições de Ensino e comunidade ipamerina em geral, via PAA e PNAE. No caso da ASCRAF, os 318 beneficiários arrecadaram o valor de R\$ 1.957.087,95 no que tange o período de 2010-2020. A ASPROAB com seus 135 beneficiários arrecadou um total de R\$ 949.182,72.

Fatores que explicam a diferença de mais de 1 milhão de recursos entre as duas associações reside no fato de que a ASCRAF congrega agricultores familiares de diversas localidades do município de Ipameri, enquanto a ASPROAB é uma associação feita para o Assentamento Olga Benário. Assim a ASCRAF consegue ter um número maior de associados – 100 no total – se comparado com ASPROAB – 25, o que garante a ASCRAF maiores chances de arrecadar recursos.

Com um maior número de associados foi possível ampliar e diversificar a produção, ao longo de 10 anos, um destaque deve ser dado aos panificados e a distribuição de carnes de frango e suína, conforme pode-se analisar na tabela 8 abaixo que mostra a produção geral da ASCRAF e da ASPROAB,

Tabela 8 – Quantidade total dos produtos produzidos pela ASCRAF e ASPROAB.

Produtos	ASCRAF	ASPROAB
Biscoitos de queijo	8.844 kg	-
Bolos	23.792 kg	41.278 kg
Frangos	34.736 kg	14.700 kg
Pão de queijo	13.967 kg	-
Roscas	27.549 kg	23.731 kg
Bolachas	11.609 kg	166 kg
Cookies	16.453 kg	20,5 kg
Pamonha	865 kg	-
Pães	27.721 kg	7.915 kg
Carne suína	32.448 kg	-
Verduras e legumes	8.500 kg	-
Mandioca	-	25.724

Fonte: CONAB, 2022. **Organização:** Borges, L. A. T. (2022).

A entrada de novos beneficiados faz aumentar a produção e gerar mais renda, mas também amplia as demandas por mais produtos que serão destinados a entidades e Centros de

Referências. A Pandemia de Covid-19 exigiu o aumento da capacidade produtiva das associações, pois mais pessoas passaram a depender do alimento proveniente da Agricultura Familiar via PAA e PNAE, para as “cestas de merendas escolares”, distribuídas individualmente aos alunos no decorrer da Pandemia, ou entregues a população em situação de vulnerabilidade, de acordo com as fotografias 18 e 19:

Foto 18 – Entrega de panificados.



Fonte: Prefeitura Municipal de Ipameri (2020).

Foto 19 – Entrega de frangos.



Fonte: Prefeitura Municipal de Ipameri (2020).

Os alimentos panificados e os frangos foram distribuídos por meio da Secretaria de Assistência e Promoção Social, diante a circunstância de muitas famílias estarem em situação de desamparo social. Por terem que estar isolados, para evitar a transmissão do vírus (SARS CoV -2), muitos perderam empregos e a fome atingiu várias famílias, e Ipameri faz parte dessa realidade vivenciada, experimentada por muitos brasileiros. Programas como o PAA foi essencial para minimizar o problema da fome, já que para combatê-la são necessárias medidas públicas exclusivas que lidem com a insegurança alimentar, aumente a oferta de empregos e reduza a mortandade e o caos instaurado no Brasil

Os assentados/associados em parceria com a prefeitura de Ipameri têm recebido no território do Olga mutirões da saúde, doação de insumos agrícolas, maquinários e, também, o poder público municipal tem recuperado estradas, criado novas rotas de acesso ao assentamento, ministrado cursos profissionalizantes, dentre outras benesses públicas, resultado da luta cotidiana dos assentados via associações, como veremos nos registros fotográficos a seguir:

Foto 20 – Entrega de manivas de mandioca aos assentados.



Fonte: Prefeitura Municipal de Ipameri (2021).

Foto 21 – Entrega de trator para a ASPROAB.



Fonte: Prefeitura Municipal de Ipameri (2021).

Foto 22 – Mutirão da Saúde realizado na sede da ASPROAB



Fonte: Prefeitura Municipal de Ipameri (2017).

Foto 23 – Cursos profissionalizantes na área da beleza.



Fonte: Prefeitura Municipal de Ipameri (2014).

Foto 24 – Reforma de estradas.



Fonte: Prefeitura Municipal de Ipameri (2014).

Foto 25 – Produção de silo para os assentados.



Fonte: Prefeitura Municipal de Ipameri (2013).

Como identificado nas fotos¹¹, a presença da Prefeitura Municipal de Ipameri é constante no assentamento, suprindo as necessidades básicas, garantindo acesso à saúde,

¹¹ Fotografias retiradas do site da Prefeitura Municipal de Ipameri. Disponível em: <https://www.ipameri.go.gov.br/noticias>.

educação, infraestrutura e também insumos e maquinários para ajudar os assentados produzirem. E isso tem motivos, é um investimento que os órgãos governamentais fazem aos agricultores familiares, pois é deles que vem parte dos produtos que abastecem os mercados e as instituições públicas e movimentam a economia interna.

Seja por meio de liberação de créditos fundiários, implementação de programas como o PNAE e PAA que facilitam o escoamento da produção familiar ou por meio de doações de insumos e maquinários, o poder público tem atuado sobre o território do Assentamento Olga Benário. Há a interferência do Estado como mediador/facilitador da expansão do poder sobre o território por meio das associações presente no Olga e que tem atuado para o desenvolvimento do território dos assentados ao longo dos últimos 10 anos. As associações são articuladoras políticas para manter o trabalho associado e familiar, o que as tornam entidades com presenças importantes em assentamentos rurais.

Há muito o que fazer no Assentamento, entretanto a “partida já foi dada” e as perspectivas de um território completamente desenvolvido ainda é utopia, mas não impossível. Caberá as próximas gerações de assentados/agricultores familiares tomarem as rédeas do destino que almejam. A busca por mais vinculação entre assentados, associações e comunidade ipamerina é importante, e nesta direção deve-se superar as barreiras das ideias divergentes para que assim ocorra o fortalecimento da agricultura familiar e a permanência do assentado no campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expansão do capitalismo para o campo proporcionou elevação na produtividade agrícola e pecuária brasileira nas primeiras décadas do século XX e trouxe um aumento da área a ser utilizada. O latifúndio cresce e se moderniza, ao mesmo tempo as pequenas propriedades perdem espaço, resultado da expulsão de famílias do campo. Isso cria uma cadeia de produção, pois as famílias passam a residirem-se nas cidades, com o aumento da população, a demanda e o consumo de alimentos são maiores. No entanto, o latifúndio tende, em sua maioria, priorizar a produção de *commodities* em vista de assegurar maior lucratividade. Por outro lado, as produções de origem familiar, que abastece os mercados internos, perderam espaço gradativamente para o agronegócio. Criar uma política de Reforma Agrária efetiva é primordial, passa a ser essencial e foi através de movimentos sociais rurais que o caminho inicial foi traçado.

No Brasil a luta pela Reforma Agrária se origina com as Ligas Camponesas na década de 1940 e teve uma interrupção com o Golpe Militar de 1964. No entanto, diante a diversos massacres ocorridos pela luta no campo no período da ditadura, alguns líderes religiosos da Igreja Católica criam a Comissão Pastoral da Terra (CPT), é, através dela que a busca pela reforma perdurou em período de regime militar. Com a redemocratização do país, é criado o MST que continuou o trabalho da CPT e das Ligas Camponesas, na estruturação de assentamentos rurais como política de reestruturação fundiária.

Em Goiás a busca pela reestruturação fundiária é importante, diante um cenário de concentração de terras decorrentes de uma ocupação desordenada, da grilagem de terras, da supremacia do coronelismo e de uma gestão governamental que permitiram a expansão dos latifúndios como a Marcha para Oeste, o POLOCENTRO e o PRODECER. Mas essas influências não impediram o avanço dos movimentos sociais rurais pelo território goiano, sob maior influência da CPT e do MST, Goiás possui 308 assentamentos de Reforma Agrária (INCRA, 2017).

Dentre os assentamentos criados em Goiás, temos em 2005 a conquista do território do Assentamento Olga Benário no município de Ipameri (GO). Com a criação de um assentamento como foi o Olga Benário, o processo de T-D-R é uma importante ferramenta para entender as fases luta, criação e desenvolvimento do território e das famílias/sujeitos. Ao analisar a perspectiva do território, a territorialização ocorre quando é formado o latifúndio, a desterritorialização é um processo em que esse latifúndio perde sua função original e submete-

se a uma reterritorialização, ou seja, é fragmentado em parcelas que em conjunto formam um assentamento. Na análise das famílias/sujeitos que antes territorializadas, se desvinculam de seus territórios – em sua maioria devida a expulsão – e ao entrarem para o movimento já estão desterritorializadas – seja pela perda do território ou por nunca ter possuído –, essa fase perdura até a conquista de sua parcela, que marca uma nova etapa, a reterritorialização.

O poder é algo inerente a todo território, no Assentamento Olga Benário inicialmente o poder se concentrava nas lideranças do MST. Mesmo com a existência de um polo de poder, ideologias, fatores econômicos e sociais, importantes para o desenvolvimento do assentamento, podem interferir no polo de poder e foi o que aconteceu nesse assentamento. Após problemas internos entre assentados e MST o poder se difundiu. Em busca de novas lideranças e com o apoio da CPT foi criada em 2008 a ASPROAB e em 2010 a ASCRAF, ambas formadas com liderança de assentados do Olga Benário, ou seja, uma liderança que poderia compreender as necessidades específicas dessas famílias, como seu fortalecimento como agricultores familiares.

O fortalecimento da agricultura familiar advém de políticas públicas como o PRONAF, PNAE e PAA, que beneficiam as famílias por serem programas que visam a flexibilização das linhas de crédito de acordo com cada tipo de produção, a ampliação de demandas e a distribuição de mercadorias originárias do trabalho familiar. Além de proporcionar benefícios para a sociedade, com a ampliação do mercado de trabalho direto e indireto, a conservação da biodiversidade, a movimentação do capital interno e a redução da fome e da miséria – características específicas do PNAE que distribui os alimentos para as escolas públicas, do PAA que promove o acesso a alimentação para pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e do PRONAF que por meio de diversas linhas de crédito tem contribuído para garantir a reprodução do agricultor familiar no campo.

Como resultado do fortalecimento da agricultura familiar, Ipameri (GO) possui 07 (sete) associações rurais voltadas ao pequeno produtor, desse total, 02 (duas) estão presentes no Assentamento Olga Benário. A ASPROAB e a ASCRAF que proporcionam aos seus associados desburocratização na aquisição de linhas de créditos do PRONAF e na vinculação a políticas públicas como PNAE e PAA, além de auxiliar nas tomadas de decisões dos associados desde a aquisição de insumos até a comercialização da produção, que são pagas de acordo com o valor de mercado. Essas novas formas de trabalho com o auxílio de organizações associativas fortalece e desenvolve o território assentado, modifica as ações dos associados, seu modo de trabalho, coletivo, e passam a ter objetivos planejados em conjuntos com metas a serem cumpridas.

A ASPROAB com 14 anos de atuação e a ASCRAF com 12 anos, possibilitou a aquisição, pelos assentados, de suas próprias panificadoras, onde trabalham com a produção de pães, bolos, biscoitos, etc., e abatedouros de galináceos e suínos, além de auxiliarem nos cultivos de mandioca, hortaliças e legumes, resultados de ações coletivas de seus associados. Parte da produção é distribuída nas escolas e em demais órgãos públicos e filantrópicos, proporcionado por políticas públicas derivadas de ações do Estado nas diferentes escalas, o que faz das associações importantes ferramentas articuladoras entre o poder público e os agricultores familiares.

A ASCRAF e da ASPROAB contribuíram e ainda contribuem para o desenvolvimento dos assentados/associados e do território do Assentamento Olga Benário através de sua reestruturação. Aos associados, as associações proporcionaram segurança alimentar, estabilidade econômica e social, ao território trouxe modificações nas dinâmicas de poder e nas relações políticas. No entanto, o processo de desenvolvimento do território não acabou, um território está sempre em processo de modificações, o que proporciona aos assentados encontrarem – seja por meio das associações ou outras formas de gestão – novos meios de desenvolvimento do assentamento e da produção familiar.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Editora Hucitec, 1992.

ANDRADE, Manuel Correia de Andrade. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Editora Hucitec, 1995.

BASTOS, Elide Rugai. **As ligas camponesas**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1984.

BERGAMASCO, Sônia Maria; NORDER, Luiz Antônio Cabello. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasilense, 1996.

BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2022. **Matriz de Dados do Crédito Rural - Crédito Concedido**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/micrrural>. Acesso em: 07/06/2022.

BANCO DO NORDESTE, 2021. **Grupos e linhas**. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/agricultura-familiar/grupos-e-linhas>. Acesso em: 12/12/2021.

BORGES, Luciney Aparecido Teodoro. **O papel das associações e cooperativa no Assentamento Olga Benário em Ipameri – Goiás**. Pires do Rio (GO): Monografia – Universidade Estadual de Goiás, 2018.

BRASIL, 1941. **Lei nº 3.059, de 14 fevereiro de 1941**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-3059-14-fevereiro-1941-413001-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 01/07/2022.

BRASIL, 1964. Presidência da República. Casa civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Estatuto da Terra**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm. Acesso em: 28/11/2021.

BRASIL, 1985. **Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/atos/decretos/1985/d91766.html. Acesso em: 22/09/2021.

BRASIL, 1993. **Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8629.htm. Acesso em 12/10/2021.

BRASIL, 1996. Presidência da República. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **PRONAF**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946.htmimpressao.htm. Acesso em: 21/12/2021.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **PNAE**, 2021. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae?view=default>. Acesso em: 27/12/2021.

CHELOTTI, Marcelo Cervo. **A estância metamorfoseou-se: (re)configurações territoriais e expressões de reterritorialização camponesa na campanha gaúcha (1990-2007)**. Uberlândia (MG): Tese (doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, 2009.

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento. **Transparência Pública do PAA – Programa de Aquisição de Alimentos**. Disponível em: <https://consultaweb.conab.gov.br/consultas/consultatransparenciapaa.do?method=abrirConsulta>. Acesso em: 30/07/2022.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. **Portal da transparência**. Disponível em: <https://www.portaltransparencia.gov.br/pessoa-juridica/busca/lista?pagina=1&tamanhoPagina=10&tipoNaturezaJuridica=3&ufPessoaJuridica=GO&municipio=5210109&>. Acesso em: 22/11/2021.

CORREIA, Guilherme Guiari Silva; ALVES, Flamarion Dutra. Considerações e perspectivas sobre o desenvolvimento rural no Brasil: a produção científica entre 2001 e 2020. **Campo-Território: revista de Geografia Agrária**, v. 17, n. 46 Ago., p. 01–27, 2022.

DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (orgs.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

EMBRAPA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Módulos fiscais**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal>. Acesso em: 12/10/2021.

FAO/INCRA. Food and Agriculture Organization/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Relatório Final de Projeto de Cooperação Técnica**. Brasília: INCRA, 1994.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (1979 –1999)**. São Paulo: Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Formação e territorialização do MST no Brasil. In: CARTER, Miguel (org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *et al.* A Questão Agrária no Primeiro Ano do Governo Bolsonaro. **Boletim DATALUTA**, 2020. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim_dataluta_1_2020.pdf. Acesso em: 27/09/2021.

FIRMINO, Waldivino Gomes. **Itinerários camponeses: de lá para cá e daqui pra li até o Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO). Catalão (GO):** Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, 2013.

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).** Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae>. Acesso em: 21/06/2022.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” a multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário estatístico Brasileiro.** Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2000. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_2000.pdf. Acesso em: 30/08/2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário estatístico Brasileiro.** Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_2010.pdf. Acesso em: 28/08/2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sinopse do Censo Demográfico 2010.** Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2011. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49230.pdf>. Acesso em: 07/10/2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário (2017).** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html?=&t=resultados>. Acesso em: 14/11/2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Municipal 2020.** Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=766>. Acesso em: 16/12/2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção da Pecuária Municipal 2020.** Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=784>. Acesso em: 16/12/2021.

IMB – Instituto Mauro Borges. **Anuário estatístico de Goiás (2005).** Disponível em: <http://www.imb.go.gov.br/files/docs/publicacoes/anuario-estatistico/anuario2005.pdf>. Acesso em: 09/10/2021.

IMB – Instituto Mauro Borges. **Estatísticas municipais (Séries históricas).** Disponível em: https://www.imb.go.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=91:estat%C3%94ADsticas-municipais-s%C3%A9ries-hist%C3%B3ricas&catid=30&Itemid=219. Acesso em: 10/10/2021.

IMB – Instituto Mauro Borges. **Banco de Dados Estatísticos de Goiás.** Disponível em: <https://www.imb.go.gov.br/bde/>. Acesso em: 10/06/2022.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Painel de Assentamentos**. 2017. Disponível em: <https://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em: 13/10/2021.

INOCÊNCIO, Maria Erlan. **O PRODECER e as tramas do poder na territorialização do capital no cerrado**. Goiânia. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Goiás, 2010.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos para a segurança alimentar e nutricional no Brasil**. 2022. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/28042022td_%202763.pdf. Acesso em: 21/07/2022.

LAMARCHE, Hugues (coord.) **A Agricultura Familiar: comparação internacional**. Campinas (SP): UNICAMP, 1997.

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)**. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/dap>. Acesso em: 27/10/2021.

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Relação de Beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA)**. Disponível em: www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/SR04GO.pdf. Acesso em: 19/08/2021.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis – RJ: Vozes, 1981.

MATOS, Patrícia Francisca de. **As tramas do agronegócio nas “terras” do Sudeste Goiano**. Uberlândia (MG): Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, 2011.

MEDINA, Gabriel et al. **Atlas da Agricultura Familiar em Goiás: a força da agricultura familiar goiana revelada em números e imagens**. Goiânia: Instituto Federal Goiano, 2021.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>. Acesso em: 19/08/2021.

MONTEIRO, Rafael de Melo. **Relações de poder, territórios e territorialidade: as travessias da vida no Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO)**. Catalão (GO): Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, 2013.

MONTEIRO, Rafael de Melo. **As relações de poder e as territorialidades nos assentamentos rurais do Sudeste Goiano**. Presidente Prudente (SP): Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2017.

MOREIRA, José Roberto. **Agricultura Familiar: processos sociais e competitividade**. Rio de Janeiro: MAUAD, 1999.

MOREIRA, Ruy. O espaço e o contra-espaço: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa. In: SANTOS, Milton et al. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de. **O associativismo na região do Pontal do Paranapanema-SP: limites e possibilidades para o desenvolvimento rural.** Presidente Prudente (SP): Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2010.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária.** São Paulo: Labur Edições, 2007.

PESSOA, Jadir Morais. **A revanche camponesa.** Goiânia: UFG, 1999.

POLETTO, Ivo. A Igreja, a CPT e a mobilização pela reforma agrária. In: CARTER, Miguel (org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil.** São Paulo: Editora UNESP, 2010.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder.** Trad. Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RECH, Daniel. **Cooperativas: uma alternativa de organização popular.** Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SANTOS, Milton. **Espaço e método.** Nobel: São Paulo, 1985.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton et al. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial.** Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

SCHNEIDER, Sergio; CASSOL, Abel. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e implicações para políticas públicas. In: Delgado, Guilherme Costa; Bergamasco, Sonia Maria Pessoa Pereira (org.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

SEAD - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. **Extrato DAP.** Disponível em: <http://smap14.mda.gov.br/extratodap/>. Acesso em: 06/06/2022.

VAZ, Lucélio Cardoso. **As políticas do PNAE e PAA como estratégias de permanência no campo: assentamento Olga Benário em Ipameri (GO) 2009-2019.** Catalão (GO): Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Catalão, 2021.